



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

RODRIGO PEREIRA MOTA SOARES

A DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NAS ILHAS DOS AÇORES NO SÉCULO XVI

**SALVADOR
2019**

RODRIGO PEREIRA MOTA SOARES

A DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NAS ILHAS DOS AÇORES NO SÉCULO XVI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Tânia Conceição Freire Lobo

SALVADOR
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira Mota Soares, Rodrigo
A DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NAS ILHAS DOS AÇORES
NO SÉCULO XVI / Rodrigo Pereira Mota Soares. --
Salvador, 2019.
154 f.

Orientadora: Tânia Conceição Freire Lobo.
Dissertação (Mestrado - Mestrado Acadêmico) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,
2019.

1. História Social da Cultura Escrita. 2. História
da Inquisição. 3. Açores. 4. Antigo Regime. I. Conceição
Freire Lobo, Tânia. II. Título.

RODRIGO PEREIRA MOTA SOARES

A DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NAS ILHAS DOS AÇORES NO SÉCULO XVI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

TÂNIA CONCEIÇÃO FREIRE LOBO – Orientadora
Doutra em Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

ANTÔNIA VIEIRA DOS SANTOS
Doutra em Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

ANA SARTORI
Doutra em Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

SALVADOR
2019

Para Imaculada, Mário e Artur, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a essa força de dentro que envolve amor e mudança.

Agradeço à minha mãe, Maria Imaculada, por despertar dentro de mim, pelo exemplo, uma inesgotável vontade de estar sempre aprendendo.

Agradeço ao meu pai, Mário José, pela sua serenidade, carinho e pelo seu jeito de amar.

Agradeço ao meu irmão, Tuca, por ser meu eterno parceiro, pela maneira de me conhecer e sempre me apoiar.

Agradeço a Amanda, razão do amor que desperta o meu mais sincero sorriso, que desperta o melhor lado de mim. Obrigado por ser quem você é comigo e por isso me tornar uma pessoa cada vez melhor.

Agradeço à Família Mota e à Família Soares, famílias que, sem dúvida alguma, foram pedra angular para aquilo que sou hoje.

Agradeço a Tânia Lobo, minha orientadora, pela relação amiga, pela orientação rigorosa e pelo seu carinho.

Agradeço aos amigos do São Lázaro, do Instituto de Letras e do C5, que nunca deixaram de me dar apoio.

Agradeço a Isabelle Nossa, foco de luz no mundo, por possibilitar um oportuno e decisivo autoconhecimento, tornando o mestrado uma tarefa muito mais amena.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Há um desconhecimento sobre de que forma o universo da escrita se aprofundou nos territórios ultramarinos dominados pelo Império Português. A fim de preencher essa lacuna, o Programa História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULTE), vinculado ao PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), tem lançado mão do propósito de, a partir de diferentes fontes e métodos, compreender os mais diversos graus de penetração da escrita nos territórios colonizados por Portugal, tendo já colhido resultados consistentes sobre períodos mais recuados do Brasil Colônia. Este trabalho objetiva, por sua vez, dar notícias sobre a difusão social da escrita em outros territórios de domínio português, nomeadamente nas ilhas que compõem o arquipélago dos Açores, quando da segunda metade de quinhentos. Para isso, metodologicamente, os resultados emergiram da análise do conjunto de depoimentos prestados e assinados perante o Santo Ofício, constantes nas fontes inquisitoriais produzidas na primeira e na segunda visitas da Inquisição às Ilhas do Atlântico (1575-1579 e 1592-1593). Assim, em primeira instância, o estudo se concentra na contextualização da História Social dos Açores para, *a posteriori*, mensurar os níveis de alfabetismo da população, aplicando o chamado método do cômputo de assinaturas, indicador que tem permitido aproximações sobre aspectos censitários da alfabetização em sociedades do Antigo Regime. Dentre as nove ilhas do arquipélago, em duas, se instaura a mesa do Santo Ofício: São Miguel e Terceira, tendo destaque a atuação da Inquisição nas cidades de Ponta Delgada e Angra. Na análise, as variáveis sociais que compõem o perfil sociológico das testemunhas são sexo, estado civil, condição religiosa, etnia, origem geográfica, residência, faixa etária e estrato sócio-ocupacional. Desse modo, trabalhando com dados gerais, quantitativos, das referidas assinaturas – entendidas como indicadoras de certo grau de letramento –, é possível compor um quadro aproximativo da faculdade das letras no contexto dos Açores, com vistas a modestamente delinear os diferentes perfis dos letrados nesse período. Pretende-se, portanto, contribuir para o estudo da história da difusão da escrita no Império Português, nomeadamente no contexto de quase ausência de instituições voltadas ao ensino da leitura e da escrita, de modo a reconhecer as diferentes funções sociais de saber ler e escrever no universo açoriano.

PALAVRAS-CHAVE: História Social da Cultura Escrita. Açores. História da Inquisição.

ABSTRACT

There is a lack of knowledge about how the universe of writing has spread in the overseas territories dominated by the Portuguese Empire. In order to fill that gap, the History of Written Culture in Brazil Program (HISCULTE), associated to PROHPOR (Portuguese Language History Program), has used the purpose of understanding the most diverse writing penetration rate in the territories colonized by Portugal by using different sources and methods, having already obtained consistent results on more distant periods of Colonial Brazil. This work, on its turn, aims to give information about the writing social spread in other territories of Portuguese domain, namely the islands that make up the Azores Archipelago during the second half of sixteenth century. To achieve this, methodologically, the results emerged from the analysis of the set of testimonies performed and signed before the Holy Office, found in the inquisitorial sources produced in the first and second Inquisition visitations to the Atlantic Islands (1575-1579 and 1592-1593). Thus, in the first instance, the study focuses on the contextualization of the Azores Social History to, *a posteriori*, measure the population levels of literacy, applying the so-called method of computation of signatures, which has allowed approximations on literacy census aspects in societies of the Old Regime. Among the nine islands of the archipelago, in two of them the Holy Office desk had established: Sao Miguel and Terceira, with emphasis on the activities of the Inquisition in the cities of Ponta Delgada and Angra. In the analysis, the social variables that compose the sociological profile of the witnesses are sex, marital status, religious life, ethnicity, geographical origin, residence, age group, and socio-occupational stratum. Therefore, by working with general quantitative data on these signatures – understood as indicators of a certain level of literacy –, it is possible to arrange an approximate picture of the faculty of letters in Azores context, in furtherance of modestly outline the different profiles of the literate ones in this period. Hence, it aims to contribute to the study of writing spread history in the Portuguese Empire, in particular within the context of near absence of institutions dedicated to teaching reading and writing, in order to recognize the different social functions of knowing how to read and write within Azorean universe.

Keywords: Social History of Written Culture. The Azores. History of Inquisition.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS, TABELAS E FICHAS

FIGURAS

Figura 1 Delimitação do campo História da Cultura Escrita	33
Figura 2: Mapa dos Açores	56
Figura 3: Mapa do Atlântico (Arquipélago dos Açores e Madeira)	60
Figura 4: Sinal da cruz (à direita) feito por Manuel da Costa	107
Figura 5: Assinatura do notário (à direita) em depoimento de Anna Pires	107
Figura 6: Mulher não assinante registra sinal da cruz sobre seu nome	107
Figura 7: Residências das testemunhas de São Miguel	117
Figura 8: Residências das testemunhas de Terceira	120
Figura 9 : Assinatura de Domingos Gonçalves (ferreiro)	135
Figura 10: Assinatura de Manuel Velho (barbeiro)	135

GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem total de assinantes e não assinantes	100
Gráfico 2: Total de homens e mulheres	102

QUADROS

Quadro 1: Subcampos de investigação do programa HISCULTE	46
Quadro 2: Dados sociológicos para a composição da ficha catalográfica	94
Quadro 3: Categorias sócio-ocupacionais de Rita Marquilhas	127
Quadro 4: Ocupação dos maridos das micalenses da alta burguesia	142
Quadro 5: Ocupação dos maridos das micalenses da pequena e média burguesia	143
Quadro 6: Ocupação dos maridos das micalenses da categoria “povo” (pequenos ofícios)	144
Quadro 7: Demais mulheres micalenses assinantes	146
Quadro 8: Ocupação dos maridos das terceirenses da alta burguesia	147
Quadro 9: Ocupação dos maridos das terceirenses da pequena e média burguesia	147
Quadro 10: Ocupação dos maridos das terceirenses da categoria povo (pequenos ofícios)	147

TABELAS

Tabela 1: A população de Açores e de países da Europa Ocidental no século XVI	70
Tabela 2: Depoentes por Livro de Visitação	92
Tabela 3: Total de assinantes e não assinantes por ilha	101
Tabela 4: Signatários por sexo	103
Tabela 5: Signatários por sexo – São Miguel	104

Tabela 6: Signatários por sexo – Terceira	104
Tabela 7: Condição Religiosa – São Miguel	108
Tabela 8: Condição Religiosa – Terceira	109
Tabela 9: Etnia – Terceira	112
Tabela 10: Naturalidade dos homens – São Miguel	114
Tabela 11: Naturalidade dos homens – Terceira	115
Tabela 12: Homens residentes em São Miguel	118
Tabela 13: Mulheres residentes em São Miguel	119
Tabela 14: Homens residentes em Terceira	121
Tabela 15: Mulheres residentes em Terceira	122
Tabela 16: Faixa etária dos depoentes de São Miguel	123
Tabela 17: Faixa etária dos depoentes de Terceira	125
Tabela 18: Estratos sócio-ocupacionais dos homens de São Miguel	130
Tabela 19: Pequenos ofícios – São Miguel	134
Tabela 20: Estratos sócio-ocupacionais dos homens de Terceira	137
Tabela 21: Pequenos ofícios – Terceira	140

FICHAS

Ficha 1: Ficha catalográfica de um homem micaelense assinante	96
Ficha 2: Ficha catalográfica de uma mulher micaelense assinante	97
Ficha 3: Ficha catalográfica de um homem terceirense não assinante	98
Ficha 4: Ficha catalográfica de uma mulher terceirense não assinante	99

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.	HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA: A DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO AUTÔNOMO	15
1.1	SOBRE “HISTÓRIA”: O DESCONSTRUIR/RECONSTRUIR DE UMA VIRADA EPISTEMOLÓGICA	15
1.2	SOBRE “HISTÓRIA CULTURAL”: A NOÇÃO DE CULTURA E A CULTURA DO SIGNO ESCRITO	19
1.2.1	A História Cultural: entre discursos, práticas e representações	19
1.2.2	A Nova Paleografia em tempos de Nova História	24
1.3	SOBRE “HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA”: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO CAMPO	28
1.4	SOBRE “HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA” E COMO UM DEBATE EDITORIAL EVIDENCIA OS RUMOS DE UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	36
1.5	SOBRE HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA E A FORMAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	39
1.5.1	Do apelo de Houaiss ao HISCULTE	39
1.5.2	O Subcampo 2: O cômputo de assinaturas e as fontes inquisitoriais	48
2.	OS AÇORES NO SÉCULO XVI	54
2.1	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS ILHAS	54
2.1.1	A expansão marítima no início do povoamento	54
2.1.2	As diferenças entre o arquipélago dos Açores e a Ilha da Madeira	59
2.1.3	Ocupação e organização de São Miguel	62
2.1.4	Ocupação e organização da Ilha Terceira	64
2.2	QUEM É A POPULAÇÃO AÇORIANA?	68
2.2.1	Um olhar sobre a demografia das ilhas	68
2.2.2	De onde vinham os portugueses e outros povos?	72
2.3	A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	76
2.3.1	Donatários, capitães, vereadores e outros cargos oficiais	76
2.3.2	O poder eclesiástico	80
2.4	A ECONOMIA AÇORIANA	82
2.4.1	Das mercadorias vulgares ao grande comércio	84

3.	NÍVEIS DE ALFABETISMO NOS AÇORES (SÃO MIGUEL E TERCEIRA)	88
3.1	A IMPLEMENTAÇÃO DO SANTO OFÍCIO NAS ILHAS DO ATLÂNTICO	88
3.1.1	O Tribunal de Lisboa rumo aos domínios insulares do Império	88
3.1.2	As fontes inquisitoriais das visitas em quinhentos	91
3.2	METODOLOGIA: OS DADOS SOCIOLÓGICOS RECOLHIDOS	93
3.3	DESCRIÇÃO DOS DADOS	100
3.3.1	Repartição por sexo	101
3.3.2	Condição Religiosa	108
3.3.3	Etnia	111
3.3.4	Origem geográfica e residência	114
3.3.4.1	Naturalidade dos depoentes	114
3.3.4.2	Residência dos depoentes	116
3.3.5	Faixa etária	122
3.3.5.1	Faixa etária em São Miguel	123
3.3.5.2	Faixa etária em Terceira	125
3.3.6	Estratos sócio-ocupacionais	130
3.3.6.1	Estratos sócio-ocupacionais dos homens de São Miguel	130
3.3.6.2	Estratos sócio-ocupacionais dos homens de Terceira	136
3.3.6.3	Estratos sócio-ocupacionais das mulheres de São Miguel e de Terceira	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	152

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente Dissertação de Mestrado está inserida nos pressupostos teórico-metodológicos da História Social da Cultura Escrita, um afluente da História Cultural que objetiva analisar as relações sociais existentes entre a humanidade e um dos instrumentos tecnológicos mais transformadores da sua história: a escrita. Assim, ao lançar mão de investigar as mais diversas funções sociais do texto escrito ao longo do tempo, esse campo, de acordo com Castillo Gómez (2003, p. 107), abre caminho para três direções: os *discursos*, em que a cultura escrita se torna objeto de análise a partir dos valores a ela atribuídos pelas sociedades; as *práticas*, em que, a partir dos testemunhos, se analisam os usos e funções referentes ao universo da escrita, e as *representações*, em que importam as imagens construídas individual ou coletivamente sobre os elementos vinculados ao mundo das letras.

A consolidação da HCE como um campo autônomo de investigação se deu pela confluência de duas tradições de estudos anteriores: a Ciências das Escrituras e a História do Livro e da Leitura. Além disso, é perceptível a soberania da interdisciplinaridade dentro do campo, o qual, para investigar os diferentes valores, usos e visões concernentes à escrita, precisa se valer de diferentes áreas do conhecimento. Assim sendo, o presente estudo, ao desenvolver uma análise sobre a difusão social da escrita no arquipélago dos Açores no século XVI, reúne diferentes áreas da história, como a História dos Açores e a História da Inquisição Portuguesa, com o propósito de analisar as relações sociais que os açorianos desenvolveram com a escrita durante o Antigo Regime.

As fontes inquisitoriais, dentro desse âmbito, têm importante papel ao fornecer documentos em que constam dados sociológicos de uma numerosa quantidade de açorianos que se dirigiram à mesa do Santo Ofício para prestar depoimento, além de constar o registro da assinatura no final do delato – ou o não registro, no caso daqueles que não sabiam escrever. Sabendo-se de que não houve, na Idade Moderna, nenhum levantamento censitário sobre a porcentagem de sujeitos alfabetizados no Império Português, as fontes do Santo Ofício, ao reunirem informações pessoais de centenas de açorianos – cuja capacidade de escrever era revelada por saber ou não assinar seu nome –, dão subsídio para um levantamento quantitativo sobre a difusão social da escrita nos Açores em quinhentos, considerando a assinatura como um indicador de certa familiaridade do sujeito com a escrita.

As atividades inquisitoriais nesta porção insular do Império foram estabelecidas a partir de visitas: o Tribunal de Lisboa enviava um inquisidor geral e alguns membros do

médio/alto clero português para recolher confissões de indivíduos interessados em redimir-se perante a Igreja Romana ou recolher denúncias, caso o sujeito soubesse de algum desvio cometido por outra pessoa. No caso dos Açores, houve três visitas: a primeira entre 1575 e 1579, a segunda entre 1592 e 1593 e a terceira entre 1618 e 1620. Como o arco temporal delimitado para essa Dissertação é o século XVI, foram analisados os Livros de Visitação da primeira e da segunda instalação do Santo Ofício nos Açores, são eles o “Livro 1º das denúncias da visitação do Santo Ofício nas Ilhas dos Açores, Alentejo e Beira”; o “Livro 2º de denúncias dos casados duas vezes, dos do pecado nefando, e de demonstrações de crimes contra a Fé, nos Açores e no Continente”; e o “Livro de reconciliações da visitação do Santo Ofício nas Ilhas dos Açores e Continente”.

O uso de documentos do Santo Ofício como fonte, a partir do método do cômputo de assinaturas, para descrição e análise da difusão social da escrita tem crescido nas últimas décadas. Benassar e Rodríguez (1978), por exemplo, valeram-se das fontes inquisitoriais espanholas como aporte para o estudo da História Social da Escrita da Espanha em quinhentos, ao passo que Marquilhas (2000), em sua tese de doutoramento, se debruçou sobre a documentação do Tribunal de Lisboa para o estudo dos níveis de alfabetismo de Portugal seiscentista. No que concerne ao Brasil, os documentos da primeira visitação à América Portuguesa foram estudados por Lobo e Oliveira (2012), Lobo e Oliveira (2013) e por Sartori (2016), enquanto as fontes da segunda visitação foram analisadas por Lobo, Sartori e Soares (2016). Finalmente, esta Dissertação se dedica, a partir da mesma metodologia, ao estudo da difusão social da escrita no arquipélago dos Açores no século XVI, quando da primeira e da segunda visitas do Santo Ofício. Para isso, a presente Dissertação se divide em três capítulos.

O capítulo inicial, *História Social da Cultura Escrita: a delimitação de um campo autônomo*, objetiva tratar da trajetória da formação do campo da HCE, de modo a abordar a ascensão da Nova História como peça-chave para a construção de novos paradigmas que permitiram a emergência da História Cultural. Sobre a História Cultural, apresentar-se-á como a expansão da noção de *cultura* possibilitou novos horizontes para o estudo da cultura escrita, especialmente para a História do Livro e da Leitura, além de evidenciar o papel de Roger Chartier ao construir um olhar sobre *cultura* a partir das concepções de discursos, práticas e representações. Ademais, também será evidenciada a formação da HCE como um campo autônomo construído pela união entre a Ciências das Escrituras e a História do Livro e da Leitura, bem como de que forma a perspectiva *social* sobre a HCE, protagonizada por Armando

Petrucchi, resultou na inserção do termo *social* na nomenclatura do campo, que passa a se chamar *História Social da Cultura Escrita*. Por fim, o capítulo inicial descreve a formação do campo da HCE no Brasil, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, com a composição da linha *História da Leitura e da Escrita no Brasil*.

O segundo capítulo, *Os Açores no século XVI*, tem como finalidade apresentar um panorama sobre a História Social dos Açores no século XVI, descrevendo o início do povoamento das nove ilhas, as diferenças entre os Açores e o arquipélago da Madeira (outro território insular do Império português) e os principais pontos que diferenciam e caracterizam as duas ilhas nas quais o Santo Ofício se instalou: São Miguel e Terceira. O capítulo descreve, ainda, de onde vieram os indivíduos que ocuparam as ilhas e constituíram a população açoriana, além de ser analisada a organização política (do Estado às funções da Igreja) e econômica (desde o comércio entre as ilhas até a exportação para África e Europa). Neste capítulo, apresentam-se, desse modo, importantes elementos da História Social dos Açores de quinhentos que servirão para a qualificação dos dados descritos no capítulo três.

O terceiro capítulo, *Níveis de alfabetismo nos Açores (São Miguel e Terceira)*, apresenta, descreve e analisa os resultados levantados a partir do cruzamento entre os dados sociológicos dos depoentes e o binômio *assinante x não assinante* nas duas ilhas açorianas visitadas pelo Santo Ofício (SO). Inicialmente, contextualizar-se-á o processo de implementação do Santo Ofício, a instalação da Mesa do SO e a análise das fontes inquisitoriais produzidas nas visitas. Em seguida, será detalhada a metodologia para o levantamento dos dados e, *a posteriori*, a descrição desses dados. Na descrição, analisa-se a capacidade de assinar (ou não assinar) das testemunhas a partir das variáveis sexo, estado civil, condição religiosa, etnia, origem geográfica, residência, faixa etária e estrato sócio-ocupacional,

Por fim, espera-se, com a presente Dissertação, contribuir para o estudo da expansão social da escrita no Império Português, especialmente por (ainda) não haver notícias sobre a história da alfabetização nos Açores em tempos mais recuados.

1. HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA: A DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO AUTÔNOMO

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar a formação da História da Cultura Escrita (HCE) como campo de investigação originado da confluência de dois outros campos vinculados ao universo da escrita: a Ciências das Escrituras e a História do Livro e da Leitura, resultando em um novo afluente da História Cultural. Para isso, serão apresentadas as sensíveis mudanças às quais a historiografia se submeteu ao desvincular-se da “história total”, de modo que a Nova História pôde expandir suas perspectivas, seus objetos e suas fontes. Portanto, apresentar-se-á a formação do campo da HCE, abordando-se desde a ampliação do conceito de cultura – pedra angular para a edificação da História Cultural e, conseqüentemente, da HCE – até as conexões entre as noções de *discursos, práticas e representações*.

1.1 SOBRE “HISTÓRIA”: O DESCONSTRUIR/RECONSTRUIR DE UMA VIRADA EPISTEMOLÓGICA

Nos idos do século XX, houve sensíveis mudanças na metodologia e na seleção de objetos de estudo pelos historiadores, explicada pelo surgimento de um novo olhar sobre o estudo da história. Na medida em que a história do século XIX se firmou em uma perspectiva positivista, defensora da busca por uma verdade única, desenvolvida sob um prisma linear e teleológico, em que modelos econômicos e ações políticas do Estado foram a grande locomotiva no estudo do passado, a Nova História, que surge da historiografia francesa, desponta a partir das evidentes lacunas deixadas pelo estudo da história ao longo do tempo.

A Nova História emerge com a constituição da chamada *École des Annales*, evidenciando a nova concepção combativa à noção historiográfica – classificatória e excludente – que vigorava no positivismo oitocentista. Assim sendo, Burke (1991, p.12) destaca três fases da conhecida “Escola dos Anais”.

A primeira, entre 1920 e 1945, teve como principal contribuição a reformulação do conceito de tempo histórico, tendo como destaque a atuação dos historiadores Febvre e Bloch. Nesse novo paradigma, propõe-se um aprofundamento maior da pesquisa a partir da longa duração, questionando-se a visão tradicional da história como mera sequência de eventos. Desde essa etapa, a historiografia rompe com o estudo exclusivo dos fatos e dos “grandes homens”, se abrindo para outros recortes, de modo a abordar temas como a população e a natureza e a tornar mais abrangente a delimitação das fontes.

A 2ª fase, que compreende o arco temporal entre 1945 e 1968, consolida a visão crítica da 1ª fase sobre a História Total. Essa fase tem como principal representante Fernand Braudel, autor da tese *O Mediterrâneo*, produção expoente da historiografia contemporânea por construir uma visão sobre a História dentro de três perspectivas sobre o tempo: o tempo geográfico, o tempo social e o tempo individual, ao colocar em primeiro plano as relações sociais existentes no mar Mediterrâneo. Nessa 2ª etapa, os métodos de longa duração da 1ª fase são aprimorados.

Na 3ª fase, de 1968 aos dias atuais, despontou uma notável ampliação da noção de cultura, responsável pelo redimensionamento dos objetos de estudo, de modo a fascicular o estudo da história em diversos temas, como a infância, o livro, a mulher, o corpo, a família etc. A consolidação da micro-história, que visa compreender aspectos sociais, políticos e culturais tendo como objeto um indivíduo e não uma linear sequência de acontecimentos, foi uma das maiores contribuições dessa fase. Pertencem à última etapa historiadores como Roger Chartier, Jacques Le Goff e Philippe Ariès.

Com o objetivo de delimitar o que se chama de Nova História, em inícios de 90, Burke, na sua antológica publicação *A escrita da História: novas perspectivas*, evidencia a dificuldade de discernir em que consiste o novo formato da historiografia, uma vez que o denominador comum entre os historiadores é o questionamento à perspectiva anterior sobre a história. Isto é, o que os une não é exatamente um procedimento metodológico ou um olhar específico sobre as fontes, mas a inquietação com os silenciamentos e as lacunas provocadas pela tradição historiográfica.

Dentro desse âmbito, Burke (1992, p.10) sugere a definição da Nova História partindo daquilo que *não é* a Nova História. Assim, alguns elementos elencados são reveladores de como operou a historiografia tradicional e em que medida houve um rompimento na nova escrita da história. É evidente, *a priori*, que a historiografia do século XIX se dedicava a uma descrição política, de maneira que a história dos “grandes homens” e a história política se tornaram indivisíveis. O problema maior dessa perspectiva é a prerrogativa que sustenta o pensamento da historiografia oitocentista: a visão de uma história única, absoluta e concentrada nas intervenções do Estado, tanto políticas, quanto econômicas. A Nova História propõe descentralizar o passado da figura dos agentes políticos e a redimensiona para a figura do cidadão comum, de seus comportamentos, hábitos compartilhados coletivamente e da sua maneira de compreender o universo em que está inserido.

Para além disso, ainda em dissonância com a história concentrada na política, propõe-se a ampliação da noção de *objeto*, ao reconhecer as ações políticas como **um** objeto de estudo, dentre os mais diversos, da historiografia. Desse modo, a Nova História, quando reconhece qualquer elemento ou ação cultural/simbólica como *história*, possibilita ao historiador compreender os indivíduos e a organização social tendo como objeto, por exemplo, a história das vestimentas, da alimentação, da dança, do livro e da leitura etc. Tal possibilidade confere à historiografia um outro fenômeno: a fragmentação cada vez maior do estudo da história a partir da seleção dos seus objetos.

No que concerne à documentação, a seleção das fontes também sofre radicais mudanças, sobretudo na vasta ampliação do que pode ser interpretado como fonte histórica. Enquanto a história tradicional está vinculada à escrita dos registros oficiais e outros documentos produzidos pelo Estado, a Nova História compreende *fonte* como elementos de dentro e de fora do universo da escrita, materiais e imateriais, capazes de representar legítimos caminhos para a compreensão da história de outro tempo.

A descentralização dos estudos historiográficos, portanto, parte do pressuposto ideológico de que a escrita da história é a interpretação de um indivíduo datado e localizado sobre outros indivíduos, também datados e localizados. Em outras palavras, ao desconstruir a noção de única verdade, desvela-se a função social da história de *interpretar*, em que os resultados dessa leitura do passado são aproximações de como a humanidade viveu, relacionou-se e organizou-se. Sob esse prisma, a historiografia tradicional é uma interpretação dentro da ótica dos privilegiados, das instâncias de poder, que escrevem sobre instâncias de poder anteriores. É nesse sentido que a Nova História se dispõe a protagonizar uma perspectiva oposta, dando voz àqueles que não alcançaram espaços de prestígio social, compreendendo-os como também (e principais) agentes da história. Assim, a Nova História também é reconhecida como, conforme as palavras que nomeiam o artigo de Edward Thompson (1966), “The history from below” (“a história vista de baixo”).

Pretende-se, na proposição de uma história “de baixo para cima”, colocar em evidência a história do povo, sendo motivada pela atuante presença de historiadores marxistas, que objetivaram prioritariamente a análise de outros tempos sob a perspectiva do materialismo histórico, das estratégias de dominação e das resistências das camadas populares na luta de classes. É também de notável interesse, nessa perspectiva, o estudo das relações sociais, costumes, hábitos e comportamentos em geral das classes menos abastadas.

A escolha por evidenciar *o povo* em primeiro plano na escrita da história faz emergir novos desafios – e algumas limitações – para o historiador da Nova História. O primeiro deles, destacado por Sharpe (1992, p. 43), consiste no problema de enquadrar a perspectiva marxista do materialismo histórico em contextos muito remotos. O marxismo interpreta a organização social a partir do tensionamento opositivo (e binário) entre a burguesia e os trabalhadores (operários e camponeses). No entanto, essa é uma organização social que caracteriza a configuração das Idades Moderna e Contemporânea, mas que não se enquadraria perfeitamente em sociedades e tempos com diferentes configurações, a exemplo da Antiguidade e da Idade Média. Os historiadores marxistas, dessa maneira, apesar da vasta e crucial contribuição para a historiografia, interpretam a “história do povo” como equivalente à “história do trabalhador”, ou, mais especificamente, do trabalhador que resiste ao sistema, de modo que

os historiadores do movimento trabalhista (...) não estudaram exatamente as pessoas comuns, mas as pessoas comuns que poderiam ser consideradas os ancestrais do movimento e da resistência; não os trabalhadores como tais, porém como cartistas, sindicalistas, militantes trabalhistas. (SHARPE, 1992, p. 45)

Um outro ponto crucial sobre a história vista de baixo consiste na definição do que vem a ser “povo”, haja vista que, ainda sob a luz de Sharpe (1992, p. 41), a noção de *povo*, enquanto categoria de indivíduos comuns (e de estratos menos privilegiados), é imanente do mundo moderno. Sob essa ótica, o risco que corre o historiador ao conjecturar “povo” sob a perspectiva moderna em estudos de períodos anteriores ao Antigo Regime pode direcioná-lo a um certo anacronismo. É necessário reconhecer, portanto, a complexidade das organizações sociais durante a história, para, em certa medida, relativizar o que se delimita como “povo”.

Além disso, a escassez de fontes que remetam às “pessoas comuns” é também um evidente obstáculo. A expansão da noção de *fonte* leva o historiador a lançar mão de novas estratégias de perscrutar o seu objeto, todavia, ainda assim, é evidente o número reduzido de fontes, na medida em que se avança para tempos mais remotos. Sobre este ponto, é importante destacar que os documentos oficiais – grande foco da historiografia tradicional – não foram necessariamente abandonados pelos historiadores sociais e culturais, mas criativamente otimizados. Um exemplo disso é a investigação da presente dissertação, que se vale de fontes inquisitoriais, produzidas pelo alto clero, para a mensuração dos níveis de alfabetismo no arquipélago dos Açores a partir do cômputo de assinaturas: uma análise fundamentalmente dentro da ótica da Nova História e, nesse cerne, dos estudos culturais.

Com relação ao tratamento das fontes históricas, Burke (1992, p. 25) destaca a delicada interpretação que o historiador da Nova História deve articular, uma vez que, a partir dos documentos, é esperado que desenvolva inferências/deduções em sua análise, mas deve, a todo tempo, vigiar-se para não inferir nenhum posicionamento anacrônico ou teleológico. Assim, ressalva-se que

os princípios subjacentes à leitura não são sempre claros. Só é razoável admitir que retratar o socialmente invisível (as mulheres trabalhadoras, por exemplo) ou ouvir o inarticulado, a maioria silenciosa dos mortos (entretanto necessários para a história total), é um empreendimento mais arriscado do que em geral é o caso da história tradicional. (BURKE, 1992, p. 26)

A Nova História, de modo geral, é representativa de um marco na historiografia de ruptura de paradigmas sedimentados secularmente, na medida em que abandona a “história dos grandes homens” e oportuniza, por um viés antropológico, o estudo da vida cotidiana, dos costumes, dos juízos de valores e dos mais diversos hábitos compartilhados. A Nova História oportuniza, em outros termos, o estudo das produções culturais de diferentes sociedades, partindo da relação entre os comportamentos recorrentes e aquilo que esses comportamentos significam para esses indivíduos. Desse modo, a perspectiva culturalista da Nova História fertilizou um conjunto de estudos que são chamados de História Cultural, campo da historiografia a que se dedica da subseção seguinte.

1.2 SOBRE “HISTÓRIA CULTURAL”: A NOÇÃO DE CULTURA E A CULTURA DO SIGNO ESCRITO

1.2.1 A História Cultural: entre discursos, práticas e representações

A História Cultural (HC), sendo fruto dos estudos da Escola dos Anais, tem a sua fundamentação teórica na historiografia francesa, por isso também denominada por alguns historiadores de “História Cultural Francesa”. A terceira etapa dos Anais, que se estende de finais de 60 aos dias atuais, foi a principal responsável pela mudança na noção de cultura presente na atual literatura sobre Estudos Culturais, tendo a figura do Roger Chartier como um de seus maiores representantes.

É necessário admitir, entretanto, como destaca Barros (2005, p. 126), que um dos fatores mais relevantes a permitir a noção atual de *cultura* dos estudos culturais consistiu na expansão dos objetos historiográficos. Assim, lançando mão de estudos, por exemplo, da relação do homem com o universo da escrita, com as instituições religiosas, com a sua alimentação etc. é

que se percebe a necessidade de propor uma definição de cultura que abarque grande parte desses estudos.

Desse modo, Chartier (2008), em *O que é história cultural?*, destaca que “uma alternativa óbvia para a suposição da homogeneidade cultural é o distinguir entre cultura erudita e cultura popular em uma dada sociedade” (CHARTIER, 2008, p. 40). Em outras palavras, na tradição, existe uma noção sobre cultura vinculada a um tipo específico de produção cultural: as manifestações artísticas/literárias produzidas por aqueles considerados “eruditos”. Assim sendo, as produções artísticas de indivíduos muito letrados foram (e seguem sendo, desafortunadamente, em alguns contextos) compreendidas como *únicas* manifestações culturais, enquanto as produções das periferias receberam/recebem forte estigma por não alcançarem o mesmo *status* de “cultura” tão evidente nas produções de classes mais abastadas. Podem ser elencadas diversas situações, no que concerne à realidade brasileira, que atestam essa recorrente diferenciação, a exemplo da seleção de palavras que fazem referência às comunidades indígenas, em que há o emprego de “mito” para referir-se às religiões, “artesanato” para referir-se às produções artísticas, dentre outros vocábulos. Os Estudos Culturais, por sua vez, reconhecem e legitimam uma noção de cultura muito mais abrangente, de modo que essa concepção

foi estendida "para baixo" (...) de modo a incluir a "baixa" cultura, ou cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares - música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). (CHARTIER, 2008, p. 42)

Portanto, a noção de cultura dos historiadores culturais é a mais globalizante possível, de maneira a considerar José d’Assunção Barros que

ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isso seja preciso ser um artista, um intelectual, um artesão. A própria linguagem, e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam esta noção mais ampla de cultura. “Comunicar” é produzir cultura, e de saída isto já implica na duplicidade reconhecida entre cultura oral e cultura escrita (...). (BARROS, 2005, p. 127)

Dentro da referida mudança de perspectiva sobre cultura, dois pontos são, de forma geral, consensuais entre os historiadores da contemporaneidade. O primeiro deles diz respeito ao tratamento dos objetos considerados tradicionalmente – e de modo bastante problemático –

como “alta cultura”: legitimar manifestações culturais não canonizadas não representa o abandono do olhar sobre objetos com maior prestígio, ou seja, as produções culturais “sacramentadas pela prática museológica” (BARROS, 2005, p. 128) continuam sendo objeto da historiografia. O que ocorre, pois, é a ampliação da noção de objeto, de modo que tais manifestações não são mais consideradas como as únicas a representar “cultura”. O segundo ponto diz respeito ao estabelecimento de relações mais evidentes entre cultura e comunicação: passa-se a avaliar também cultura como um processo comunicativo e não necessariamente como o conjunto de “bens culturais” produzidos pela humanidade.

É válido destacar que a nomenclatura “História Cultural”, apesar de compor um grupo de historiadores com uma noção estreitamente próxima sobre a definição mais ampla possível para cultura, não reúne historiadores com mesmas perspectivas e metodologias. A exemplo disso, enquanto o historiador Michel de Certeau se dedica ao estudo de uma abordagem prioritariamente antropológica, investigando o cotidiano na história e a relação homem-meio, Roger Chartier, por sua vez, se interessa em como os processos de leitura e escrita interferem e fazem parte da realidade dos letrados (e dos não letrados) do Antigo Regime, com enfoque “nas transferências entre cultura oral e cultura escrita” (BARROS, 2005, p. 130).

A proposição de compreender a cultura enquanto atividade vinculada à comunicação projeta pertinentes considerações sobre o que vem a ser cultura dentro desse âmbito. Entre elas, três noções emergem de forma complementar e interdependente: os discursos, as práticas e as representações. Considera-se como discurso nesse contexto o meio por onde as práticas são materializadas e as representações, por sua vez, construídas. O discurso está quase sempre vinculado a questões ideológicas, na medida em que se revela como estratégia para manutenção das desigualdades, mas ao mesmo tempo pode ser o caminho para a resistência e mudança do sistema. A associação direta entre discurso e poder é destacada por Castillo Gómez (2003), para quem o discurso vem a ser

la doctrina o ideología que trata de reglamentar y sistematizar el funcionamiento de una sociedad. (...) Hablo, claro está, del discurso en cuanto espacio y forma de poder, esto es, como el conjunto de textos que la clase dominante o las personas socialmente autorizadas producen con el objeto de ordenar las relaciones y prácticas sociales. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 109)

É importante ressaltar, contudo, que a definição de discurso para Castillo Gómez (2003) se limita à ação unidirecional das instâncias de poder sobre o povo, compreendendo como discurso apenas as intervenções de “controle” ideológico. É necessário, portanto, reforçar que

os contrafluxos, as reações ao sistema e às mais diversas formas de dominação também devem ser interpretadas como práticas discursivas.

Sobre as práticas culturais, uma das maiores contribuições de Chartier (1990) à historiografia, em *A história cultural – entre práticas e representações*, foi a revisão da definição de *prática*, quase sempre vinculada a um sujeito agente. Em outras palavras, uma prática cultural não se limita ao momento de produção de quaisquer objetos, mas também consiste no momento da *recepção*. Assim, tomando-se como exemplo a história do livro e da leitura, as práticas culturais em torno do livro nunca estiveram somente no seu processo artesanal/industrial de confecção, mas nas mais utilidades que lhes são atribuídas pelo leitor, isto é, pelo *receptor* desse objeto. Assim, a compreensão do que vem a ser prática cultural deve agregar tanto a produção, quanto a recepção dos mais diversos objetos. Portanto, *práticas* estão vinculadas tanto aos usos, quanto às funções dos objetos culturais.

As representações, por sua vez, consistem em estratégias de significação, tendo como suporte os contextos de enunciação. Desse modo, as representações estão vinculadas às ideias/noções abstratas, construídas no e pelo senso comum, sobre um determinado objeto cultural. As representações construídas, por exemplo, sobre as músicas populares – como o pagode e o funk no Brasil – são edificadas a partir de um juízo de valor estigmatizado, em que, mesmo sendo consumidas por uma notável porção de brasileiros, estão cristalizadas como produções de “baixa qualidade”.

Castillo Gómez (2003), como historiador social/cultural, destaca os discursos, as práticas e as representações como caminhos para o estudo da relação da humanidade com a escrita. Contudo, discute as três noções como caminhos autônomos, pouco discorrendo sobre a relação entre os três conceitos. José D’Assunção Barros (2005) apresenta, sob a luz do posicionamento de Roger Chartier, como essas noções estão estreitamente ligadas dentro dos estudos culturais, ao evidenciar a relação especial entre as práticas e as representações.

Para tanto, considera-se que as práticas culturais e as representações dos elementos materiais/simbólicos estabelecem uma relação de *complementaridade*, em que as práticas produzem representações e as representações são capazes de induzir determinadas práticas. As práticas, assim, como um conjunto de hábitos/costumes, passam a produzir determinados juízos de valor sobre si mesmas, na medida em que esses juízos de valor – que representam o “imaginário” comum desses hábitos e costumes – conduzem a maneira com que os gestos sociais são efetivados. A partir dessa relação interdependente, diversos objetos culturais são

situados, na HC, entre as ações humanas e a maneira com que a sociedade de seu tempo as representa.

Por conseguinte, diversos exemplos figuram entre os historiadores para comprovar o elo indivisível entre as práticas e as representações. Barros (2005, p. 131) destaca como os distintos imaginários para *mendigo* na Baixa Idade Média e na Idade Moderna são reveladores dessa associação. No final da Idade Média, os mendigos eram vistos pela nobreza e pelo alto clero como uma possível via de acesso para salvação pela caridade. Logo, a presença dos mendigos entre feudos, nas pequenas cidades e nas feiras não desagradava as categorias sociais mais abastadas, haja vista que a pobreza era instrumento, pela “compaixão”, de garantia do reino dos céus. Com o advento do Antigo Regime, o fortalecimento de um modelo capitalista, o surgimento dos pensamentos iluministas e um certo enfraquecimento do pensamento/paradigma cristão, os mendigos passaram a ser vistos como marginais, nocivos e, em muitos casos, vadios. Nesse contexto, perdendo a sua “utilidade” para o clero e a nobreza, passam a ser excluídos das feiras, negligenciados nos médios burgos e são obrigados a ter uma vida itinerante, haja vista que a todo momento eram expulsos dos espaços em que tentavam se alojar. Desse modo, o olhar, isto é, a *representação* do mendigo sob a ótica cristã da Baixa Idade Média promovia *práticas* de assistência e acolhimento. Da mesma forma, as mudanças sociais, econômicas e culturais que impactaram a Idade Moderna afetam a *representação* do mendigo, de modo que essa mesma categoria social passa a receber um tratamento oposto ao que recebia no final da Idade Média.

Um outro exemplo é a representação dos acervos de livros pessoais apontada por Chartier. As “livrarias”, como eram chamados, segundo Chartier (2004, p. 137), os espaços domésticos onde se organizavam os livros, até o final da Idade Média eram lugares de certo convívio social, uma vez que o ato de ler estava associado a uma atividade oral e coletiva – lia-se alto para aqueles e aquelas que não sabiam ler – e eram situadas próximas à entrada da casa, o que permitia maior circulação de pessoas neste ambiente. Na Idade Moderna, com o aumento da difusão social da escrita e com a mudança no hábito da leitura, que se torna progressivamente silenciosa e individual, os acervos de livros passam a ser, assim como a atividade de ler, mais privados e perde-se, de certa forma, a noção de “livrarias” como espaço de convívio, sendo representadas como um lugar para leitura pessoal e íntima. Assim, é possível inferir que as sensíveis mudanças nas atividades de leitura foram capazes de modificar as práticas (e as representações) dos espaços em que se guardavam os livros.

E a noção de discurso, onde se encaixa na relação de complementaridade entre as práticas e as representações? Os discursos, conforme elucida Barros (2005, p. 135), estão exatamente no limiar entre as práticas culturais e as representações construídas em torno dessas práticas. O discurso se revela como a expressão do homem sobre suas práticas comuns, ao mesmo tempo em que é no discurso que se firmam as representações sobre os mais diversos elementos que circundam o universo que o indivíduo constrói sobre si mesmo.

Uma grande contribuição da História Cultural para a historiografia contemporânea é o reconhecimento de que a história é feita por *sujeitos*. Nesse sentido, ao invés de analisar o passado a partir dos acontecimentos ou das circunstâncias, coloca-se em evidência que tanto os acontecimentos quanto as circunstâncias que favoreceram (ou não) as relações sociais e culturais foram realizados por pessoas. Pessoas com a sua carga subjetiva, com a forma de pensar do seu tempo, capazes de diariamente produzir e reproduzir elementos culturais próprios da sociedade em que se encontram.

É também, ainda, um grande destaque da História Cultural o especial enfoque nos *processos*, isto é, nos meios de produção de elementos culturais, de como eles circulam pelos indivíduos e se difundem e as diferentes recepções que atribuem os sujeitos a esses elementos. Assim, ao ser analisada, por exemplo, a história do livro e a da leitura, são de interesses dos historiadores culturais os elementos materiais que compõem o livro, os sujeitos envolvidos (de autores a editores, dos vendedores a leitores) na produção e circulação do objeto e as possíveis representações sobre este produto/processo cultural “livro” em outros períodos da história.

Portanto, História da Cultura Escrita (HCE), campo de investigação no qual a presente dissertação está inserida, se revela como um dos afluentes da vasta produção da História Cultural, de modo que a definição ampla de cultura enquanto fenômeno comunicativo, o enfoque nos sujeitos, a análise dos processos/transferências de elementos materiais e simbólicos produzidos pela sociedade e as relações entre discursos, práticas e representações – reconhecidamente eixos norteadores da História Cultural – são eixos norteadores também da História da Cultura Escrita.

1.2.2. A (Nova) Paleografia em tempos de Nova História

O século XX foi marcadamente um período de dismantelamento de paradigmas construídos por centenas de anos, de modo a admitir Eric Hobsbawm que “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que se vinculam à nossa experiência pessoal – é um dos fenômenos mais característicos do século XX” (HOBSBAWN, 1995, p. 13). A

construção, assim, de novos olhares para o mundo atinge boa parte dos campos epistemológicos, nomeadamente das ciências humanas, em que o labor científico adquire um caráter mais amplo e as fronteiras entre as disciplinas tornam-se menos rígidas. Dentro desse âmbito, a Paleografia, historicamente reconhecida como o estudo dos manuscritos, ganha novos rumos e revitaliza-se, sobretudo na segunda metade do século XX.

A mudança no tratamento das fontes escritas se deve, desse modo, à mudança da maneira com que se olha para os textos escritos, com o que se designa *texto escrito* e na relação desse texto com elementos de fora dele. Assim, conforme destaca Castillo Gómez (2003, p. 95), os textos escritos deixam de ser considerados como meros instrumentos de comunicação, perspectiva que prende o texto especificamente à sua finalidade, e passam a ser vistos como um universo de práticas sociais, inseridas em um lugar/tempo que justifica seus processos de produção, vinculadas à maneira de viver de determinados indivíduos.

Desse modo, propõe a chamada *Nova Paleografia* a compreensão das consequências sociais e culturais que são derivadas da difusão – pelo espaço e pelo tempo – das produções escritas, bem como a compreensão das razões que impulsionaram a produção de textos escritos, isto é, a sua função social exercida em diferentes civilizações e contextos. Assim, para investigar os impactos e as diferentes implementações da escrita nas sociedades, os novos estudos sobre o texto escrito se valem de um caráter demasiadamente interdisciplinar.

A Nova Paleografia emerge em meados dos anos 60 de estudos denominados “História da Alfabetização”. Considerar nos estudos paleográficos os processos de aquisição da leitura e da escrita representa uma nova “ciência das escrituras”, que tem como prioridade o estudo das funções sociais do escrito e da sua utilidade em uma determinada sociedade. Nesse interim, é colocada em segundo plano a mera análise pericial e descritiva de documentos oficiais – recorrente na tradição paleográfica – para pôr em evidência a história dos textos escritos de forma ampla. Assim, a Nova Paleografia se ocupa de dois propósitos basilares, conforme Castillo Gómez (2003, p. 96), que são as formas gráficas e processos de produção, juntamente com as estruturas socioeconômicas que manipulam a atividade tecnológica que é a escrita. Em outros termos, a análise das formas gráficas requer um estudo dos sujeitos que operam na confecção processual dos textos, na medida em que as configurações econômicas e sociais são determinantes também para produzir da maneira com que se produz.

Assim como, para os Estudos Culturais, cultura se revela enquanto atividade comunicativa, os estudos paleográficos compreendem a escrita como uma espécie de *tecnologia*

da comunicação, sendo de interesse do paleógrafo conhecer como a escrita participa da organização e de funções práticas na sociedade. Em outras palavras, ao interpretar o texto escrito como “tecnologia da comunicação”, buscam-se compreender os efeitos da escrita na sociedade e as funções a ela atribuídas enquanto prática social.

É importante destacar que o que se designa *Nova Paleografia* abarca mais de 40 anos de estudos voltados ao texto escrito, com consideráveis revisões (sobretudo) metodológicas. A fim de mensurar as mudanças de perspectiva dessa área no correr do tempo, Castillo Gómez e Carlos Sáez (1994), em *Paleografia versus alfabetización: reflexiones sobre historia social de la cultura escrita*, traçam um panorama dos recentes estudos paleográficos, periodizando a Nova Paleografia em três diferentes momentos.

O primeiro momento diz respeito à delimitação de “história da alfabetização” como um objeto de estudo, atribuindo uma finalidade científica aos estudos voltados à produção escrita durante o tempo. Para tanto, a primeira fase foi de delimitação de fontes e elaboração de métodos que dessem conta de um viés mais cultural e globalizante. É nesse contexto que emerge o chamado “método do cômputo de assinaturas”, uma estratégia de investigar macroscopicamente o grau de difusão social da escrita de determinada sociedade. Compreendendo que na Idade Moderna não foram realizados pelos Estados nacionais levantamentos estatísticos que apontassem a quantidade de pessoas alfabetizadas, os historiadores contemporâneos, para preencher essa lacuna, se valem de documentos que recolheram assinaturas da população, como atas de casamento, registros de batismo e, a exemplo da documentação desta dissertação, livros inquisitoriais, reconhecendo a assinatura como indicadora da relação do indivíduo assinante com o universo da escrita.

No entanto, a análise da difusão social da escrita a partir do binômio “assinante x não assinante”, na primeira etapa da história da alfabetização, adquiriu uma natureza demasiadamente quantitativa, com considerações objetivas e fortemente vinculadas aos resultados percentuais do cruzamento do fator *saber assinar* com os demais dados sociais registrados nos documentos. Assim, a análise da difusão social da escrita esteve presa, nesse primeiro momento, a “interpretações unívocas” (CASTILLO; SAEZ, 1994, p. 36) vinculadas aos resultados numéricos de quantos sabiam e quantos não sabiam assinar. Uma outra limitação dos estudos iniciais vem a ser a equivocada associação da alfabetização com a ideia “civilizatória” em que saber ler e escrever seria categoricamente um sinal de desenvolvimento econômico, tanto individual, quanto coletivo.

A segunda geração é reconhecida pela intensificação dos estudos quantitativos a partir do cômputo de assinaturas, no entanto, com maior preocupação em qualificar e relativizar os dados numéricos, ao interpretar a aquisição e uso da escrita como um *processo* complexo que envolve diferentes contextos. Destaca-se, nessa segunda etapa, a atenção maior ao contexto das produções escritas e aos fatores ideológicos/culturais que delimitam a atividade técnica da leitura e escrita para determinada categoria social, na medida em que ser capaz de ler e escrever são habilidades técnicas que conferem *poder* ao indivíduo comum. Assim, a historiografia da alfabetização descentraliza seu campo de investigação dos cômputos de assinaturas e passa a desenvolver também outros estudos vinculados a usos/práticas de escrita. É nesse cerne que a história do livro e da leitura, promovida sobretudo pela *École des Annales*, ganha maior corpo e dá novos rumos aos estudos voltados ao universo da escrita.

A terceira geração é marcada pela expansão da variedade de fontes como objeto de estudo e pela sofisticação metodológica – mais substancial do que nas duas gerações anteriores. Contudo, a principal diferença da terceira geração em relação às demais é o investimento no viés interdisciplinar da história da alfabetização, admitindo-se imprescindível a relação com outras áreas do conhecimento. Desse modo, estabelece-se, por exemplo, a associação da alfabetização com a política cultural, ou com a economia política, ora como fator conservador de controle social, ora como estratégia de subversão do sistema. Por conseguinte, com outros campos epistemológicos envolvidos, há uma revisitação do próprio conceito de alfabetização e uma visão sobre a escrita como um centro irradiador de (certa) cultura que também atinge aqueles que não sabem ler e escrever. A interdisciplinaridade que vigora nessa última geração foi responsável pelo caráter indivisível presente na relação da história da alfabetização com a história cultural (nomeadamente a história do livro e da leitura), motor para delimitação do campo “História da Cultura Escrita”.

Ademais, é sabido que na Paleografia tradicional, ao considerar o estudo das produções escritas tão somente pela imanência do texto, fechando-se para aspectos que vão além da sua materialidade, quatro perguntas eram propostas sobre o documento: o que se produziu? Quando foi produzido? Onde foi produzido? E como foi produzido? Na Nova Paleografia, por sua vez, a partir da verticalização dos estudos da história da alfabetização, Petrucci (2003) propõe o acréscimo de mais duas perguntas: Quem produziu? Por que produziu? As duas últimas perguntas representam hoje o principal foco da História da Cultura Escrita.

Armando Petrucci é, portanto, reconhecidamente o principal responsável pela reconfiguração metodológica da Nova Paleografia, ao propor uma análise dos textos escritos

ainda mais qualificada e substancial. Para confirmar essa expoência, no prólogo do livro *Alfabetismo, escritura y sociedad*, Roger Chartier e Jean Hébrard reforçam que

Situando en el centro de todos sus tranajos las formas, los soportes y la difusión, más o menos amplia según los tempos y los lugares de la cultura escrita, Armando Petrucci no sólo hace una obra de historiador especializado: nos proporciona unos instrumentos que nos permiten comprender, y, quizá, dominar mejor las inquietudes que crea hoy la entrada en un mundo donde se transforman, a la vez, las técnicas de producción de la escritura, los soportes de su diseminación y las modalidades de su apropiación. (CHARTIER; HÉBRARD, 1999, p. 20)

De acordo com Petrucci (1999), para além dos estudos do processo de produção das escrituras e de suas diversas recepções pelo leitor, são também relevantes as decisões ideológicas em torno do processo de produção e a compreensão dos diferentes graus de alfabetização, principalmente nos distintos estratos sociais. Para tanto, dentre as propostas metodológicas para a análise dos níveis de alfabetismo, propõe-se um estudo da *morfologia das assinaturas*, em que se busca investigar, em documentos oficiais que recolhem assinaturas (atas de casamento, registro de batismo etc.), o nível de cursividade da letra e o grau de familiaridade, a partir de elementos paleográficos, do sujeito assinante com a escrita.

A Paleografia, em seu novo formato, figura, por fim, como campo interdisciplinar de que a História da Cultura Escrita emergiu, mas não a partir de um processo “linear”, menos ainda na condição de campo auxiliar dos estudos paleográficos, mas conseguindo estruturar-se de forma autônoma. A subseção seguinte detalha o processo de formação deste campo.

1.3 SOBRE “HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA”: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO CAMPO

A mudança de olhar sobre os textos antigos, abandonando a noção de escrita como mero instrumento de comunicação e evidenciando nessa atividade tecnológica um universo de práticas sociais e de cultura, foi pedra angular para o advento do que hoje circunscreve um campo de investigação autônomo e fundamentalmente interdisciplinar. No entanto, até a iniciativa de reunir as recentes pesquisas – de diferentes pressupostos teóricos e metodológicos – sob a égide da “História da cultura escrita” (HCE), diversos trabalhos em torno do texto escrito foram desenvolvidos de forma concomitante sem necessariamente estarem relacionados.

Castillo Gómez (2003), em “Historia de la cultura escrita: ideas para el debate”, objetiva traçar esse caminho epistemológico que consistiu no reconhecimento de um novo campo a partir do interesse comum de investigar as consequências sociais e culturais que são derivadas

da implantação e da extensão do código escrito (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 95). Para tanto, é esclarecida a dificuldade de estabelecer o início do estudo propriamente dito da HCE, ao passo em que é em meados da década de 90 que esse estudo ganha consistência, emergindo da confluência de dois campos de investigação: um que Castillo Gómez denomina *Ciências das Escrituras* e outro que é a *história do livro e da leitura*.

A *Ciências das Escrituras* diz respeito à Nova Paleografia da segunda metade do século XX, a qual desponta um enfoque sobre como elementos sociais direcionam as motivações para a produção do texto escrito, dando destaque às finalidades de ler e de escrever de uma determinada sociedade. Assim, a Paleografia passa a perder a sua natureza exclusivamente “pericial” em função do fortalecimento de uma visão mais ampla da produção escrita. Desse modo, sobre essa virada epistemológica, Castillo Gómez (2003, p. 98) evidencia dois novos propósitos dos estudos paleográficos: 1) A relação entre as formas gráficas e os seus particulares meios de produção; 2) As estruturas socioeconômicas que manipulam a tecnologia escrita. Portanto, a *Ciências das Escrituras* dá conta das características internas do texto a partir das associações desse texto com o meio em que foi produzido e a organização social do lugar em que foi escrito.

Os estudos paleográficos, nesse contexto, se firmam como o estudo da escrita enquanto “tecnologia da comunicação” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 100), sendo de interesse da *Ciências das Escrituras* conhecer como a escrita participa das ações cotidianas e das práticas sociais, ao passo que ela também representa uma prática social. Dessa forma, compreender a escrita como uma tecnologia vinculada à comunicação estimula o estudo dos seus efeitos no pensamento e na organização social, como também o estudo das funções atribuídas à escrita enquanto prática coletiva.

Paralelamente à *Ciências das Escrituras*, o campo da *História do livro e da leitura* investigava os processos de produção e distribuição de livros, sobretudo do mundo moderno. *A priori*, é importante destacar que esse campo emerge da Escola dos Anais – berço da Nova História e da História Cultural – em que se delimita, dentre vários objetos de estudo, o livro como uma experiência antropológica e cultural. Nesse âmbito, Roger Chartier figura como um dos mais expoentes historiadores culturais e principal responsável pelo estudo das produções e distribuições de livros no Antigo Regime.

Para compreender *livro* como um produto e um processo cultural, foi necessário superar a história do livro enquanto simples objeto de posse e também superar a história

estritamente material do livro e das bibliotecas para trilhar em direção à história que visa à utilidade do livro: a história das leituras. Nesse viés, evidenciar no livro a sua finalidade – a prática de ler – causou um efeito positivo à historiografia cultural, que é pôr à luz o sujeito leitor, não como quem passivamente recebe um produto acabado, mas um sujeito que ativamente infere sobre aquilo que lê, sendo essa atividade de leitura realizada de diferentes maneiras, a partir das circunstâncias em que está inserida.

O enfoque na história da leitura (e do leitor), assim, gera relevantes efeitos, como o avanço da crítica literária, da “estética da recepção” e da ampliação da noção de leitura, reconhecendo-se, de antemão, o papel agente e autônomo do sujeito leitor. Essa nova noção de leitura esteve fortemente vinculada às novas noções de língua e de outras expressões comunicativas, que questionam o olhar sobre a linguagem como estritamente um sistema linguístico autônomo e imanente, dando espaço a uma perspectiva que reconheça a linguagem enquanto manifestação cultural.

Em suma, a História da Cultura Escrita enquanto campo de investigação se consolida pela confluência dos dois campos desdobrados: a Ciências das Escrituras e a história do livro e da leitura, tendo como propósito comum as mais diversas relações da humanidade com o universo da escrita. Assim, nas palavras de Castillo Gómez,

si hasta hace poco la escritura y la lectura se han considerado como objetos de estudio separados, movilizand o saberes específicos y tradiciones nacionales extrañas unas a las otras, el objetivo de la historia de la cultura escrita pasaría justamente por ensamblar, en una historia de larga duración, los diferentes soportes del escrito y las diversas prácticas que lo producen o lo apropian. Se configura, em fin, como una forma específica de elaborar la historia cultural. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 105).

Dentro dessa perspectiva, a HCE reúne questões teóricas e metodológicas de dois campos de investigação. Reconhecendo a História da Cultura Escrita como um vetor da História Cultural, Castillo Gómez propõe, dentro da base teórica da historiografia cultural postulada na subseção 1.2.1 deste capítulo, três caminhos para o estudo da cultura escrita: os discursos, as práticas e as representações.

No universo da escrita, os *discursos* seriam, conforme Castillo Gómez (2003, p. 110), equivalentes à doutrina ou ideologia que regulariza o funcionamento de uma sociedade, estando vinculado às instâncias de poder e controle social. Assim, o valor da escrita não está restrito àqueles que sabem ler e escrever, mas atinge diretamente aqueles que não são alfabetizados por serem controlados ideologicamente. As *práticas* dizem respeito aos testemunhos específicos

onde se expressam os usos e as funções atribuídas ao escrito. Assim sendo, as práticas (o uso propriamente dito da escrita) relativizam as noções discursivas, evidenciando que alguns indivíduos de estratos sociais menos privilegiados tiveram acesso à leitura e à escrita e utilizaram tal habilidade como forma de subverter o sistema e a própria ideologia – a exemplo de escravizados africanos e afro-brasileiros que foram alfabetizados. As *representações*, por sua vez, consistem nas estratégias de significação dos elementos voltados à leitura e à escrita, e estão sujeitas a constantes modificações, a partir das diferentes práticas e da forma de significar essas práticas. A passagem da Idade Média para a Idade Moderna, por exemplo, marca uma sensível mudança nas representações de leitura e escrita, sobretudo pelo surgimento de novas finalidades ao texto escrito e pelo avanço numérico da quantidade de alfabetizados na Europa Ocidental, conforme ilustra Chartier (2004).

Castillo Gómez (2003, p. 114), como estratégia para o estabelecimento de caminhos (do que já foi feito no campo e do que pode ser feito) da HCE, evidencia as *fontes* suscetíveis de serem foco para o estudo dos discursos, das práticas e das representações em torno do mundo das letras. As *fontes para o discurso* são, conforme Castillo Gómez (2003, p. 115), todos os textos socialmente “autorizados”, oficiais, através dos quais se estabelece e se propaga uma determinada concepção de leitura e escrita. Nesse meio, estão incluídos textos produzidos no seio das instâncias de poder: do direito, da política, da igreja, da academia e assim por diante. Os *testemunhos das práticas*, por sua vez, constituem *corpora* mais extensos e imprecisos, por abarcarem a totalidade dos textos escritos, não somente – como nas fontes do discurso – os de caráter oficial, mas também os de foro privado, de manuscritos a impressos. Consoante o autor (p. 115), no tocante aos testemunhos das práticas, a HCE tem voltado seu olhar para o valor cotidiano da escritura, em uma espécie de contraponto à “escrita oficial” analisada através dos discursos. Por fim, as fontes para as *representações* são levantadas a partir de textos que evidenciem a maneira com que cada sociedade enxerga e faz uso da escrita, a exemplo de manifestações da crítica literária.

A História da Cultura Escrita, ainda de acordo com o panorama de Castillo Gómez (2003, p. 115), lança mão das etapas de aquisição, produção, recepção e conservação do texto escrito, considerando que cada uma das quatro perspectivas sobre o *tempo* do texto escrito guarda especificidades que definirão o modo como o texto será estudado pelo historiador da cultura escrita, que, para além desses aspectos, deverá voltar o seu olhar, de acordo com Petrucci (1999, p. 26), para outras questões, como a difusão social e a função da escrita.

O historiador da cultura escrita deve atentar, *a priori*, para o *tempo da aquisição*, quando se debruçará sobre a competência gráfica, guardando atenção particular às condições sociais, à função atribuída à escrita em cada época e sociedade, bem como às políticas de alfabetização (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p.116).

Ademais, o pesquisador também deve analisar o *tempo da produção*, aspecto que circunscreve as situações as quais interferem no momento de criação/produção de um texto escrito, considerando desde os elementos materiais e gráficos até as circunstâncias históricas que envolvem o testemunho. A partir dessa perspectiva, é peremptório ir além da materialidade do texto, analisando aspectos discursivos presentes nas sociedades de onde os textos foram produzidos.

No *tempo da recepção*, o protagonismo é passado do(s) autor(es) do escrito para o(s) leitor(es), que dão um sentido particular ao texto, que não é necessariamente igual ao sentido previsto. Dentro desse âmbito, emergem dois conceitos de leitores: o leitor implícito, cuja leitura sobre a obra está alinhada às expectativas de quem escreveu, e o leitor real, que subverte tais expectativas ao criar novos sentidos ao texto.

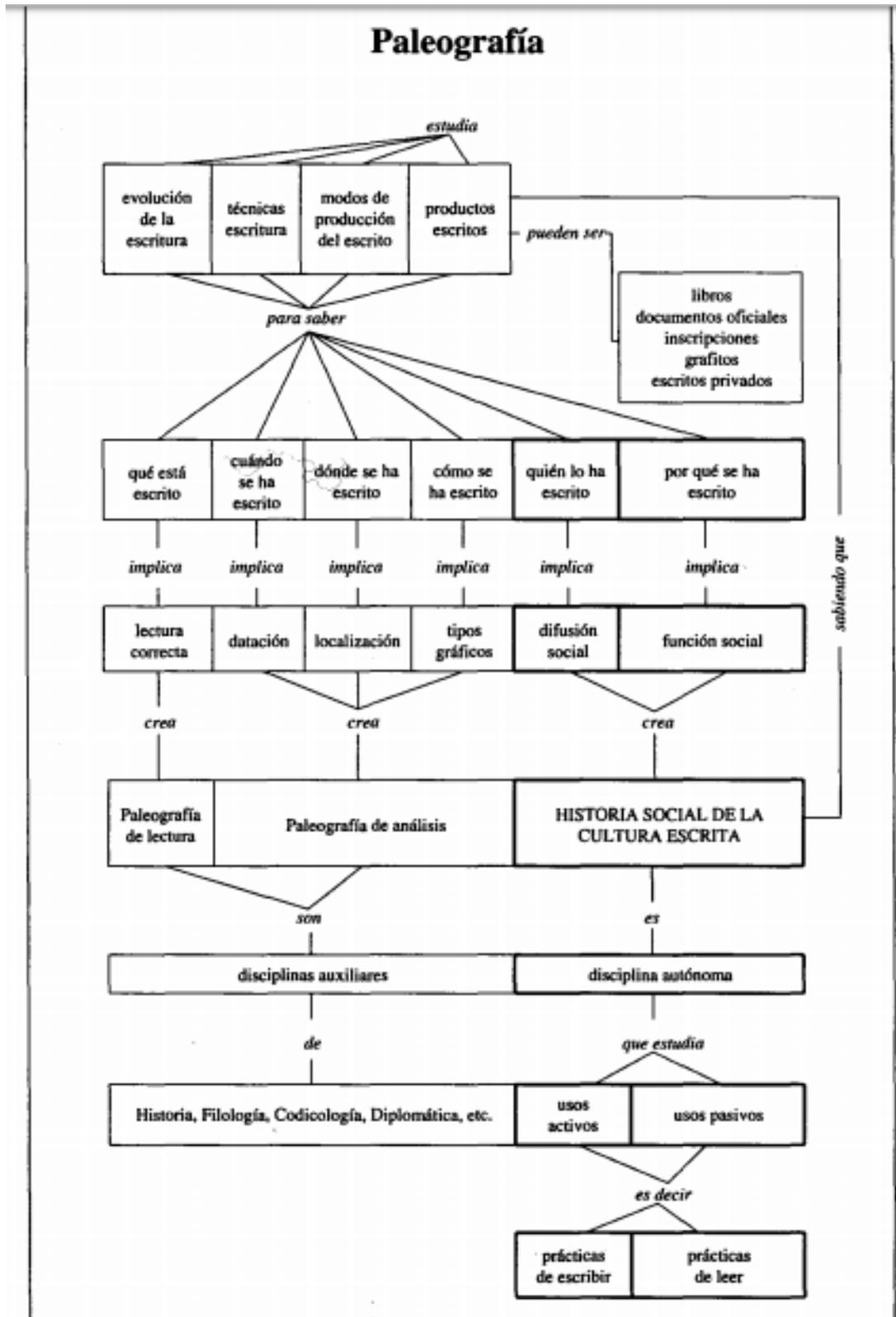
Finalmente, no *tempo da conservação*, analisa-se a capacidade do texto escrito de ultrapassar as fronteiras do seu momento de produção e circulação. Segundo Castillo Gómez (2003, p. 119), o estudo da história de um testemunho deve buscar no seu discurso as pessoas e instituições que historicamente foram responsáveis pela sua criação e propagação. Nas palavras do autor, é fundamental conhecer a história das “instituições memoriadoras”, que são os museus, as bibliotecas, os arquivos e as igrejas onde se conservam as memórias escritas, compreendendo as razões de sua conservação, assim como estudar as formas estratégicas de destruição de documentos escritos – e, igualmente, as razões de sua destruição.

Em suma, HCE é um afluyente dos estudos culturais, mas também ganha consistência no destaque à função e distribuição sociais da escrita, fatores adquiridos pela Nova Paleografia. O que deve ser evidenciado, assim sendo, é que a História da Cultura Escrita não é constituída de uma simples justaposição de duas frentes de estudo, mas sim de um campo autônomo em que a Ciências das Escrituras e a História do Livro e da Leitura se tornam campos de investigação praticamente indivisíveis.

A preocupação em delimitar uma espécie de “genealogia” epistemológica que melhor explique a formação do novo campo foi marcante para a afirmação da sua autonomia, haja vista a resistência de muitos paleógrafos, na década de 90, para o reconhecimento dessa nova

perspectiva. Foi com essa motivação que Castillo Gómez e Sáez (1994), em “Paleografía e Historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito”, propuseram um esquema que organiza as delimitações que constituíram, dentro da Paleografía, o campo da História da Cultura Escrita. Leia-se, abaixo, o quadro proposto por Castillo Gómez e Sáez (1994, p. 31):

Figura 1- Delimitación del campo Historia de la Cultura Escrita



Fonte: Paleografía e Historia de la Cultura Escrita: del signo a lo escrito – Castillo Gómez e Sáez (1994, p. 31).

O quadro proposto por Castillo Gómez e Sáez (1994, p. 31) delimita a Paleografia em quatro linhas de estudo: a evolução da escritura, as técnicas de escritura, os modos de produção do escrito e os produtos escritos. É partindo dessas quatro perspectivas que são estabelecidas as **finalidades** do estudo da Paleografia: *o que* está escrito, que implica na “leitura correta”; *quando* foi escrito, que implica na data de produção; *onde* foi escrito, que implica na localização; *como* foi escrito, que implica nos tipos gráficos; *quem* escreveu, que implica na difusão social do texto escrito e *por que* foi escrito, que implica na função social de produção de textos escritos.

Assim sendo, Castillo Gómez e Sáez (1994) situam a História da Cultura Escrita como um campo que emerge dentro duas das referidas finalidades: **quem** escreveu, isto é, os sujeitos presentes no processo de elaboração e circulação dos textos escritos; e **por que** escreveu, dentro das motivações socioculturais vinculadas às mais diversas utilidades da escrita em uma dada sociedade. Paralelamente, os autores propõem a formação de outros dois campos: a Paleografia da Leitura, que se concentra no conteúdo (o quê) presente nas escrituras e a Paleografia Analítica se responsabilizaria pelo contexto – lugar e tempo – que circunstancia a produção escrita.

Apesar da relevância e do valor que possui o esquema proposto por Castillo Gómez e Sáez, sobretudo pela contribuição de, objetivamente, discernir onde estaria situada a HCE enquanto campo autônomo dentro da composição da Paleografia, algumas ressalvas devem ser pontuadas. A primeira delas é decorrente de um problema comum das delimitações de estudos científicos por esquemas: a restrição de um campo destacando o que pertence e o que não pertence a ele. A limitação de História da Cultura Escrita com o propósito específico de analisar somente *quem* escreveu e *por que* escreveu acaba por não levar em conta que, para compreender as funções sociais da escrita, os outros quesitos – o que, quando, onde e como – também são valiosos para o que se propõe investigar a HCE.

A delimitação da Paleografia de Leitura e da Paleografia Analítica como “disciplinas auxiliares” de outros campos, não as reconhecendo enquanto campos autônomos como foi reconhecida a HCE, também pode ser considerada uma questão discutível, haja vista que não são meros instrumentos metodológicos de outras áreas, mas possuem objeto de estudo e arcabouço teórico particulares.

Contudo, deve ser levado em conta o arco temporal que nos separa da publicação deste quadro: mais de vinte anos depois, o que se compreende por História (Social) da Cultura Escrita

revela-se como um campo mais consistente, amplo e amparado por inúmeras divulgações científicas.

No que concerne ao termo “cultura escrita”, Ana Maria Galvão (2010, p. 218) sugere que se chamem as práticas culturais de escrita como “culturas do escrito”, de modo a substituir “cultura escrita”. A partir de uma perspectiva antropológica de cultura, em que o sujeito não estaria inserido/situado em uma cultura, mas *produzindo* os processos de escrita, e considerando cultura um conjunto de elementos materiais e simbólicos produzidos dinamicamente pelos indivíduos, a expressão “culturas do escrito” agrega, segundo Galvão (2010, p. 219), mais possibilidades de estudo e de interpretação do que “cultura escrita”. No entanto, ao se referir a este campo, Galvão mantém o uso da expressão “cultura escrita”, por ser ainda desse jeito que tais estudos são reconhecidos e delimitados.

Ainda sobre a necessidade de revisão da nomenclatura do campo, uma discussão marcante na formação da História da Cultura Escrita é a inserção ou não inserção do termo “social” (História Social da Cultura Escrita), haja vista que a diferença fundamental entre a Paleografia tradicional e a HCE é a perspectiva social desenvolvida pela última, questão pormenorizada na próxima subseção.

1.4 SOBRE “HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA” E COMO UM DEBATE EDITORIAL EVIDENCIA OS RUMOS DE UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

A História da Cultura Escrita, a partir da década de 90, firma-se com objetos teóricos e metodologia particulares, tendo como marca primordial a sua natureza interdisciplinar, o que, na Nova Paleografia, se materializa principalmente na terceira geração da História da Alfabetização. Nesse ínterim, alguns historiadores/paleógrafos, representados pela figura de Carlos Sáez e de Castillo Gómez, reforçam na História da Cultura Escrita a sua perspectiva *social*, dentro da noção de cultura como processo de produção (práticas/representações) de elementos construídos na relação entre sujeitos presentes em certo tempo/lugar, de modo a destacar a forte presença da História Social no âmbito da História Cultural.

Desse modo, propuseram Castillo Gómez e Sáez (1994) – ou, ao menos, levaram a proposta à discussão, como veremos – o acréscimo do termo *social* ao se tratar da HCE, de modo que esse campo seja referido como *História Social da Cultura Escrita*. Essa atitude foi palco de um caloroso debate entre o paleógrafo Angel Terrero (catedrático da Universidad Complutense de Madrid) e os pesquisadores Castillo Gómez e Sáez (Universidad de Alcalá de Henares), em virtude de uma decisão editorial que se revela como valiosa alegoria das

divergências epistemológicas entre a paleografia tradicional e a moderna, bem como representa diferentes visões sobre a História da Cultura Escrita, razões que justificam a inserção desse debate em uma subseção à parte.

A discussão teve seu mote na publicação de um livro para estudantes de graduação que se interessassem pelo estudo de textos antigos, “Introducción a la paleografía y a la diplomática general”, organizado por Angel Terrero, que, além de organizador, também fez parte do corpo editorial com outros onze professores. Um dos capítulos desse livro foi escrito por Antonio Castillo Gómez e Carlos Sáez, com o objetivo de apresentar didaticamente as interfaces entre a Paleografia e aquilo que os autores já denominavam História **Social** da Cultura Escrita. *A priori*, o capítulo chamava-se “*Paleografía e historia social de la cultura escrita: del signo a lo escrito*”. No entanto, o capítulo foi lançado no livro como “*Paleografía e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito*”, sem o termo *social* e sem consultar os autores sobre a alteração do título, havendo também outras intervenções, em diferentes graus, dos editores sobre do texto.

Reagindo a esse comportamento editorial da organização do livro, Castillo Gómez e Sáez (1999) publicam um artigo na revista *Scrittura e Civiltà*, a fim de se posicionarem criticamente sobre as alterações substanciais realizadas no referido capítulo. O artigo “*La eliminación de lo ‘social’. A propósito del concepto y destino de la paleografía*” considera as alterações como dotadas de desonestidade intelectual e direciona as críticas à figura do organizador e editor geral do livro, Angel Terrero. O valor de se posicionar sobre esse episódio não está somente na importância de uma “errata” ao que foi publicado, mas sobretudo pela leitura feita por Castillo Gómez e Sáez (1999) sobre esse gesto, o qual estaria vinculado, segundo os autores, a uma forte resistência de paleógrafos tradicionais no que concerne às mudanças no campo da História Social da Cultura Escrita, em uma negação capaz de rasurar, sem permissões, o texto de outros paleógrafos. Para tanto, ressalta-se a importância de empregar o termo “social”,

dado que este explora la aventura del concepto de la paleografía desde sus formulaciones originales más clásicas hasta su plasmación em el ámbito de la historia social de la cultura escrita, buscando así la constante e irrenunciable vinculación entre la escritura y la sociedade, acreditada por uma rica tradición de estúdios. (CASTILLO GÓMEZ e SÁEZ, 1999, p. 442)

A respeito das intervenções gerais sobre o texto, os autores destacam que, para além de representar uma divergência de pontos de vista, trata-se também de uma postura ideológica

conservadora e positivista, de uma forma de fazer ciência ultrapassada e prejudicial, na medida em que se opta

por una paleografía de contenido empirista, cuyo alcance se percibe en el plan y desarrollo de la obra, un manual de inspiración positivista que, lejos de asumir las nuevas lecturas de la paleografía y de la diplomática, em definitiva, cuanto concierne a las implicaciones introducidas por los estudios que las han abierto al diálogo con las sociedades productoras de lo escrito, se empeña en la materia relativa a la taxonomía y descripción gráfica, por um lado, y a la disección interno-externa de los documentos, por otro, sin considerar realmente las situaciones sociales y culturales a las que responden y de las que son testimonio. (CASTILLO GÓMEZ E SÁEZ, 1999, p. 443)

Como resposta à repercussão do texto de Castillo Gómez e Sáez, Angel Terrero posiciona-se duramente, em artigo publicado em 2001 na Revista *Espacio, Tiempo y Forma*, a respeito das intervenções no livro organizado por ele, desenvolvendo uma réplica marcadamente pessoal e acusatória, como o próprio título sugere: *Respuesta tardía a la descalificación y crítica destructiva de dos profesores de Universidad que no toleran a quienes mantienen ideas y puntos de vista distintos a los suyos en la investigación y docencia de la Paleografía*. Busca-se, dessa forma, reverter a acusação de desonestidade intelectual ao interpretar a postura de Castillo Gómez e Sáez (1999) como intolerante e injusta, haja vista que, conforme Angel Terrero (2001, p. 411), a decisão pelas mudanças no texto foi tomada por um grupo de 12 professores, e não somente por ele. Ao invés de colocar em primeiro plano o motivo primeiro da discussão – a “censura” dos editores sobre o o termo *social* no título do capítulo –, o organizador interpreta a atitude de questionar o processo de edição do livro como um gesto de desrespeito àqueles que possuem diferentes perspectivas sobre a Paleografia, de modo a comparar a postura de Castillo Gómez e Sáez a uma perseguição “inquisitorial”:

Adoptar a finales del siglo xx una postura inquisitorial, al estilo medieval, con cuantos no siguen sumisamente la línea investigadora y publicista que, a toda costa, algunos tratan de imponer como única vía válida, para terminar despreciando como inservibles, anticuadas, puramente descriptivas y superficiales... la labor y aportaciones de los que no secundan ni admiten su línea, cuando menos, me parece un peligroso atrevimiento rayando en la osadía y, sobre todo, una falta de respeto a la libertad de expresión, de cátedra e investigación y de pensamiento. (TERRERO, 2001, p. 414)

Sobre a retirada do termo *social* no título, Angel Terrero não se vale de uma explicação necessariamente teórica, mas do “bom senso” atribuído por ele aos editores, em virtude da

natureza do livro – destinado a um público que está sendo iniciado aos campos da Paleografia e da Diplomacia:

Lamento que los “sedicentes” descubridores, promotores y renovadores de la Paleografía actual, por haberles eliminado del título de su colaboración el término “social” y aparecer como título definitivo: “Paleografía e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito”, hayan puesto el grito en el cielo, sin tener en cuenta que la Introducción a la Paleografía, como indica su nombre, es un libro manual e introductorio de Paleografía y Diplomática sin adjetivos, escrito para universitarios que se acercan por primera vez a estas disciplinas. (TERRERO, 2001, p. 416)

Nos anos seguintes, os trabalhos desenvolvidos em torno da cultura escrita aproximaram-se da linha de pensamento de Castillo Gómez e Sáez (1999), ao ser cada vez mais desenvolvida uma abordagem sociológica/antropológica sobre o universo da escrita. Desse modo, mais de 15 anos depois da discussão concernente ao acréscimo do termo “social”, é cada vez mais comum reconhecer que se trata este campo de uma História Social da Cultura Escrita, e é por esse viés que é a presente dissertação é desenvolvida.

1.5 SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA E A FORMAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

As transformações teóricas e metodológicas que concernem à Nova História e, nomeadamente, à História Cultural, não se restringiram a pesquisadores europeus, estendendo-se para diversas universidades do Ocidente e interferindo, assim, também no olhar da historiografia brasileira. Dessa forma, o tópico 1.5.1 “Um breve panorama da HCE no Brasil” descreve resumidamente a trajetória dos estudos da História Social da Cultura Escrita no Brasil, enquanto o tópico 1.5.2 “O Subcampo 2 do HISCULTE: o cômputo de assinaturas e as fontes inquisitoriais” se dedica a situar as fontes e os métodos da presente dissertação no âmbito da História Social da leitura e da escrita no Brasil.

1.5.1 Um breve panorama da HCE no Brasil

A historiografia francesa, sobretudo a partir do século XX, com a Escola dos Anais, serviu de grande locomotiva para a modernização da tradição historiográfica, de modo a questionar o estudo do passado associado à investigação unilateral e exaustiva de uma “história única”, estritamente política e econômica dos Estados Nacionais, propondo uma visão de historiografia descentralizada, voltando o seu olhar sobre o cidadão comum, sobre materiais simbólicos e sobre os mais diversos hábitos, todos assumindo o lugar de objetos de estudo.

Apesar de a Escola dos Anais ter se consolidado desde a primeira metade do século XX, foi somente no quase final desse século que os historiadores brasileiros olharam com mais atenção para os estudos culturais franceses, de modo que a historiografia francesa passa a influenciar substancialmente as produções acadêmicas brasileiras. Um exemplo disso foi a forte repercussão, na década de 90, da publicação do livro *História da vida privada*, organizada pelos historiadores franceses Philippe Ariès e Georges Duby, traduzido para português brasileiro pela Companhia das Letras. A tradução desse livro e o seu impacto na historiografia brasileira motivaram, ainda nos idos de 90, a elaboração do livro *História da vida privada no Brasil*, organizado por Laura de Mello e Souza e Fernando Novais, o que simbolicamente representa a implementação teórica e metodológica dos estudos culturais franceses feita por historiadores brasileiros.

No âmbito da História Cultural, o interesse pela história da leitura e da escrita, sob a inspiração, sobretudo, da extensa bibliografia produzida por Roger Chartier, passa a ganhar corpo nas produções acadêmicas do Brasil. Prova disso é a atuação de diferentes centros de pesquisa das universidades brasileiras em torno do universo da escrita, a exemplo do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), presente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela prof.^a Dra. Ana Maria Galvão; e do programa de pesquisa História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULTE), vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, coordenado pela prof.^a Dra. Tânia Lobo.

Coutinho e Gonçalves (2009), em “Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade”, evidenciam que, desde os anos 80, houve estudos pontuais acerca da história do livro e da leitura no Brasil e que os anos 90, com efeito, intensificaram uma produção bibliográfica que já estava em evidência em alguns ambientes acadêmicos.

A fim de traçar um panorama dos estudos da cultura escrita no Brasil, Ana Maria Galvão, em “História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa” (2010), faz um levantamento quantitativo e qualitativo das produções bibliográficas brasileiras referentes à história da leitura e da escrita no Brasil, organizando as produções em eixos temáticos e indicando novas tendências de pesquisa para esse campo.

A adoção do termo “culturas do escrito” para substituir “cultura escrita”, como brevemente retratado na seção 1.3, propõe uma perspectiva heterogênea para a produção escrita enquanto elemento material e simbólico, evitando um olhar para cultura como objeto final e encerrado, que, segundo Galvão (2010, p. 219), é o que sugere a expressão “cultura escrita”.

Culturas do escrito, desse modo, imprime um olhar múltiplo para as práticas de leitura e escrita, em que os sujeitos não seriam inseridos na cultura, mas estariam no lugar de participantes do processo de produção dos elementos culturais. Dessa forma, essa perspectiva amplia a noção de objeto e as possibilidades de fonte e de caminhos para a HCE, como o reconhecimento, por Galvão (2010, p. 221), de algumas narrativas orais ou de sujeitos analfabetos como atuantes – ou também participantes – das questões em torno do universo da escrita.

Para mensurar os caminhos já percorridos pelos pesquisadores brasileiros sobre as *culturas do escrito*, Galvão (2010) faz um levantamento quantitativo das dissertações e teses de doutorado presentes no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, a autora faz a ressalva de que esse levantamento não representaria globalmente toda a produção bibliográfica em torno da HCE, por se tratar de um levantamento restrito a uma única agência de fomento vinculada a programas de Pós-Graduação de universidades públicas. No entanto, são dados que permitem desenvolver um quadro, em certa medida, aproximativo do que tem sido estudado no Brasil sobre as práticas sociais de leitura e escrita.

Após reunir um total de 443 produções (dissertações e teses), Galvão (2010) as organiza em *entradas* para a investigação da cultura escrita no Brasil, que são: 1) as instâncias (instituições); 2) os objetos; 3) os suportes; 4) os sujeitos agentes; 5) os modos de produção e transmissão. Tais entradas são discriminadas pela autora da seguinte forma:

PRIMEIRA ENTRADA: A primeira dessas dimensões se refere às instâncias ou instituições que ensinam ou possibilitam a circulação do escrito em certas épocas e em certos locais. De modo geral, pode-se afirmar que a família e a escola são as duas instituições que historicamente têm se responsabilizado pelo ensino da leitura e da escrita. Outras instâncias, no entanto, podem assumir um papel também importante no ensino e, sobretudo, na difusão e na circulação do escrito, tais como o trabalho; a burocracia do Estado; o cartório; o espaço público da cidade; as Igrejas de diferentes denominações; o comércio; a feira; (...). O estudo da presença da leitura, da escrita e das práticas orais em todas essas instâncias é também, portando, o estudo da cultura escrita em determinada época e sociedade;

SEGUNDA ENTRADA: A segunda possibilidade para apreender o lugar ocupado pelo escrito em outros tempos e lugares é fazer uma história dos objetos que lhe dão suporte. Nessa perspectiva, a história da cultura escrita é também a história do livro, dos manuais didáticos, das cartilhas, das revistas, dos jornais, dos panfletos, dos folhetins, das folhas volantes, dos bilhetes, das cadernetas, dos telegramas, dos catecismos, dos cartazes, dos documentos civis, dos recibos, dos almanaques, dos cordéis, dos calendários, das histórias

em quadrinhos, dos documentos geridos na burocracia estatal, dos diários, das correspondências, dos túmulos, das teses, dos tratados acadêmicos;

TERCEIRA ENTRADA: A terceira via de entrada na cultura escrita de outros tempos e espaços é estudar os suportes por meio dos quais ela é difundida e ensinada. Nessa direção, ganham relevo estudos que se detêm sobre o lugar ocupado pelos impressos, pelos manuscritos, pela oralidade, pelas tecnologias digitais e por formas de estruturação da oralidade secundária (...). Se, por exemplo, o manuscrito era o suporte mais comum para se ensinar a ler na escola da primeira metade do século XIX, é possível supor que as funções do escrito eram restritas e não ultrapassavam as fronteiras daquele tempo e daquele lugar específicos em que era usado;

QUARTA ENTRADA: A quarta via que propomos para investigar a história da cultura escrita é aquela que focaliza os sujeitos que, em suas vivências cotidianas, constroem historicamente os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem (e que, ao mesmo tempo, ajudam a constituir). É possível, portanto, (re)construir a história da cultura escrita por meio da análise de trajetórias individuais, familiares e sociais de sujeitos que viveram na época investigada. (...) É também relevante focalizar as trajetórias de intelectuais que, mesmo quando não são originários de famílias com as características referidas, constroem uma relação de participação intensa na cultura escrita legítima de uma época. Por outro lado, tornam-se essenciais também os estudos que enfocam trajetórias de sujeitos analfabetos, semianalfabetos e “novos letrados” – aqueles que representam a primeira geração, na linhagem familiar, a construir relações de intimidade com a leitura e a escrita;

QUINTA ENTRADA: Uma última via de entrada na cultura escrita de outros tempos merece ser discutida: trata-se da investigação dos meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume. Ao contrário do que se pode supor de imediato, é necessário, além de investigar o próprio escrito, seus objetos e suportes, considerar a oralidade – como têm mostrado diversos estudos – como um meio privilegiado nos processos de aproximação de indivíduos e grupos sociais da cultura escrita. Nessa direção, as taxas de alfabetização de uma sociedade não podem ser consideradas como o único indicador da participação dos sujeitos a ela pertencentes nas culturas do escrito. Por isso, é importante também investigar, por exemplo, os modos de ler que predominavam nos grupos e nas sociedades estudadas: leitura intensiva ou leitura extensiva; leitura oral ou silenciosa; leitura individual ou compartilhada. (GALVÃO, 2010, p. 221- 223).

As entradas propostas por Galvão (2010) sobre os estudos voltados às culturas do escrito no Brasil são reveladoras da expansão desse campo na relação com outras disciplinas e do seu cada vez maior engajamento em questões antropológicas, sobretudo no que concerne à relação da humanidade com o texto escrito, ao evidenciar que há teses e dissertações que visam aos sujeitos como construtores dos lugares simbólicos que a escrita ocupa na sociedade (4ª entrada)

e que a produção e a circulação da produção escrita envolvem um trabalho coletivo (3ª e 5ª entradas), no qual o texto passa por um processo em que, nas palavras de Chartier (2002), “diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem” (CHARTIER 2002, p. 61).

O caráter demasiadamente interdisciplinar é revelado também no fato de as pesquisas estarem dispersas em diferentes faculdades/departamentos da área de Humanidades e Letras, sendo as áreas com maior volume de produção sobre cultura escrita, em ordem decrescente: Educação, Letras e Linguística, História e Comunicação. Ademais, a autora destaca que os estudos têm interesse, em sua grande maioria, nos séculos XIX e XX como recorte temporal, havendo poucos trabalhos (somente 3%) que abarcam leitura e escrita no Brasil Colônia.

A partir do resultado de seu levantamento, Galvão (2010, p. 240) apresenta três conclusões sobre o panorama dos estudos das *culturas do escrito* no Brasil. A primeira conclusão é a de que há uma produção relativamente vasta e significativa sobre a HCE que, apesar de em quase todas as teses/dissertações não haver uma relação explícita com o campo, “fornece subsídios de diversas naturezas para que possamos compreender o lugar ocupado pelo escrito em determinadas épocas e sociedades” (p. 241). A segunda constatação é a de que há numerosos desafios teóricos e metodológicos que cada uma das cinco entradas exigem do pesquisador, principalmente pela diversidade de acervos e de fontes, sendo também problemático o fato de as pesquisas voltadas ao universo da escrita serem de diferentes áreas do conhecimento que, de modo geral, se ignoram. Na terceira conclusão, Galvão (2010, p. 242) destaca como a HCE é ainda um campo recente e em formação no Brasil, sendo imprescindível a emergência de mais estudos sobre a história da alfabetização no Brasil, principalmente em períodos mais recuados, haja vista que

não temos (ou pelo menos não localizamos), no caso brasileiro, uma produção (...) que permita situar, em escala societal, a presença da alfabetização e do letramento ao longo desses cinco séculos de história do país. (...) Portanto, não há um mapeamento da distribuição social da alfabetização anterior ao primeiro censo demográfico, que foi realizado em 1872. (GALVÃO, 2010, p.241-242).

A necessidade de desenvolver um estudo consistente sobre a difusão social da escrita no Brasil já havia sido aludida décadas antes de Ana Maria Galvão levantar essa importância. Antônio Houaiss, em seu antológico livro *O português no Brasil* (1985), destaca a necessidade de uma abordagem social na história do português brasileiro, de modo a propor novos rumos para o estudo da formação da variedade brasileira do português. Para isso, sugere quatro vias,

compreendidas como imprescindíveis para uma análise substancial do Português Brasileiro. São essas quatro vias:

1. O levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá;
2. O mapeamento confiável da dialectologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia;
3. O incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida;
4. A penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosoficamente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o “presente” e os “presentes” brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados. (HOUAISS, 1985, p. 127-128).

Sobre a primeira via, que, segundo Lobo e Oliveira (2013, p. 6)¹, seria “de todas talvez a mais tortuosa a ser trilhada”, há um mínimo desenvolvimento de trabalhos esparsos, a exemplo do livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Silva Neto (1950), em que o autor apresenta depoimentos – produzidos principalmente por jesuítas e viajantes – sobre os “processos linguageiros” havidos no Brasil durante a história de sua ocupação pelos portugueses. Outros recortes são desenvolvidos por Rosa Virgínia Mattos e Silva, tendo destaque o artigo *De fontes sócio-históricas para a sócio-história lingüística do Brasil: em busca de indícios*, cujo principal objetivo foi buscar “dos dados organizados pelos que fazem história social (...), levantar indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem” (LOBO; OLIVEIRA, 2013, p. 6)

¹ A citação foi retirada de “História da Cultura Escrita no Brasil: um programa de investigação”, texto de apresentação do programa disponível em www.prohpor.org.

O que Houaiss (1985) chama de “mapeamento confiável” da dialetologia brasileira, na segunda via, diz respeito a uma geolinguística estritamente dialetal, enquanto a terceira via propõe o estudo dialetológico interdisciplinar, com variáveis independentes mais inter-relacionadas – como estratos socioeconômicos e níveis de escolaridade. A aplicação da segunda via pôde ser feita, em menor e maior alcance, desde a década de 60, com a publicação do *Atlas prévio dos falares baianos*, organizado por Nelson Rossi, e com a publicação de outros atlas estaduais desenvolvidos na segunda metade do século XX. No tocante à terceira via, a proposta de uma geolinguística mais globalizante tem sido concretizada pelo projeto interinstitucional *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, que há mais de 20 anos desenvolve um estudo vertical da dialetologia brasileira e já possui o seu primeiro volume publicado, concernente às capitais brasileiras.

A quarta via de Houaiss, que propõe a investigação da “penetração da língua escrita no Brasil” (HOUAISS, 1985, p. 127), alerta, já em meados de 80, para a necessidade de estudar a difusão da leitura e da escrita na história do Brasil. No entanto, não podemos considerar que aquilo que fora proposto pelo autor seja equivalente ao que hoje é concretizado pelo campo História da Cultura Escrita por, pelo menos, duas razões.

A primeira delas é que Houaiss visa ao estudo da profusão das práticas de escrita como instrumento para compreender a sócio-história do português brasileiro – o que é reconhecidamente válido e realizado contemporaneamente, no entanto, a HCE não se restringe à mera estratégia de análise social do português brasileiro, mas atua, como já atestamos, enquanto um campo autônomo. A segunda razão, de forte relação com a primeira, é o apelo por uma análise “estritamente linguística”, sem uma abordagem “histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem psicológica, nem antropológica, nem política” (p. 128). A formação do campo da HCE foi sedimentada justamente a partir do fortalecimento das relações entre as áreas do conhecimento, realizando-se o contrário do que sugeriu Houaiss em seu livro.

A proposição da 4ª via de Houaiss é uma das motivações para o estabelecimento, 25 anos depois, de um programa de investigação dedicado à HCE, que é o Programa HISCULTE: História da Leitura e da Escrita no Brasil, subgrupo do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Com a reestruturação, em 2009, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, repartido em dois novos programas, o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) e o Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult), a UFBA

introduziu, no âmbito do PPGLinC, uma linha de estudos voltada para a História da Cultura Escrita no Brasil e no Império Português, iniciativa dos professores Tânia Lobo, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Klebson Oliveira e Emília Helena Portella de Souza.

Assim sendo, na elaboração desse programa de investigação, 8 subcampos foram constituídos, conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1: Subcampos de investigação do programa HISCULTE

Subcampo de Investigação	Descrição ²
CAMPO 1: MEDIÇÃO DE NÍVEIS DE ALFABETISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL	“Dedica-se ao estudo da difusão social da escrita na sociedade brasileira, desde as suas origens, no século XVI, aos dias atuais. Para todo o período anterior ao século XIX, correspondente, portanto, ao Antigo Regime, a via privilegiada será a da aplicação crítica do chamado método do cômputo de assinaturas a fontes documentais oriundas de esferas diversas, tais como a esfera religiosa, a jurídica e a administrativa.”
CAMPO 2: LEITURA E ESCRITA AOS OLHOS DA INQUISIÇÃO	“Relaciona-se ao campo anterior, mas o extrapola no conjunto dos seus objetivos gerais. Aqui, o foco está na exploração vertical das fontes inquisitoriais produzidas no mundo colonial ibérico. [...] Este campo de investigação articulará projetos nas três esferas a seguir discriminadas: 1) Medição de níveis de alfabetismo no mundo colonial ibérico; 2) Trajetórias singulares; 3) Edição semidiplomática e modernizada de documentos.”
CAMPO 3: ESCRITAS ORDINÁRIAS E DE FORO PRIVADO NA HISTÓRIA DO BRASIL	“O propósito deste campo 3 é trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, diários parentais, cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes que quase sempre jazeram esquecidas em baús e gavetas, (...) para investi-los do caráter de legítimos objetos de investigação que podem mobilizar, até mesmo em projetos interdisciplinares, historiadores, linguistas, antropólogos etc.”
CAMPO 4: PROSPECÇÃO DE ARQUIVOS E ACERVOS ESCRITOS DE IRMANDADES NEGRAS, DE MESTIÇOS E DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ	“Dadas as condições particulares de formação do português brasileiro (...) é fundamental, ainda que sem caráter de exclusividade, mapear e explorar arquivos e acervos, supostamente raros, que preservem a memória de como índios, africanos, imigrantes e seus respectivos descendentes (...) foram também paulatinamente adentrando um mundo de cultura escrita.”
CAMPO 5: A ESCRITA DO NOME PRÓPRIO DE	“O campo 5 tem como principal propósito analisar as mudanças que afetaram as práticas de escrita dos nomes de índios, africanos e seus respectivos descendentes, não só perseguindo fontes distintas (...) mas ainda distinguindo dois períodos, a partir de um

² As citações da coluna “Descrição” pertencem ao texto “História da Leitura e da Escrita no Brasil: um programa de investigação”, publicado em 2013 na plataforma digital do PROHPOR. (Disponível em: <<http://www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao>>. Acesso em 14 fev 2018.

PESSOA NA HISTÓRIA DO BRASIL	marco histórico significativo, o ano de 1888, quando ocorreu a abolição da escravatura e se instituiu a lei do registro civil no Brasil.”
CAMPO 6: O ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O FATOR ESCOLARIZAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	“Analisar o desenvolvimento do estudo da escolarização da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial considerando os três aspectos acima apontados é o objetivo do campo 6 de investigação.. Em paralelo ao objetivo central, desenvolve-se ainda o de avaliar os instrumentos pedagógicos disponíveis para o período referido em relação ao estudo da língua portuguesa.”
CAMPO 7: HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA DAS LÍNGUAS CLÁSSICAS E DE OUTRAS LÍNGUAS NO BRASIL	“O objetivo fundamental deste campo é investigar as políticas linguísticas sobre a língua portuguesa no território brasileiro e seu ensino. (...) Hoje, são considerados pelo menos cinco tópicos: a língua oficial do Estado e sua gestão, a gestão das comunidades bilíngues ou plurilíngues, a gestão das minorias linguísticas, o Estado e a questão das línguas estrangeiras, e as políticas linguísticas supraestatais e os projetos de integração regional.”
CAMPO 8: FONTES ICONOGRÁFICAS E MANIFESTAÇÕES GRÁFICAS HÍBRIDAS	“No último campo, alargam-se as possibilidades de observação, contemplando-se fontes “menos ortodoxas” – porque não escritas ou não exclusivamente escritas. Aqui o que se indaga é: qual a contribuição de ex-votos do tipo tábuas votivas, livros de arte, cartões-postais, escrita cemiterial, ex libris, envelopes de cartas etc. para a reconstrução da História da Cultura Escrita no Brasil?”

A presente dissertação, dentre os subcampos discriminados, está inserida no segundo campo: “Leitura e escrita aos olhos da inquisição”, não somente por se tratar de uma investigação que tem como base o estudo da difusão social da escrita sob a égide do método do cômputo de assinaturas, mas sobretudo por utilizar como fonte os livros de visitação da inquisição portuguesa às Ilhas do Atlântico, nomeadamente às Ilhas de São Miguel e Terceira (pertencentes ao Arquipélago dos Açores), propondo-se um levantamento quantitativo, mas também uma análise substancialmente qualitativa, que agrega desde a relativização dos resultados numéricos com base na história da ocupação das ilhas – seus aspectos sociais e culturais no que tange ao Antigo Regime – até a análise de depoimentos individuais prestados ao Santo Ofício que revelam práticas de leitura e escrita, a exemplo de produção epistolar, posse de livros proibidos pela igreja (livros defesos), estratos sócio-ocupacionais vinculados à atividade escrita – professores, notários, advogados etc. – dentre outras questões. Assim sendo, a subseção seguinte discute a implementação metodológica do cômputo de assinaturas, bem como a importância do uso de documentos inquisitoriais enquanto fonte para o estudo da difusão social da escrita nos territórios insulares do Império Português.

1.5.2 O Subcampo 2 do HISCULTE: o cômputo de assinaturas e as fontes inquisitoriais

A preocupação dos estados europeus em medir e avaliar os graus de alfabetização por um viés macroscópico – estatístico, a partir de dados numéricos quantitativos – esteve presente desde a expansão imperialista de meados de oitocentos, em que a reconfiguração das funções estatais na Idade Contemporânea passa a cada vez mais reconhecer o indivíduo como participante, direta ou indiretamente, do funcionamento do Estado. Por conseguinte, o século XIX foi marcado pela burocratização dos Estados nacionais, principalmente no que concerne aos países da Europa Ocidental, o que despertou o interesse tanto no desenvolvimento de censos quanto na investigação sobre dados numéricos das populações em períodos mais recuados, em que não havia censos. Dentro desse interesse por levantamentos estatísticos, esteve em voga a investigação dos níveis de alfabetização do Estado em uma perspectiva histórica. Para tanto, *a priori*, adotou-se o conjunto de assinaturas dos registros matrimoniais de séculos anteriores como um indicador, pela capacidade de registrar seu próprio nome, da condição de alfabetizado.

O levantamento feito na Inglaterra oitocentista, mencionado por Marquilhas (2000, p. 83), pela revista *Registrar General of England and Wales*, é considerado um trabalho piloto do que hoje é feito pelo método do cômputo de assinaturas: lançava-se anualmente, em uma das edições da revista, o total de assinaturas (e de não assinaturas) presentes nos registros de casamento, fornecendo uma análise integralmente ligada aos resultados quantitativos. Esses resultados e análises serviram, no contexto de publicação, como suporte para críticas ao sistema de educação inglês. As atas de casamento e o levantamento a partir das assinaturas foram exemplo, após esta publicação, de fonte e de método para o estudo da história da alfabetização em outros países, como a França, no decorrer do século XIX.

No que concerne ao Estado Português, a primeira investigação de que se tem notícia sobre a alfabetização em perspectiva histórica, consoante Marquilhas (2000, p. 85), foi desenvolvida por Francisco Adolfo Coelho em 1895. Ao solicitar aos leitores da *Revista de educação e ensino* sugestões de fontes para um estudo consistente da alfabetização em Portugal, Adolfo Coelho tinha como objetivo fazer um levantamento de fontes que indicassem, direta ou indiretamente, a qualidade do ensino básico em períodos anteriores à reforma pombalina (anteriores ao século XVIII). Dentre os tipos fonte mencionados, elencaram-se cinco como relevantes: 1) Documentos que faziam menção a ocupações voltadas ao ensino de leitura e escrita (como “mestre de meninos” ou “mestre de meninas); 2) Documentos que indicavam ocupações liberais, isto é, vinculadas à atividade de leitura e escrita (cargos públicos, profissões etc.); 3) Documentos institucionais que diziam respeito a medidas administrativas dos municípios voltadas para o ensino nas escolas; 4) Registros de batismo e casamento, por

reunirem assinaturas alfabéticas e não alfabéticas, possibilitando um levantamento quantitativo de assinantes; 5) Documentos relativos às ações do clero em Portugal e suas colônias. Sobre essa seleção de fontes, chama atenção o fato de, em finais de oitocentos, já haver um indicativo de que fontes clericais poderiam fornecer informações referentes à história da alfabetização em Portugal e no Império Português.

Até a década de 60 do século passado, as análises ligadas ao levantamento quantitativo de assinaturas eram dotadas de uma compreensão objetiva e categórica, na qual quem assina seria alfabetizado e quem não assina seria analfabeto, para além de desenvolverem considerações quase sempre muito restritas aos resultados estatísticos dos levantamentos. Nos anos 60, com os estudos de Roger Schofield, o método passa a receber um arcabouço teórico mais consistente, tornando-se um dos principais caminhos para o estudo da história da alfabetização:

A metodologia oitocentista da contagem de assinaturas ganhou lastro teórico em 1968, quando Roger Schofield quis reconhecer na capacidade para escrever o próprio nome a única medida universal, padronizada e direta que indicava quase satisfatoriamente a competência alfabética de grupos sociais historicamente delimitados. (MARQUILHAS 2000, p. 85)

Indicar categoricamente, no entanto, a assinatura alfabética como única via possível para uma investigação ampla sobre a história da alfabetização é desconsiderar diversos caminhos possíveis a serem trilhados, a exemplo de abordagens expansivamente interdisciplinares que o campo da História Social da Cultura Escrita adquiriu nos 50 anos seguintes após a consideração de Roger Schofield. Além disso, o método do cômputo de assinaturas estritamente ligado aos dados numéricos é questionável por reduzir a complexidade do universo da escrita e da relação da humanidade com essa tecnologia a um agrupamento binário de assinante *versus* não assinante. Desse modo, Marquilhas (2000, p. 86-88) postula três problemas relacionados a essa metodologia.

O primeiro deles é que, nas sociedades do Antigo Regime – principal recorte temporal de aplicação do método –, leitura e escrita não eram habilidades necessariamente aprendidas simultaneamente, como ocorre hoje nas escolas. Assim sendo, pessoas de estratos sociais menos privilegiados, bem como mulheres, poderiam ser capazes de ler, mas não saber escrever, de modo que uma associação da ausência de assinatura à condição de analfabeto apagaria a condição de leitor(a) que o método do cômputo não é capaz de alcançar. Além disso, compreendendo o *status* que se adquire, diante da na sociedade moderna, com a capacidade de

escrever, aprender a assinar o nome no Antigo Regime pode evidenciar muito mais uma afirmação social atribuída a essa atividade do que uma prática recorrente e efetiva de escrita.

Sobre o caso especificamente da condição das mulheres, Chartier (2004) ressalta que muitas no Antigo Regime dominavam plenamente a leitura, mas não eram instruídas a saber escrever, por ser a escrita, aos olhos do homem moderno, “inútil e perigosa para o sexo feminino” (p. 117). Sobre esse quadro, Chartier (2004, p. 118) prossegue: “as taxas de assinaturas de mulheres não podem indicar, portanto, a porcentagem de “leitoras” do Antigo Regime, pois muitas nunca aprenderam a escrever — e isso não se restringe aos meios populares”.

O segundo problema de apropriar-se da assinatura alfabética como sinal de plena alfabetização está justamente no fato de que essa abordagem envia a análise a um parâmetro binário, em que há somente duas condições para o sujeito: a de signatário e a de não signatário. Tal constatação não nos convida a abandonar o método, mas a relativizar a noção de assinatura como sinal de condição plena de letrado. Assim, devem-se interpretar os resultados das amostras como significativas *aproximações* dos níveis de alfabetismo de uma sociedade, uma vez que as assinaturas são, nas palavras de Chartier, indicadores culturais compósitos, isto é,

podemos considerar que nas sociedades antigas a assinatura identifica uma população que com certeza sabe ler, mas da qual só uma parte (impossível de numerar) sabe escrever, e que não é a totalidade dos que sabem ler, pois uma parte destes (também impossível de calcular) nunca soube assinar. (CHARTIER 2004, p. 114)

O terceiro problema é que um registro momentâneo e pontual – assinar ou não assinar diante do Tribunal – não garante uma estagnação daquele sujeito à condição de letrado ou não letrado registrada. Em outras palavras, um sujeito pode, por razões diversas, ter aprendido a escrever tempos depois de ter prestado depoimento, mas, dentro dessa metodologia, caso ele não tenha assinado naquele momento, estaria em uma condição “eternizada” de não alfabetizado.

Os problemas destacados por Marquilhas (2000) apontam imprecisões no método do cômputo de assinaturas, mas não o deslegitimam, por ele ainda ser uma sólida estratégia para o estabelecimento de um panorama macroscópico da difusão social da escrita em uma determinada sociedade, uma vez que os pesquisadores da área “ainda aceitam resignadamente que ele é, apesar de tudo, insubstituível e, portanto, indispensável” (p. 88). Assim, a autora

estabelece requisitos para o uso desse método de forma mais consistente, propondo uma análise mais verticalizada e qualitativa sobre os dados numéricos.

O primeiro requisito proposto é o estabelecimento de um *conceito* de alfabetização que seja adequado para esse tipo de metodologia. A grande maioria das críticas sobre o uso de assinaturas como arcabouço metodológico esteve ancorada em uma noção de alfabetização/letramento que não se encaixaria no que se propõe uma investigação nesse âmbito. Magda Soares (2006, p. 72), em *Letramento: um tema em três gêneros*, ratifica que qualquer estudo sobre alfabetização e letramento deve, antecipadamente, discernir sobre qual noção de alfabetização ou que estado/condição de letramento o trabalho é construído. Marquilhas (2000, p. 89), pois, aponta para a *alfabetização funcional* como uma perspectiva possível para o estudo pautado no cômputo de assinaturas, haja vista que centraliza a prática escrita na sua finalidade, em sua *função*, na medida em que, em um período onde o indivíduo aprendia a ler para depois aprender a escrever, saber assinar o nome é bastante para inferir que ele possui, pelo menos, uma relação intermediária com o universo da escrita.

O segundo requisito diz respeito à seleção das fontes para o levantamento numérico das assinaturas. Atas de casamento ou de batismo, ou quaisquer outros livros que reúnam assinaturas, mas que oferecem poucos dados sociológicos sobre os signatários levam a análise a prender-se aos resultados quantitativos e pouco alcança quais sujeitos – sua ocupação, seu estrato social, seu estado civil, seu cotidiano – são capazes e quais não são capazes de assinar. Dessa forma, quanto mais dados sociológicos sobre indivíduos são apresentados (assinando ou não), maiores as possibilidades de uma análise qualitativa e consistente.

O terceiro requisito gira em torno da importância de uma análise marcadamente interdisciplinar, em que aspectos sociais, históricos, antropológicos, geográficos, dentre outros, sejam capazes de relativizar os resultados quantitativos e algumas questões subjetivas (a exemplo de quais dados sociais são selecionados pelo notário), mas principalmente respeitar a complexidade das funções sociais e das representações culturais que a humanidade atribuiu à escrita, dando conta de compreendê-la de forma muito mais ampla.

Sobre a decisão de selecionar fontes inquisitoriais como suporte para o método do cômputo de assinaturas, os documentos do Santo Ofício estão entre os mais produtivos para uma análise interdisciplinar e qualitativa, oportunizando um estudo que atende aos três referidos requisitos. Em sua tese de doutoramento, voltada para os níveis de alfabetismo de Portugal do

século XVII apoiando-se em documentação inquisitorial, Marquilhas (2000, p. 94) evidencia que fontes paroquiais e municipais dão menos conta de uma análise substancial do que as “fontes judiciais”, forma com a qual se refere aos documentos do Santo Ofício.

Segundo a autora, as fontes paroquiais são de difícil localização por estarem dispersas nas pequenas freguesias e não possuírem uniformidade na seleção de dados sociológicos (cada paróquia decide os dados sociológicos quem convém recolher), ao passo que as fontes municipais, também dispersas, só permitem uma análise sistemática da capacidade de assinar daqueles indivíduos vinculados a cargos públicos. As fontes judiciais, por sua vez, estão quase todas reunidas e devidamente catalogadas em uma única instituição, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que, a partir do projeto Inquisição Lisboa *Online*, digitalizou toda documentação referente ao funcionamento do Tribunal de Lisboa, abarcando desde a sua instalação, em meados do século XVI, até o seu desmantelamento, no início do século XIX.

Para além disso, os processos, os livros de visitação, os cadernos de promotor e outros documentos que recolheram assinaturas registraram, em sua grande maioria, dados sociológicos detalhados, quase sempre sobre as mesmas variáveis, que são: condição religiosa, naturalidade, etnia (principalmente nas colónias de Portugal), ocupação/profissão, idade, estado civil, filiação (e, em algumas instâncias, a ocupação dos pais) e onde residia o depoente no momento em que se apresentava à mesa do Santo Ofício. Com a assinatura (ou não assinatura) registrada no final de cada depoimento, é possível cruzar as referidas variáveis sociais à variável *assinante x não assinante*, de modo a permitir uma análise pormenorizada dos diferentes perfis daqueles que são capazes de assinar, bem como dos perfis daqueles que não souberam escrever o seu nome.

Além de dados para um levantamento quantitativo, as fontes inquisitoriais fornecem, a partir das confissões, das denúncias e dos testemunhos prestados, uma brecha sobre cotidiano daquele tempo/lugar, relevando práticas sociais de leitura e escrita, como cópias de manuscritos, circulação de livros proibidos, profissões liberais dos depoentes, atividades dentro do ambiente escolar, envio de cartas, dentre várias outras informações valiosas para compreender as funções sociais do universo da escrita em determinada sociedade.

Sobre as características sociais dos depoentes registrados no Tribunal de Lisboa, apesar de a heterogeneidade não ser uma marca do contingente que se apresentou à mesa, e apesar também da maior participação de categoriais sociais mais abastadas – além de indivíduos

pertencentes ao clero –, não podemos considerar que o perfil social dos depoentes é pouco diversificado, como ressalta Marquilhas:

A pequena representatividade que alguns apontam a esse tipo de fonte inquisitorial não é definitiva, porque se tem de admitir uma equação entre diferentes delatos ou réus, e diferentes delatores ou testemunhas. É verdade que a população urbana e o clero são duas faixas representadas em demasia (os membros estavam geográfica e profissionalmente mais próximos dos Inquisidores, e por isso mais disponíveis para o depoimento), mas também se tem de reconhecer que nenhum estrato da população estava radicalmente inibido de testemunhar no Santo Ofício. (MARQUILHAS, 2000, p. 99).

Ademais, o uso de documentos inquisitoriais como fonte para a aplicação do método do cômputo de assinaturas inspirou pesquisadores brasileiros a produzirem trabalhos com a mesma fonte e o mesmo método. Dentro desse âmbito, os professores Klebson Oliveira e Tânia Lobo (2013) desenvolveram estudos sobre a difusão social da escrita na Bahia em finais de quinientos, tendo como suporte os livros da primeira visitação da Inquisição ao Brasil³. Mais adiante, Ana Sartori (2016), em sua Tese de Doutorado⁴, analisou os níveis de alfabetismo das províncias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, com base nos livros da primeira visitação da Inquisição às referidas províncias, também produzidos no final do século XVI. Lobo, Sartori e Soares (2016)⁵ investigaram os graus de alfabetismo na Bahia seiscentista, colhendo os dados da segunda visitação da Inquisição ao Brasil. A presente disserta o, finalmente, propõe um estudo da difusão social da escrita nas ilhas do Atlântico sob domínio português, a partir dos livros de visitação produzidos pelas visitações da Inquisição a essas ilhas.

Por fim, detalhes sobre a implementa o da mesa do Santo Ofício no Império Português e sobre as fontes produzidas nesse meio serão pormenorizadas no Capítulo 3, dedicado às visitações da Inquisição   porção insular do Império.

³ Os dados gerais dessa pesquisa estão no texto *Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetiza o na Bahia em finais de quinientos*, capítulo do livro “Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro.”, publicado em 2013.

⁴ A tese encontra-se disponível em < <http://www.prohpor.org/teses-cc62> > .

⁵ A análise dos dados da segunda visitação da inquisição ao Brasil foi divulgada em um artigo na Revista Estudos (UNICAMP), disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647155> >.

2. OS AÇORES NO SÉCULO XVI

2.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS ILHAS

O processo de ocupação das ilhas do Atlântico Norte povoadas por Portugal teve seu início na primeira metade do século XV, estendendo-se gradualmente pelo decorrer de quatrocentos. Apesar da pouca diversidade de documentos sobre os períodos mais recuados da história de Açores, marcada por “uma historiografia difícil pela quase ausência de fontes escritas referentes ao processo inicial de descoberta e de ocupação do arquipélago” (LEITE 2014, p. 69), é possível analisar, como propõe esta subseção, alguns aspectos relevantes sobre o seu processo inicial de ocupação, assim como compreender a organização social de cada ilha – no caso desta dissertação, de Terceira e São Miguel, em que houve efetivamente ação do Santo Ofício – e, ainda, examinar a ação política do Estado português sobre a porção insular do império.

2.1.1 A expansão marítima e o início do povoamento

Durante a história da humanidade, o *novo* quase sempre provocou – e ainda provoca – certo temor pela sua natureza: o desconhecido. Em determinadas circunstâncias, o medo da novidade pode ser acompanhado por um diferente sentimento: o medo é capaz de produzir encantamento. Assim, a nossa condição humana nos torna capaz de, ao mesmo tempo, temer o desconhecido, na medida em que igualmente o deseja. O processo de expansão marítima do Estado-nação português no século XV é um exemplo dessa relação com o novo, em que a ambição de conhecer venceu o temor sobre o que a novidade era capaz de promover.

É revelado pela historiografia tradicional que, inicialmente, o desejo de lançar-se ao mar esteve vinculado ao comércio de especiarias: os portugueses apontaram, no início de quinhentos, para um específico ponto do globo – as Índias – e, uma vez impedidos de transitar pelo Mar Mediterrâneo (em virtude do bloqueio desse mar pela potente burguesia italiana), decidiram desenhar outras rotas que extrapolariam os limites cartográficos do Mapa Mundi, motivados pela ideia de que haveria como contornar a África pelo sul e alcançar as índias. Nesse interim, também havia certo anseio em trilhar rotas pelo Ocidente, partindo do pressuposto de que, se a terra não fosse plana, haveria como dar a volta ao mundo e ter acesso às Índias.

Na lógica mercantilista, baseada não somente na venda de especiarias, mas prioritariamente no acúmulo de metais preciosos como a prata e o ouro, o Estado português também nutriu forte desejo de encontrar novos territórios desconhecidos por ele e pelas nações europeias. Encontrar novas terras representaria ampliar a exploração de metais e de matérias-

primas, bem como consolidaria a ascensão de Portugal enquanto império a expandir seus domínios territoriais, sendo a dominação de porções do norte da África pelos portugueses um exemplo desse desejo de ascensão. Portanto, os portugueses foram encorajados a lançarem-se ao mar pela possibilidade de progresso e prosperidade, pela promessa de enriquecimento garantida na descoberta de novas terras, pelas oportunidades de expandir mercados segredados pela linha do horizonte.

A descoberta das ilhas que constituem o arquipélago dos Açores foi o primeiro – e imediato – resultado das expedições ultramarinas, o que, segundo Avelino de Freitas Meneses, contribui “para a organização dos novos, difíceis e desmedidos espaços do Ultramar e ainda corresponde, quiçá pela primeira vez, às inquietações económicas da empresa dos descobrimentos” (MENESES 2009, p. 205). Não há como apontar para uma razão única sobre como Portugal alcançou os Açores: como todo fato histórico, há uma confluência de motivos (uns mais preponderantes do que outros) que desembocam no descobrimento desse arquipélago. Dentre esses motivos, merece destaque a ação truculenta das correntes marítimas que contornam a porção ocidental da África sobre as embarcações, de modo que foi preciso distanciar-se cada vez mais do litoral africano, aproximando-se das ilhas. Além disso, outro fator é o já mencionado interesse de desbravar o ocidente, o que pode ter motivado algumas frotas a afastarem-se ainda mais do caminho já evitado pelos contornos da costa africana.

É necessário pontuar que temos chamado de *descobrimento* a chegada de Portugal às ilhas pelo fato de o arquipélago ter sido encontrado inteiramente sem habitação humana, sendo os portugueses os primeiros, até onde se tem notícia, a ocuparem os territórios insulares do Atlântico. O processo de colonização do Brasil, de Angola e de Goa, por exemplo, como se sabe, não poderia ser chamado de *descobrimento* por esse termo privilegiar uma única visão sobre a história – a visão do colonizador.

E como se organiza geograficamente, afinal, o arquipélago dos Açores? Quais ilhas o constituem? Esse território é composto, como demonstra a Figura 1, por nove ilhas situadas no Atlântico Norte, denominadas, de leste a oeste: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Picos, Faial, Corvo e Flores. As ilhas são divididas geograficamente em três grupos distintos: o grupo oriental, composto por Santa Maria e São Miguel, o grupo central, composto por Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial e Picos, e o grupo ocidental, composto por Corvo e Flores. As ilhas mais ocupadas, e atualmente mais populosas, são Terceira e São Miguel, sendo ambas palco da mais efetiva atuação da Inquisição em Açores, de modo que, mais adiante (em 2.1.3 e 2.1.4), recebem as duas ilhas uma análise mais individual e pormenorizada.

Figura 2: Mapa dos Açores



Fonte: Portal ByaCores

Dentro da historiografia açoriana, o ano de 1427 é consensualmente compreendido como marco da descoberta da primeira ilha açoriana, a de Santa Maria. Meneses (2009) apresenta essa data como marco zero, de modo a também reforçar como a descoberta não se deu ingenuamente pelo acaso, mas também fora motivada, como foi destacado, pelo interesse da coroa em dominar novas rotas rumo às especiarias:

Estudiosos de ontem e de hoje consideram o descobrimento quatrocentista português dos Açores, que ocorre em 1427, por obra de Diogo de Silves, de acordo com a interpretação da carta de Gabriel de Valsequa de 1439, um acontecimento marcante, movido por causas de ordem estratégica. É uma possibilidade, se acreditarmos na existência de um plano henriquino de domínio dos mares, guiado pelo objectivo da chegada à Índia pela circunavegação de África. (MENESES 2009, p. 207)

Somente em 1439, os Açores passam a efetivamente sofrer o seu processo de povoamento. A ação do Estado português de nomear capitães donatários e comendadores, bem como o envio de membros da nobreza, de profissionais liberais e de degredados foi determinante para a intensificação do povoamento das ilhas.

A ocupação do arquipélago ocorreu de forma processual, do oriente para o ocidente, sendo válido destacar que o povoamento de cada ilha se deu em marcos temporais distintos. Em outras palavras, como as ilhas foram descobertas aos poucos, seu processo inicial de ocupação ocorreu em diferentes momentos que se espraiam principalmente pela segunda

metade do século XV. Quando se iniciou o processo de povoamento de Corvo e Flores, últimas ilhas a serem descobertas, ilhas orientais como Santa Maria e São Miguel já eram povoadas por quase trinta anos. Esse processo aponta também para a necessidade de reconhecer que o que se denomina “Açores” compreende histórias e organizações sociais heterogêneas, universos particulares cujas diferenças não devem ser esquecidas. A respeito disso, ao tratar da organização urbanística das cidades açorianas, Antonieta Leite (2014) ressalta que

as apontadas particularidades geográficas favoreceram um povoamento disperso no espaço, mas também no tempo, de acordo com a maior adaptabilidade dos territórios à vida humana. Assim, a história do arquipélago divide-se por nove histórias, naturalmente com muitos traços comuns, ainda assim distintos nas formas e principalmente nas cronologias. (LEITE 2014, p. 69)

A distribuição das ilhas nas mãos dos donatários foi estabelecida a partir de doações em cartas régias⁶. Assim, segundo Marinho dos Santos (1988, p. 138), o infante D. Pedro, regedor do Reino e donatário de São Miguel, ao recebê-la por doação em 1447, foi um dos principais responsáveis pela organização do povoamento dessa ilha. Por sua vez, D. Afonso, duque de Bragança e conde de Barcelos, recebe como doação a ilha de Corvo. Ademais, o infante D. Henrique doa, em torno de 1460, ao Infante D. Fernando as ilhas Terceira e Graciosa. É perceptível, desse modo, como o início das ocupações foi marcado pela administração de ilhas inteiras concentradas nas mãos da alta nobreza de Portugal.

As primeiras ocupações se deram quase que integralmente em regiões próximas ao mar, havendo uma forte preocupação com a construção de pequenas igrejas para o estabelecimento das paróquias. A crescente densidade demográfica elevava as pequenas aldeias à categoria de vilas, enquanto as vilas, em alguns casos, se transformavam em cidades. Em início de quinhentos, Vila Franca do Campo (São Miguel), Ponta Delgada (São Miguel), Praia (Terceira) e Angra (Terceira) já eram reconhecidas pelo Reino como vilas, e especialmente Ponta Delgada e Angra, em meados do século XVI – aproximadamente cem anos após o início da ocupação – foram reconhecidas pela coroa portuguesa como cidades.

Fica evidente, dessa forma, que o povoamento dos Açores, no arco temporal de um século, ocorreu de forma intensa, a ponto de ser capaz de desenvolver complexas organizações sociais, tanto rurais, quanto urbanas.

⁶ A subseção “2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA” explica mais detalhadamente as decisões do Estado sobre a política açoriana no início do povoamento.

Assim, é preciso trazer à luz quais fatores favoreceriam a permanência de portugueses nessas ilhas, ou melhor, o que, em Açores, além das promessas de prosperidade pela terra, levaria a população a escolher viver longe do Reino a ponto de, como destaca Marinho dos Santos (1988, p. 107), registrarem-se cada vez maiores taxas de natalidade no século XVI.

O primeiro sinal atrativo para a pouca emigração de Açores é o seu valioso posicionamento geográfico, situando-se no meio do caminho para a grande maioria das rotas trilhadas por embarcações de quase todos os Estados da Europa Ocidental. Assim, os Açores transformaram-se rapidamente em um importante e estratégico local de abastecimento para diversas frotas. A construção de fortes e castelos em algumas ilhas – sobretudo em Terceira – como forma de proteção das intensas tentativas de invasão e de saqueamentos por corsários estrangeiros, nomeadamente ingleses, espanhóis e franceses, comprova o privilégio português de possuir os Açores como parte de seu império. A população, nesse contexto, é favorecida pelo crescimento do comércio de alimentos⁷ (como trigo e carne) e madeira, essenciais para a manutenção das embarcações e abastecimento de comida para seguir viagem. Portanto, a estratégica posição geográfica do arquipélago explica uma das principais atividades econômicas açorianas: o comércio nos portos.

Um segundo sinal seria ainda a ação de mercadores açorianos – sobretudo de uma média burguesia em ascensão – a comercializar de uma ilha para outra, ou mesmo com cidades africanas próximas às ilhas. É indiscutível, desse modo, que a economia açoriana pôde conquistar certa autonomia, conforme ressalta Meneses (2009):

A evolução do povoamento dos Açores já demonstra inequivocamente a relevância estratégica do arquipélago. No tempo de D. João II, por influência da infanta D. Beatriz, o incentivo da colonização em S. Miguel e no grupo central, particularmente na Terceira, e na era de D. Manuel I, primeiro donatário e depois rei, o alargamento da ocupação às ilhas ocidentais das Flores e do Corvo resulta dos avanços da navegação ao longo do litoral africano, que propiciam a chegada ao Oriente longínquo e ressaltam a evidência da base açoriana” (MENESES 2009, p. 207)

A formação de pequenos e médios centros urbanos favorece também o intenso crescimento de ocupação reconhecidas como pequenos ofícios: sapateiros, engraxates, oleiros, entre outros, o que demonstra que não somente as categorias sociais mais abastadas foram beneficiadas com o crescimento demográfico e econômico do arquipélago.

⁷ Na subseção “2.4 A ECONOMIA AÇORIANA”, o comércio de trigo, cevada e de outros alimentos é explicado de forma mais detalhada.

As relações comerciais dos Açores com portugueses das mais diversas regiões, com africanos e com diferentes Estados-nações europeus fazem da população açoriana um caldeirão de elementos culturais distintos que constituirão seus comportamentos/hábitos mais comuns. As interferências culturais de vários povos – com suas histórias, pensamentos e costumes – transformam as ilhas, ainda nas palavras de Meneses (2009), em “agentes da transfiguração do globo, já que facilitam a aproximação dos continentes e o diálogo das civilizações, enquanto vias de exportação e de acolhimento de padrões civilizacionais milenares e dissemelhantes”. (MENESES 2009, p. 206)

No entanto, é sabido que os Açores não foram os únicos territórios insulares conquistados por Portugal. Concomitantemente ao povoamento dos Açores, outras ilhas mais ao Sul foram igualmente ocupadas, como o arquipélago de Cabo Verde, as ilhas de São Tomé e Príncipe e o arquipélago da Madeira, tendo o último maior desenvolvimento econômico e povoamento mais intenso. A próxima subseção pretende, portanto, apresentar diferenças entre o processo de ocupação dos Açores e das ilhas tropicais, com destaque ao arquipélago da Madeira.

2.1.2 As diferenças entre o arquipélago dos Açores e a o arquipélago da Madeira

Vendo nas ilhas do Atlântico descobertas a oportunidade de estabelecer rotas alternativas ao caminho pela costa africana, marcado pela difícil navegação em virtude da intensa atividade de correntes marítimas, o Estado-nação português não tardou a ocupar esses territórios. No entanto, é preciso destacar a complexidade que existe em torno do processo de ocupação de diferentes ilhas, situadas em diferentes latitudes do globo, povoadas por sujeitos de diferentes lugares de Portugal. Em outros termos, recorde-se de que todo processo de ocupação da humanidade de qualquer território é datado e localizado, o que o torna único: há pontos em comum, mas a relação dos portugueses com os Açores foi sensivelmente distinta da ocupação das ilhas mais ao sul.

Entre as ilhas da porção austral do globo, nomeadamente o arquipélago de Cabo Verde, São Tomé, Príncipe e Madeira, dar-se-á maior destaque para a Arquipélago da Madeira, por ter sido a de mais intenso fluxo migratório (de Portugal e por parte também de outros países europeus) e pela intensa atividade econômica desenvolvida nessa ilha.

O arquipélago da Madeira, representando as ilhas ao sul, sofre um processo de ocupação diferente dos Açores primordialmente por seus aspectos naturais (clima e vegetação), como também pela sua proximidade com a costa ocidental africana, servindo de ponto estratégico

para ampliar o tráfico de escravos e a ação dos portugueses sobre o continente africano, como ilustra o mapa (Figura 2) abaixo:

Figura 3: Mapa do Atlântico (Arquipélago dos Açores e Madeira)



Fonte: Museu Nacional de Antropologia (Portugal)

Por estar situada próxima ao trópico de Câncer, o que lhe confere clima subtropical, assim como por ter um ecossistema marcado pela presença tanto de vegetações de zonas temperadas quanto por algumas florestas tropicais, as condições naturais de Madeira favorecem desde a adaptação dos portugueses à ilha até o fértil e produtivo cultivo de cana de açúcar, de modo a desenvolver uma agricultura com plantações de difícil produção em Portugal Continental, como também (e por isso) bastante valiosa para geração de lucro no mundo moderno: o açúcar. Desse modo, a arquipélago da Madeira teve um veloz crescimento demográfico e uma atividade econômica produtiva e promissora.

A produção de açúcar em Madeira, assim sendo, pôde acelerar seu processo de ocupação, além de também acelerar a organização de freguesias, vilas e cidade, como foi o caso de sua capital, Funchal. Sobre esse destaque, considera Vieira (1992) que

Madeira fue de todas las islas la primera a merecer una ocupación efectiva por parte de los colonos europeos. (...) Madeira merece una referencia especial, dado que sirvió de modelo para las demás actividades de ocupación llevadas a cabo por portugueses y castellanos en el espacio atlántico. (VIEIRA, 1992, p. 54)

Desse modo, o despontar da economia madeirense também produzirá efeito nas outras ilhas, na medida em que repercutirá na estratégia de divisão/organização dos seus espaços geográficos, como também em sua população: em início de quinhentos, há um razoável fluxo

migratório de madeirenses em direção às ilhas açorianas, a fim de fortalecer a ocupação do arquipélago.

Pode-se considerar, portanto, que as condições naturais de Madeira, conciliadas com o interesse mercantilista da coroa portuguesa, caracterizam/explicam o seu intenso processo de ocupação. Paralelamente, quais condições climáticas e ecológicas os portugueses encontraram nos Açores?

Voltando-se o olhar para os Açores, torna-se ainda mais evidente como os aspectos naturais interferem diretamente nas decisões humanas sobre a transformação do espaço geográfico: por situar-se em um espaço de maior latitude e possuir características mais marcantes da zona temperada, as ilhas açorianas possuem aspectos naturais demasiadamente aproximados de Portugal continental.

Assim sendo, os Açores, de uma forma geral, têm uma ocupação ao longo do século XV menos intensa, haja vista que suas condições naturais forneciam muito mais possibilidades de plantio daquilo que já era produzido e consumido dentro de Portugal continental, da mesma forma que forneciam menos possibilidades de investir em uma agricultura de regiões tropicais, como a cana de açúcar. Desse modo, o comércio de trigo e cevada – produtos que protagonizaram nos séculos XV e XVI a produção agrícola açoriana – não foi de todo atrativo para os portugueses do Reino, servindo de subsídio para o comércio interno (entre ilhas dos Açores) e para algumas relações comerciais com pontos da costa africana. A atividade econômica dos Açores revela-se, sob o prisma da coroa portuguesa, menos interessante do que a de Madeira, o que possibilitou uma diversidade maior de caminhos para geração de lucros, como o investimento na pecuária e no abastecimento de navios que circulavam pelo Atlântico.

Desse modo, a semelhança do clima e da vegetação dos Açores ao clima e vegetação da Europa Ocidental estimula uma ocupação muito mais de portugueses interessados em possuir mais terras para *continuar* produções agrícolas já conhecidas por eles, do que em investir no comércio de produtos que não são produzidos dentro de Portugal.

No que concerne à economia açoriana como um todo, e ainda à sua organização social, política e cultural, não é possível considerar, como já mencionado, a formação do que é chamado de “Açores” como homogênea, sem respeitar as particularidades de cada ocupação. Nesse interim, é necessário reconhecer que, nas nove histórias que constituem os Açores, houve atividades econômicas e organizações sociais sensivelmente diferentes. Por isso, as duas subseções seguintes apresentam as particularidades das duas ilhas de maior atividade

econômica e protagonismo político, com processos de ocupação demasiadamente distintos: a Ilha de São Miguel e a Ilha Terceira. O propósito de selecionar São Miguel e Terceira também é explicado pelo fato de serem as ilhas açorianas em que efetivamente houve visitação do Santo Ofício, enfoque da presente dissertação.

2.1.3 Ocupação e organização de São Miguel

São Miguel, segunda ilha a ser descoberta por Portugal, esteve nos séculos XV – e sobretudo a partir do XVI – como uma das ilhas de maior importância para o desenvolvimento da economia dos Açores, sobretudo na produção do setor primário para exportação e também para o consumo de alimentos de boa parte das ilhas. Uma vez que as referidas ilhas são fruto de atividades vulcânicas no Oceano Atlântico, a formação geográfica acidentada – com presença de rochas magmáticas e solo desfavorável ao plantio – desafiou a produção agrícola em quase todas as ilhas. São Miguel, no entanto, ilha de maior extensão territorial, representando um terço de todo território açoriano, possui terras mais produtivas e condições climáticas e geográficas que favorecem o desenvolvimento mais consistente da agricultura e da pecuária.

Esse fator não explica somente o destaque de São Miguel nesses setores, como também certamente é um dos fatores que motivaram um fluxo migratório mais intenso em direção às suas vilas (a exemplo de Vila Franca do Campo e Ponta Delgada) e um aumento de taxas de natalidade e de crescimento demográfico nesta ilha no século XVI, aspectos destacados por Marinho dos Santos (1988, p. 120). Assim, é possível afirmar com segurança que a produção agrícola foi o atrativo econômico de maior importância de São Miguel para outras ilhas e para o Reino.

Sobre seu processo de ocupação, é consensual na historiografia açoriana que, durante as primeiras décadas de ocupação, houve pouca migração e pouca atividade econômica. O interesse no crescente povoamento e na economia micaelense ocorreu a partir da segunda metade do século XV: com o falecimento de D. Fernando, segundo donatário das ilhas, em 1470, as ilhas ficam sob responsabilidade da Infanta D. Beatriz – viúva de D. Fernando e com filhos homens ainda crianças – e dela parte a decisão de dividir as ilhas em oito capitania, fortalecendo a atividade política do reino sobre a porção insular do império, de modo que se definiram “as circunscrições administrativas e se estabilizou a primeira rede concelhia, correspondendo a cada capitania, uma vila cabeça de jurisdição”. (LEITE, 2014, p. 72) A

ocupação das ilhas, e nomeadamente de São Miguel, passa a ter uma organização política local menos desordenada e mais próspera.

Da nomeação e distribuição dos capitães para cada capitania, torna-se evidente a estratégia de centralização do poder e, em certa medida, o descompasso no desenvolvimento económico entre as ilhas do Império Português. Com as já referidas (em 2.1.2) condições climáticas favoráveis ao plantio de cana de açúcar, na segunda metade do século XV, Madeira representava uma produção agrícola pujante, ao passo que as ilhas ao norte, como São Miguel, ainda ensaiavam uma produção económica em ascensão. Assim, a decisão da Infanta D. Beatriz de nomear João Gonçalves da Câmara, o filho segundo do capitão de Funchal (capital de Madeira) como o capitão de São Miguel pode ser vista como estratégica, uma vez que seu objetivo ao concentrar no mesmo núcleo familiar a ilha de São Miguel e a principal cidade de Madeira era o de incentivar, segundo Leite (2014, p. 72), a ida de madeirenses para a São Miguel, aumentando o fluxo migratório e o interesse em desenvolver mais atividades económicas. A estratégia foi bem-sucedida, pois, já em início de quinhentos, a população micaelense era composta consideravelmente por imigrantes de Madeira, em sua grande maioria, lavradores ou homens/mulheres que viviam de sua fazenda.

Uma das maiores diferenças entre a economia de São Miguel do século XV e a do século XVI esteve na mudança do centro económico e político de uma vila para outra, nomeadamente da Vila Franca do Campo para Ponta Delgada, tendo ambas o mesmo enfoque no plantio de trigo, cevada e demais alimentos de subsistência. Quais fatores seriam responsáveis pelo declínio de Vila Franca do Campo, concomitantemente à ascensão de Ponta Delgada?

Conforme destaca Leite (2014, p. 75), até 1499 – ou seja, por quase todo o século XV – o único povoado em São Miguel reconhecido como vila pelo Reino foi Vila Franca do Campo, e só neste ano é que a Ponta Delgada é concedida essa categoria. A razão de considerar Ponta Delgada como vila é explicada sobretudo pelo seu rápido crescimento económico em finais de quatrocentos, em virtude da reconhecida fertilidade de seu solo. A partir de então, a nova vila passa por um processo de exploração agrícola intensiva e a gerar atividades económicas mais consistentes do que a Vila Franca do Campo.

Somando-se a isso, a política administrativa da capitania de São Miguel caracterizou-se no início de quinhentos pela cada vez maior centralização do poder público em um único local da ilha, sendo escolhida para assumir esse papel a nova vila de rápida ascensão económica. Um terceiro fator que consolida o declínio de Vila Franca do Campo e destaca Ponta Delgada como

principal centro econômico de São Miguel foi a ação violenta de um terremoto em Vila Franca em 1522, o que comprometeu praticamente toda a produção agrícola daquela região. Desse modo, no decorrer do século XVI, enquanto Vila Franca do Campo buscava reerguer-se de uma tragédia natural, Ponta Delgada é categorizada como cidade (não mais como vila) e, sendo a única cidade da ilha, consagra-se como centro político e econômico dos micaelenses.

Sumariamente, sobre o progressivo protagonismo de Ponta Delgada, aponta Leite (2014):

Vila Franca do Campo perde esse papel de capitalidade em resultado de um processo de revisão da hierarquia dos núcleos, coincidente com o processo contínuo e progressivo de conhecimento das potencialidades da terra. É nesse contexto que Ponta Delgada ganha proeminência e se evidencia como uma área mais produtiva, como um melhor porto e em seguida como melhor centro administrativo do que Vila Franca. (LEITE 2014, p. 76)

De Ponta Delgada às menores vilas de São Miguel, é notória a atividade do setor primário como a principal frente econômica dessa ilha. Comparando-se São Miguel com Terceira, outra ilha de consolidada atividade econômica e política dos Açores, percebe-se que enquanto a última investiu fortemente na militarização – para proteção das ilhas de ataques estrangeiros – e na ação de uma média burguesia de mercadores ativa, a primeira teve como seu principal foco a intensa atividade de lavradores, muito mais do que de atividades mercantis.

É exatamente por esses diferentes comportamentos sociais e econômicos que Marinho dos Santos (1988, p. 453) caracteriza Ponta Delgada e Angra, respectivamente, como “uma cidade voltada para a terra e outra voltada para o mar”. Isto é, enquanto Ponta Delgada tendeu a interiorizar-se, ou seja, a viver da e pela terra, Angra privilegiou o mar e as atividades que ele viabilizava, sem esquecer a produção de serviços ligados ao grande comércio. A próxima subseção, portanto, trata da organização e povoamento da Ilha Terceira e de sua capital Angra, revelando como, dentro do universo açoriano, houve outras produções econômicas além da produção agrícola.

2.1.4 Ocupação e organização da Ilha Terceira

A Ilha de Jesus Cristo, conhecida como ilha Terceira, tem cunhado nesse segundo nome o numeral ordinal que representa a ordem de seu descobrimento: após Santa Maria e São Miguel, essa ilha foi a terceira a ser encontrada pelos portugueses, ainda na primeira metade do século XV. Desde o início do povoamento do arquipélago até a contemporaneidade, a Ilha Terceira possuiu e possui grande destaque econômico dentro das nove ilhas, bem como é dela

que parte a maioria das decisões políticas sobre os Açores, isto é, houve – sobretudo em tempos mais recuados – considerável centralidade política das ilhas nas mãos da Ilha Terceira. Há vários fatores que atribuem a essa ilha tais destaques político e econômico, de modo a torná-la, nas palavras de Vieira (1992, p. 61), “apenas terceira de nombre, puesto que en importancia económica y social acabó por ocupar un lugar cumbre.”

Para compreender o sucesso econômico e a certa estabilidade sustentada por Terceira, é preciso que seja evidenciada, *a priori*, a posição geográfica centro-oriental que ocupa essa ilha dentro do arquipélago (rever Figura 2), o que confere aos terceirenses certa agilidade no alcance de boa parte das ilhas. Assim sendo, o local em que se situa entre as outras ilhas pôde favorecer relações comerciais valiosas de Terceira com diversos pontos do arquipélago.

É evidente, no entanto, que apenas as suas privilegiadas coordenadas dentro dos Açores não explicam sozinhas a importância construída por Terceira desde quatrocentos. A ilha consegue produzir uma modesta – porém importante – produção agrícola, que pode ser considerada menos consistente do que foi em São Miguel, mas mais consistente do que houve nas demais ilhas, o que favoreceu um perceptível fluxo migratório de Portugal para Terceira e pouca taxa de emigração, como destacado por Marinho dos Santos (1988, p. 121). Essa agricultura medianamente intensiva, contudo, serve como um importante indicador de estabilidade, mas também (ainda) não explica a notória distinção de Terceira, a ponto de, conforme elucida Meneses (2009, p. 212), muitos portugueses do continente terem designado “ilhas terceiras” como uma expressão sinônima de todo arquipélago dos Açores.

Finalmente, para compreender o destaque da Ilha Terceira, é preciso analisar, além da referida localização de Terceira em Açores, a notória preciosidade do lugar geográfico em que o arquipélago (em conjunto) se situa no mundo moderno, destacada no início desse capítulo. Com o mar mediterrâneo bloqueado pelos italianos e com a truculenta ação das correntes marítimas sobre o litoral africano, o território insular português se torna imprescindível peçacheve para a rota às Índias, para o domínio de cidades do norte da África, para a sustentação de comércios paralelos e para a expansão de novos domínios do império (como a América), tudo pela necessidade de abastecimento de navios, pela oportunidade de estabelecer novas relações comerciais e até mesmo pelo descanso dos navegantes por alguns dias. O problema em torno disso é que, apesar de Portugal ter sido o único Estado-nação a conquistar o território açoriano, não foi – de longe – o único a notar todos os referidos privilégios que conquistar Açores angariaria.

Assim, a história da ocupação das ilhas é marcada pela ação intensa de corsários, saqueamentos – na maioria das vezes não muito bem-sucedidos – e, por diversas vezes, tentativas de conquistar as ilhas por parte de outros países europeus, sobretudo Espanha, França e Inglaterra. Esse contexto exigiu de Portugal, desde o século XV, um investimento potente na proteção das ilhas. Para tanto, foi preciso não apenas o envio de militares dos mais diversos escalões, mas uma organização consistente desses militares, com estratégias de contra-ataque, um conhecimento pormenorizado das possíveis vias de invasão e um investimento infraestrutural com a construção de castelos e fortes. É nesse interim que desponta de Terceira o seu importante papel: uma ilha capaz de produzir uma mediana agricultura intensiva e de subsistência que favorece a ocupação, ao mesmo tempo com sua localização marcada pela proximidade de boa parte das ilhas levaram-na a protagonizar a proteção de todas as ilhas e a centralizar as ações militares do arquipélago em Angra, sua capital.

No que concerne ao enrijecimento da segurança das ilhas por via de uma intensa ação de militares em Terceira, Meneses (2009) detalha esse processo:

A armada das ilhas navegou anualmente de Lisboa até aos Açores, desde os alvares de quinhentos. Uma vez na Terceira, procede à recolha de novas informações e eventualmente à redefinição de estratégias. (...) A nomeação de um Provedor das Armadas da Ilha Terceira sucede por cerca de 1527. O oficial assume os encargos do provimento e da reparação das frotas da Índia, mas também o dever do fortalecimento, sempre que entendido por necessário, da capacidade dissuasora da armada das ilhas. (MENESES 2009, p. 211)

Um exemplo da consciência do Reino sobre a prosperidade da Ilha Terceira esteve na divisão das capitânias pela infanta D. Beatriz: Terceira foi a única entre as nove ilhas a ser dividida em duas capitânias. Em 1474, a divisão da Terceira nas capitânias de Angra e Praia, doadas respectivamente a João Vaz Corte Real e a Álvaro Martins Homem, constitui, segundo diversos testemunhos, uma recompensa pela realização de uma viagem comandada por esses homens para noroeste, talvez até à costa da Terra Nova.

Ainda com o olhar sobre as coordenadas de Açores dentro da lógica das expansões marítimas, sabendo que não é a produção agrícola a principal locomotiva de sua economia, mas justamente sua posição valiosa e estratégica no Atlântico norte (entre continentes), o estabelecimento de relações comerciais entre as ilhas, das ilhas com o norte da África e dos açorianos com estrangeiros tornou-se o mais importante motor de arrecadação de lucros dessas ilhas no mundo moderno. Nesse âmbito, foi a Ilha Terceira a desenvolver as mais intensas relações comerciais, desde a subsistência das ilhas até a exportação de alguns produtos para o

continente, o que edificou ainda mais a economia terceirense como de grande destaque no universo açoriano.

Portanto, a concentração de militares e conseqüentemente a responsabilidade pela segurança (proteção) do arquipélago e o grande comércio, evidenciado pela intensa ação de mercadores, acabam por ser duas marcas caracterizadoras do que compôs a Ilha Terceira sobretudo no século XVI. É notório também que a militarização da ilha e o seu intenso comércio são aspectos que obtiveram estreitas relações: as condições naturais que favoreciam à construção de portos maiores também favoreciam à construção de fortes e castelo, como o castelo de São Filipe, no Monte Brasil, considerado por Meneses (2009, p. 211) “uma das mais inexpugnáveis fortalezas até então erigidas além-mar”. Além disso, é esperado que os mercadores das outras ilhas e os navios estrangeiros se sintam mais à vontade para comercializar na ilha do arquipélago de maior segurança pela presença de bases militares.

Angra, desse modo, vê o seu crescimento econômico e social acelerar, ao ponto de ser a primeira vila dos Açores a ser elevada para a categoria de cidade, ainda na segunda metade de quatrocentos. No século XVI, Angra já se configura como um centro urbano de organização social complexa, de intensa atividade econômica e de centralização do poder eclesiástico, haja vista que o alto clero do arquipélago residia nessa cidade e que, desde a nomeação de D. Agostinho Ribeiro como bispo de Angra, em 1540, as decisões clericais sobre as paróquias e arquidioceses de todo arquipélago estavam sobre as mãos do bispado da capital da Ilha Terceira. Todos esses fatores são reveladores da articulação cultural e, antes disso, política que essa cidade pôde construir no arquipélago. Nesse sentido, sobre a Angra de quinhentos, nas palavras de Meneses (2009), é válido destacar que

o apoio à navegação transatlântica acontece sobretudo na ilha Terceira, particularmente na baía de Angra, em virtude da segurança do ancoradouro e do desenvolvimento da economia, que geram a concentração administrativa. Estamos no tempo em que Angra é a capital oficiosa do arquipélago, cognominada pelo cronista Gaspar Frutuoso de “universal escala do mar do ponente”. (MENESES 2009, p. 212)

Assim sendo, o fluxo migratório para Terceira tornou-se um gráfico crescente, fator que também transforma essa ilha e a reconfigura para os novos desafios enfrentados com o inchaço populacional. São Miguel, paralelamente, passa a sofrer também no século XVI processo semelhante. A discussão sobre a demografia das ilhas e seu impacto socioeconômico, bem como de que lugar de Portugal (ou de que parte do mundo) vieram os sujeitos que constituem a população açoriana compõem a abordagem da próxima subseção.

2.2 QUEM É A POPULAÇÃO AÇORIANA?

Para melhor compreender quem são os açorianos do século XVI, é preciso, antes disso, compreender quais sujeitos se lançaram ao mar em direção ao arquipélago, de modo que os seus descendentes foram aqueles que constituíram, ao longo da história das ilhas, a população açoriana. É preciso, também e ainda, analisar alguns aspectos quantitativos sobre a população das ilhas, em especial das mais populosas, São Miguel e Terceira, por serem tais aspectos reveladores de informações preciosas para possíveis respostas à pergunta desta subseção. Por isso, organiza-se essa abordagem em dois caminhos: uma análise sobre a demografia das ilhas e uma análise sobre de onde vieram os imigrantes açorianos e como seus locais de origem contribuíram para o pequeno e efervescente caldeirão de culturas que constitui os Açores.

2.2.1 Um olhar sobre a demografia das ilhas

O estudo da demografia, isto é, do conjunto de dados referentes à população (absoluta e relativa) de um povo, é de extrema importância por evidenciar características estruturantes dessa população, ao possibilitar uma análise dos indivíduos em conjunto. No caso dos Açores, isso se torna ainda mais relevante, por se tratar de um arquipélago cuja ocupação, desde o início, foi marcada pela diversidade cultural dos habitantes vindos de diversos lugares de Portugal continental. Além disso, pelo seu posicionamento geográfico, é uma marca da população dos Açores um intenso fluxo migratório entre ilhas e das ilhas para o continente, o que torna ainda mais complexo discernir em um determinado período histórico – na análise em questão, o século XVI – quem são as pessoas que ali residiam.

No que concerne a esses movimentos migratórios, Vieira (1992) ressalta que

La elevada movilidad social es una característica de la sociedad insular. El fenómeno de la ocupación atlántica lanzó las bases de la sociedad y la emigración se ramificó y proyectó más allá del Atlántico. Las islas fueron así, en un primer momento, polos de atracción, pasando después a actuar como áreas centrífugas. (VIEIRA 1992, p. 92)

Desafortunadamente, ao se examinar o crescimento da população açoriana (principalmente no século XVI), é comum que pesquisadores perscrutem esse crescimento em uma perspectiva “de fora para dentro”, isto é, a partir de agentes externos, como quais contextos de Portugal continental – a vulnerabilidade econômica, a perda de posse de terras, a expulsão de degredados, entre outros – explicariam o gráfico crescente que representa a demografia açoriana em grande parte do século XVI. É evidente que tais contextos são importantes, mas não sustentam sozinhos as razões para a rápida velocidade do crescimento demográfico dessas

ilhas. É preciso, portanto, examinar os Açores “de dentro para fora”, dando à luz a fatores sociais e econômicos internos que contribuem para esse quadro.

João Marinho dos Santos (1988) teve esse cuidado em sua análise sobre o crescimento populacional dos Açores. Sobre a demografia açoriana, Marinho dos Santos (1988, p. 120) destaca que as ilhas açorianas de quinhentos se caracterizavam por uma elevada taxa de natalidade, que acompanha uma inversamente proporcional (baixa) taxa de mortalidade, segundo ele “a níveis mais baixos do que as verificadas, pela mesma época, na maior parte dos países europeus”. Um contexto de alta natalidade e baixa mortalidade permite constatar que, independentemente do alto ou baixo fluxo migratório do continente para a porção insular do império, ou seja, de fatores externos, dentro das ilhas, verifica-se uma acelerada ascensão numérica de sujeitos nascidos nas ilhas, e poucos desses sujeitos morriam. Portanto, a população açoriana prescinde, pelo menos no século XVI, da imigração de portugueses como fator principal para o aumento da população por haver condições internas que a isso favoreciam.

Quais características do arquipélago podem explicar isso? A primeira delas é o fácil acesso a recursos alimentares. Apesar de não haver uma pujante produção agrícola em todas as ilhas, é mister reconhecer que a produção das ilhas com solos mais férteis, como São Miguel, foi capaz de abastecer Açores, na maior parte do tempo com preços que possibilitavam a subsistência de camadas não abastadas da população. Além disso, Marinho dos Santos (1988, p. 96) aponta para o que ele chama de *moderação de doenças*: enquanto a peste negra e outras graves doenças ainda se alastravam no mundo moderno da Europa continental, quase não há notícia de epidemias capazes de aumentar a mortalidade das ilhas portuguesas do Atlântico Norte. A própria rotina alimentar dos açorianos, marcada pela abundância de alimentos lácteos e proteicos – percebidos pela sua produção agrícola – favorece à maior saúde e menor mortalidade.

Quanto aos dados numéricos concernentes ao século XVI, Braudel (1983), em *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, apresenta um quadro com a quantidade aproximada de pessoas que representariam a população dos Açores e de alguns países europeus:

Tabela 1: A população de Açores e de países da Europa Ocidental no século XVI

Local	População (aprox.)	Habitantes por km ²
Açores	65.000	28 h/km ²
Portugal	1.000.000	17 h/km ²
Espanha	8.000.000	17 h/km ²
França	16.000.000	34 h/km ²
Itália	13.000.000	34 h/km ²

Fonte: Braudel (1983)

No estudo da demografia de um espaço, há dois termos cujo emprego convém para análise do Quadro 3: *populoso* e *povoado*. Um território populoso é aquele que possui uma elevada população absoluta – termo que designa o total de habitantes de um certo lugar. Um território povoado, por sua vez, é aquele que possui uma elevada população relativa, isto é, por quilômetro quadrado, há uma considerável quantidade de pessoas. Apropriando-se desses dois termos, é evidente – e esperado – como o arquipélago dos Açores, ao ser comparado com os países da Europa, é consideravelmente pouco *populoso*, a ponto de Portugal continental possuir quinze vezes mais pessoas do que Açores.

No entanto, chama a atenção o fato de, ao ser analisada a distribuição dos habitantes por quilômetro quadrado, as ilhas açorianas possuírem quase o dobro de hab/km² quando comparadas aos países da Península Ibérica. Pela pequena extensão territorial das ilhas, podemos considerar esse dado como também previsível, mas o fato de o arquipélago dos Açores ser muito *povoado* implica muitos fatores, como o acelerado crescimento das vilas, da construção de estradas, das navegações, do comércio e sobretudo da complexa estratificação social nos séculos XV e XVI.

Um exemplo dos impactos do arranque populacional no arquipélago, especialmente no século XVI, foi o fenômeno conhecido como “revolução dos preços”, pelo qual as ilhas passaram na primeira metade de quinhentos. Durante duas décadas, nomeadamente o terceiro e o quarto decênio do século XVI, como detalha Marinho dos Santos (1988, p. 117), o preço do trigo subiu exorbitantemente nas ilhas, de modo a aumentar a fome, a pobreza e a desigualdade social. A mais plausível explicação para esse fenômeno foi o crescimento da população já evidente desde finais de quatrocentos, de sorte que a produção de trigo não acompanhou a quantidade cada vez maior de pessoas para consumi-lo nas refeições diárias.

O resultado desse descompasso foi uma razoável redução demográfica na primeira metade do século XVI, que foi também motivada pelo ligeiro aumento da presença de doenças letais como a peste. A revolução dos preços, ademais, diminuiu o poder de compra dos açorianos, aumentando a inflação e a emigração de uma parcela da população para o continente europeu, sobretudo das camadas de prestígio, escapando da instabilidade econômica. A situação regularizou-se apenas na segunda metade de quinhentos, em que houve uma expansão da produção de outros alimentos e de outras formas de arrecadação de lucro, como a pecuária, sem retirar o protagonismo do trigo e da cevada como mais importante atividade econômica de muitos lavradores.

Ainda sobre os dados da população açoriana no Quadro 3, a partir dos registros paroquiais das ilhas, em que se registraram batismos, casamentos e óbitos de cada freguesia, Marinho dos Santos (1988) pôde levantar a quantidade aproximada de habitantes de algumas ilhas açorianas, com o objetivo de compreender a distribuição dos referidos 65 mil habitantes do arquipélago pelas ilhas. Aqui, dar-se-á destaque aos resultados de São Miguel e Terceira, ilhas de já referido desenvolvimento econômico e objeto de análise dessa dissertação.

Conforme aponta Marinho dos Santos (1988, p. 106-107), São Miguel e Terceira possuíam no século XVI em torno de 25 mil e 23 mil habitantes respectivamente. Além de apresentarem um número próximo de população absoluta (diferença de somente dois mil hab.), nota-se que, juntas, São Miguel e Terceira possuem mais de dois terços de toda a população dos Açores. Ademais, ao recordar-se de que São Miguel é a ilha de maior extensão territorial e de potente produção agrícola, é possível considerar a população de São Miguel como a mais distribuída por km², de maior interiorização, ao passo que Terceira, a ilha “voltada para o mar”, tem a sua população mais concentrada nas grandes vilas litorâneas e em sua capital, Angra.

Esses fatores também podem explicar que, apesar de Terceira ter a maior geração de lucro e centralizar as decisões políticas do arquipélago, é São Miguel a ilha mais populosa. A fertilidade do solo micaelense fixa a população à terra – diminui o fluxo migratório – e paralelamente aumenta a taxa de natalidade, enquanto a produção econômica da Ilha Terceira é voltada primordialmente para o grande comércio, que é estabelecido na relação dessa ilha com o mercado externo, fixando menos os terceirenses, de pequenos comerciantes a ricos mercadores, à sua terra natal.

2.2.2 De onde vinham os portugueses e outros povos?

Não há como conhecer qualquer sociedade sem conhecer as diferenças entre os indivíduos que a constituem. Em outros termos, para reconhecer as características mais gerais sobre um povo, é necessário compreender que tais características são construídas na forma com que cada sujeito (ou grupo) soube lidar com as diferenças de outros sujeitos (e outros grupos), dentro da complexa diversidade cultural que se interpõe entre eles.

Dentro desse âmbito, o que se chama de *açorianos* foi construído a partir das mais diversas relações com o diferente e com o novo, haja vista que, como não havia presença humana nas ilhas até a sua descoberta pelo Império Português, a população açoriana foi formada integralmente pelo convívio de portugueses das mais diversas regiões de Portugal em um espaço geográfico que nenhum deles antes conhecera.

Assim sendo, na historiografia açoriana, foi preciso ir atrás de pistas que “cartografassem” de onde vieram os indivíduos que se lançaram ao mar em direção às ilhas do Atlântico Norte, com o pressuposto de que, ao serem localizadas as partes de onde vieram, melhor seriam compreendidos os elementos culturais diversos, a relação do homem com a terra, comportamentos e hábitos que se perpetuariam longe do continente, entre outras questões.

Para lançar mão de investigar quais os principais fluxos migratórios de Portugal a Açores, foi e é preciso abarcar conhecimentos de diversas áreas epistemológicas, o que tanto Marinho dos Santos (1988, p. 130) quanto Vieira (1992, p. 77) denominam de um “projeto interdisciplinar”. Em outras palavras, as estratégias de produção agrária e de criar gados, a culinária, as roupas, a onomástica (desde a genealogia dos sobrenomes até a toponímia) e outros aspectos do cotidiano são capazes de revelar, em certa medida, de qual parte de Portugal continental vieram aqueles sujeitos. Sobre esse ponto, Vieira prossegue:

Los datos abastecidos por la genealogía, antroponimia, lingüística y etnología refieren un origen variado para los primeros colonos que actuaron como el germen de la nueva sociedad azoriana: mífiotos, alentejanos, algarvianos, madeirenses y flamencos dan cuerpo al comienzo de la sociedad. (VIEIRA, 1992, p. 77)

Consoante o destacado por Vieira, houve na ocupação dos Açores a presença desde sujeitos que residiam em Portugal continental até antigos moradores de outras ilhas mais ao sul, como os madeirenses, além de sujeitos nascidos fora do Reino, como os flamencos. O destaque ao fato de a população açoriana não ter sido constituída somente de ex-residentes de Portugal continental é também assegurado, segundo Marinho dos Santos (1988, p. 131), pelo cronista

Gaspar Frutuoso, açoriano que no século XVI desenvolveu um estudo genealógico das famílias presentes nas ilhas, a fim de investigar a sua proveniência. O cronista conclui que os açorianos foram formados pelo intenso fluxo de três origens: do Reino, de Madeira e de outros países da Europa. Há um destaque também para a presença de mouriscos, sobretudo no início da ocupação – e de povoamento mais remoto –, que foram em sua grande maioria escravizados, como o caso dos mouros.

Nesse sentido, é importante reiterar que, apesar de não se tratar de um processo de colonização como ocorreu na América, com a presença (antes do domínio português) de outras civilizações a serem subjugadas e exploradas como mão de obra, houve a importação para as ilhas da mão de obra africana escravizada, oriunda do tráfico negreiro em expansão nos idos de quinhentos, que nos séculos seguintes se tornará principal mão de obra da colônia portuguesa na América. No entanto, pela considerável presença também de trabalhadores livres e de servos, a mão de obra escrava não foi expressivamente predominante como em outras colônias portuguesas, a exemplo do Brasil.

Dentro das estratégias de discriminar as origens dos indivíduos que habitaram os Açores, o estudo (que envolve geografia e urbanística) da estrutura das casas, tanto rurais quanto urbanas, parece ter sido um dos mais produtivos. O geógrafo Orlando Ribeiro aponta, por exemplo, em *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*, a marcante presença do Algarve no povoamento de Santa Maria a partir da aparência interna e externa das casas e da forma de abrir estradas. Conforme Ribeiro (1962, p. 24), ainda hoje as chaminés rurais marienses são do tipo algarvio ou alentejano.

Tratando da etnogenia especificamente de São Miguel, é de suma importância evidenciar os registros do cronista Gaspar Frutuoso, constantes da sua obra mais conhecida, *Livro primeiro das saudades da terra*. Sobre os micalenses, Frutuoso (2005, p. 221)⁸ reforça a predominância de alentejanos e algarvios, de que se deduz uma certa semelhança com o processo de ocupação de Santa Maria. Ao tratar das três origens migratórias em direção a Açores, sobre São Miguel, Frutuoso (2005, p. 223) analisa a genealogia – a partir do sobrenome – de 137 famílias. Dessas, constata-se que 79 (aproximadamente 59%) são provenientes de Portugal Continental, 24 (18%) da Arquipélago da Madeira e 28 (20%) do que ele chama de

⁸ A menção à obra de Gaspar Frutuoso tem como suporte a edição do *Livro primeiro das saudades da terra* publicada pela SeaLegacy Publishing, em New Westminster (Canadá) em 2005.

“estrangeiros”, isto é, outros países da Europa Ocidental, e 6 (3%) de outras partes do espaço colonial português, como Brasil e Angola.

Além da simbólica relevância de esses números terem sido levantados por um açoriano que viveu sua vida inteiramente no século XVI e boa parte dela nos Açores, os dados apontam uma razoável percentagem (mais de 40%) de famílias que não seriam provenientes de Portugal continental, reforçando ainda mais a complexa diversidade cultural presente em São Miguel.

As postulações de Ribeiro (1962) são igualmente preciosas, sobretudo no que concerne à população micaelense cujos descendentes vieram do continente. Destaca-se a participação evidente da população austral de Portugal, mas também a presença de antigos residentes do centro e até de partes do norte:

Em São Miguel, encontram-se ainda muitos traços do Sul, mas encontram-se de preferência traços do Centro. O aspecto das povoações recorda a Estremadura. Centros pormenores da arquitetura interior das casas lembram Alentejo. Alguma coisa, na construção das casas e no arranjo dos campos, anuncia já a Noroeste. (RIBEIRO, 1962, p. 24)

A fertilidade do solo micaelense, mesmo que para a produção de alimentos comuns em Portugal e na Europa Mediterrânea, serviu de grande chamariz para aqueles que queriam oportunidade de angariar terras. É evidente, contudo, que esses fluxos migratórios a São Miguel provocaram conseqüentemente uma emigração da ilha, em virtude da já referida (em 2.2.1) revolução dos preços e do aumento da pobreza pelo inchaço populacional. Sobre isso, Marinho dos Santos reforça:

Deslocamentos/migrações – eis uma das componentes mais persistentes da história dos Açores. Em termos relativos, o número de saídas tem variado contudo de ilha para ilha. O que explica tais variações? Veja-se o caso de São Miguel: muito cedo ficou a ilha cheia, gerando-se uma situação de geral pauperismo com o retesamento da organização camponesa e no entanto, conforme reconhecerá o governador em 1592, “a gente vay em grande mulyplicação e he tão afeyçoada ao seu natural que não ha quem saia da terra⁹”. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 141)

No tocante à população do centro militar de Açores, a Ilha Terceira, podem-se perceber semelhanças (aproximações) e distanciamentos do processo de ocupação micaelense. *A priori*, pela sua economia marcadamente voltada ao grande comércio, compreendendo nas ações comerciais dos mercadores a necessidade de deslocamentos, o mapeamento sobre de onde

⁹ O registro da visão do governador sobre São Miguel foi retirado por Marinho dos Santos de uma carta constante no *Arquivo dos Açores* e produzida em finais de quinhentos.

vieram aqueles que formaram Terceira é ainda mais complexo, por haver uma menor fixação à terra. Marinho dos Santos (1988, p. 136) destaca como marca dessa ocupação a diversidade: a geografia da proveniência dos primeiros povoadores terceirenses conta com famílias e indivíduos de praticamente todas as províncias de Portugal continental, além de um maior número de indivíduos de fora do Reino.

Um exemplo dessa realidade é o fato de que, enquanto Jacome de Bruges, capitão do donatário na Terceira no século XV, era de Flandres, o seu sucessor (em Angra), João Vaz Corte Real, seria algarvio. Um e outro, de diferentes partes da Europa Ocidental (nascidos, respectivamente, fora e dentro do reino), terão trazido colonos das respectivas regiões de origem para ocupar a ilha. Além disso, ainda sob a luz do que aponta Marinho dos Santos (1988, p. 136), há fenômenos linguísticos na fala dos terceirenses que se revelam como pistas de outros fluxos migratórios de fora e de dentro dos Açores: uma ditongação semelhante ao falar madeirense e um uso da vogal “u” que se aproxima do falar micaelense. Há também – e novamente explicada pela intensa atividade do grande comércio – uma presença significativamente maior de sujeitos de outros países da Europa em Terceira, como genoveses, ingleses, espanhóis, franceses, entre outros povos.

Ter em Açores a maior circulação de navios das mais diversas partes do mundo permite, conseqüentemente, que Terceira se torne também a ilha com a maior aparição de navios piratas e de tentativas de conquistá-la politicamente. De alguma forma, os outros países da Europa Ocidental que transitavam por Açores sabiam que conquistar o centro econômico e militar do arquipélago facilitaria a tomada das demais ilhas. Nesse sentido, é importante pôr novamente em evidência o tamanho valor que a localização geográfica dos Açores impôs ao mundo moderno, conforme detalha Meneses (2009):

A utilização dos Açores convém aos propósitos de ambos os contendores. Para os ibéricos, a posse das ilhas constitui uma garantia da correspondência entre a Europa e o Ultramar, que salvaguarda o monopólio reconhecido pelo entendimento de Tordesilhas. Para os nórdicos, a frequência das ilhas corresponde a um expediente de aproximação ao Além-Mar, onde também intentam a constituição de impérios coloniais e equivale a um meio de contacto com os carregamentos exóticos, através do contrabando e do roubo. (MENESES 2009, p. 209)

Apesar de locais de origem mais diversificados dos sujeitos que habitaram a Ilha de Jesus Cristo, há marcantes traços culturais – em sua culinária, na construção de moradias, no modo de se vestir – do sul de Portugal, o que em certa medida aproxima culturalmente Terceira

e São Miguel, haja vista que ambas foram fortemente influenciadas por comportamentos e hábitos comuns oriundos de Algarve e Alentejo.

A contribuição dos madeirenses na produção econômica também é um traço em comum entre São Miguel e Terceira. Como a Arquipélago da Madeira desenvolveu a sua economia mais rapidamente, pela extensiva produção de cana de açúcar, quando as duas principais ilhas dos Açores começavam a despontar atividades econômicas mais consistentes (em finais de quatrocentos e início de quinhentos), Madeira já se consolidava com estabilidade nas relações comerciais com o Reino e com partes do litoral africano. O fluxo migratório de madeirenses em direção às ilhas do norte pode ser explicado, entre outros fatores, pelas relações políticas – e familiares, como no caso de São Miguel – entre Madeira e Açores, de sorte que houve, segundo Marinho dos Santos (1988, p. 131), um investimento das ilhas do norte para se tornarem atraentes aos olhos dos lavradores madeirenses, os considerando conhecedores de melhores estratégias de produção agrícola e percebendo o seu sucesso nesse setor.

Outras decisões políticas, como a formação de capitânias, divisão de terras em sesmarias, o papel dos ouvidores, dos almotacés e de outros encargos aproximaram as Ilhas do Atlântico entre si no tocante às suas funções administrativas. Por isso, a subseção seguinte se dispõe a detalhar como funcionavam as relações de poder e a administração do império português sobre os Açores.

2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A fim de analisar o funcionamento das ações políticas do Reino sobre os Açores, dividiu-se esta subseção em duas frentes: uma referente à estratificação dos cargos públicos oficiais e outra que diz respeito especialmente à força política e ideológica do clero nas ilhas.

2.3.1 Donatários, capitães, vereadores e outros cargos oficiais

O poder da Coroa portuguesa exercido sobre as ilhas do Atlântico teve como grande marca a ação de donatários, tendo sido conferida a esse poder senhorial/donatarial a administração quase total e absoluta dos Açores. Pertencendo majoritariamente a uma nobreza próxima da Casa Real, os donatários, a partir da doação de terras feita pelo Rei, concentravam consigo plenos poderes cíveis e criminais, estando sob sua responsabilidade decisões políticas concernentes a estratégias de povoamento, a atividades econômicas a serem desenvolvidas, à repartição das terras em sesmarias, à aplicação de medidas jurídicas – como pena de morte –, entre outras funções.

É evidente, pois, que a acentuada concentração de poder atribuída aos donatários torna-os representantes diretos da Coroa, de modo que até o reinado de D. João II (finais de quatrocentos), de acordo com Marinho dos Santos (1988, p. 404), havia pouca ou nenhuma intervenção política do Reino sobre os Açores: a relação da Coroa com os donatários dos dois conjuntos insulares do Império foi de quase inteira confiança.

O regime de donatarias, conhecido também como “regime dos senhorios”, foi fundamentado pela delegação, tanto por parte dos donatários, quanto pela ordem eclesiástica, de representantes com amplas atribuições e dilatados poderes: os capitães. Prioritariamente, a função dos capitães esteve vinculada a questões jurídicas, sendo equivalente a um corregedor, não obstante com maiores privilégios, a exemplo da perpetuidade de suas funções: os capitães acumularam poder vitalício para exercerem as suas funções.

Dentre as atribuições jurídicas pertencentes ao capitão, Leite (2014) destaca que esses representantes eram

homens em quem o donatário confiava e em quem delegava o seu poder. Isso foi essencial para o processo de ocupação e central no que ao desenho do território respeita, já que, como um dos seus mais importantes deveres, figurava precisamente dividir a terra e distribuí-la pelos povoadores, como esclarece o regimento de povoamento da Madeira de 1425 (...). Vale a pena sublinhar que a figura do capitão reúne no mesmo personagem as funções do *povoador*, um ator de grande importância no processo de fundação de vilas novas da Idade Média em Portugal, e o papel de sesmeiro, o responsável pela divisão da terra rural e urbana no território continental durante o mesmo período. (LEITE 2014, p. 70)

A responsabilidade dos capitães sobre a divisão das terras fez cunhar sobre eles o epíteto de “governadores da justiça”. Mencionado acima por Leite, o regimento de povoamento da Madeira de 1425 serviu de pedra angular para a distribuição das terras açorianas na segunda metade do século XV e nesse contexto os capitães foram os principais agentes para a organização fundiária dessas terras.

O sistema de sesmarias, modelo que se estendeu mais adiante das ilhas do Atlântico para outras colônias portuguesas como o Brasil, foi exercido pelos capitães, que eram quase sempre nomeados pelos donatários. Nesse processo de repartição das terras, outros agentes públicos exercem seu grau de interferência, mas quase sempre sem ferir o protagonismo dos capitães, tendo sua palavra o peso maior para as decisões sobre as *dadas* (terras a serem concedidas a quem as desejasse).

Nesse interim, emerge a figura do almoxarife que, responsável pela administração de impostos arrecadados (equivalente a um tesoureiro), acompanha o capitão na divisão das terras. Também emerge um outro importante cargo, o *ouvidor do secular*: um homem (obrigatoriamente licenciado em Direito) que orientaria juridicamente o capitão sobre suas decisões. Os ouvidores possuíam um notável prestígio em seu papel, a ponto de poderem substituir os capitães no decorrer de suas ausências.

Sobre o sistema de *dadas* dentro das funções atribuídas ao capitão, postula Marinho dos Santos (1988) o seguinte:

O sistema de “dadas” acabou por ser regimentado por *carta do duque*, datada de 27 de Julho de 1483, determinando-se, entre outras obrigações, que o escrivão do almoxarifado deveria declarar, como rigor possível, as confrontações de cada “dada” e quanto poderia levar de semente. Se o capitão (ou o seu substituto) e o almoxarife não estivessem de acordo sobre a atribuição de qualquer terra de sesmaria, a concessão deveria ser feita pelo primeiro, pelo contador e pelo escrivão do almoxarife, sendo o segundo substituído pelos juízes ordinários no caso de estar ausente ou persistir o desacordo. Sucedendo os capitães atribuírem a eles próprios a posse de alguma “dada”, a consulta de um daqueles oficiais continuava ser obrigatória. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 407)

O regime dos capitães donatários nos Açores, pelo menos em seus primeiros decênios, foi marcado pela falta de qualidade, especialmente em virtude da relação vertical estabelecida entre os capitães e os outros agentes públicos. Como os capitães, em sua grande maioria, eram homens nobres nomeados pelo donatário sem necessariamente terem antes exercido ocupações liberais (burocráticas e gestoras), as suas estratégias de distribuição de terras tinham como critério, em primeiro plano, a sua afinidade com outras famílias nobres, sem visar a habilidade desses homens com a terra. Houve também, ainda de acordo com Marinho dos Santos (1988, p. 503), diversas acusações de corrupção dos capitães. Corregedores e almoxarifes tentaram sem sucesso, no decorrer do século XV, evidenciar os desvios de conduta presentes na administração dos capitães.

Em finais de quatrocentos, a partir da regência de D. João II, há uma maior e mais intensa intervenção da Coroa sobre o poder público dos Açores, não somente pela produtividade pouco satisfatória, mas por mudanças estruturantes na organização interna do Império Português. Acompanhando a tendência dos Estados-nações europeus de maior centralização do poder e mais efetiva intervenção da Coroa em territórios distantes, D. João II mantém ao donatário o controle da jurisdição civil com toda alçada e superioridade, mas passa a enviar

emissários para as ilhas, a fim de conhecerem como o donatário usava de sua jurisdição, bem como acompanhar as atividades dos capitães e de encargos menores. O resultado disso foi a punição – sem destituir do cargo – de muitos agentes públicos, incluindo o próprio donatário.

No que tange à arrecadação de impostos, a carta régia do primeiro donatário de Açores, escrita pelo Infante D. Henrique em 1460, explicita alguns pormenores sobre como deveria ser a administração das ilhas, sobretudo no tocante à arrecadação dos direitos fiscais. Nela, é registrado que a doação da Ilha de Jesus Cristo (Terceira) e da Ilha Graciosa feita pelo infante de Sagres aos seus filhos exige a arrecadação de meio dízimo para a Ordem de Cristo (clero) e meio dízimo para o poder público, sendo esse modelo estendido para as demais ilhas.

Sobre a administração local, os governos municipais tinham como tarefa cuidar do bem e do interesse comum que não necessariamente estivesse ligado com a justiça, a exemplo da rede viária, do abastecimento de bens alimentares, do licenciamento de mercadorias que saíam e entravam pelos portos, entre outras funções. Dentro das categorias de funcionários do município, ganha destaque a figura do vereador, que teve como responsabilidade assumir a função legislativa do âmbito local, envolvendo-se com a arrecadação de impostos e com a fiscalização de outros cargos oficiais. São os vereadores dos municípios dos Açores que também se responsabilizaram pela gestão do referido “interesse comum”: medidas para transporte, para tributação de impostos, para abastecimento de alimentos, entre outras. Nota-se, afinal, que as funções dos vereadores nos municípios açorianos se perpetuam nos dias atuais em outros locais que são antigas colônias de Portugal, como o Brasil: no período colonial, construiu-se no Brasil um modelo de administração municipal (vereamento) demasiadamente semelhante ao que já estava em vigor nos Açores desde o século XV.

Além dos vereadores, os municípios contavam com outros oficiais, como procuradores e almotacés. Os procuradores, segundo Marinho dos Santos (1988, p. 560), seriam equivalentes a um “ministério público” nas questões judiciais que envolviam o município. No entanto, a atuação dos procuradores era pouco eficiente, haja vista que para cada município se nomeava somente um procurador, que acumulava uma quantidade numerosa de casos. Os almotacés, por sua vez, eram responsáveis pelos assuntos econômicos dos concelhos, de modo a fiscalizarem pesos, medidas e principalmente os preços dos produtos a serem vendidos, a fim de evitar valores abusivos e também de estabelecer certo controle sobre a inflação.

Dentro da lógica do aparelho estatal dos Açores, é necessário também compreender como a transição da baixa idade média para o mundo moderno foi marcada pela divergência de

interesses de diferentes categorias sociais. Em certa medida, os poderes públicos dos Açores geriram as ilhas com base em um modelo que se inspirava nas relações medievais de nobreza: a distribuição de terras a partir da nomeação – tendo como critério o prestígio social –, a função vitalícia e hereditária dos oficiais em cargos públicos, a produção agrícola como principal forma de geração de lucro e de arrecadação de tributos, entre outros aspectos. Assim sendo, é notório que o Estado privilegiou e incentivou prioritariamente as atividades do campo. No entanto, sobretudo a partir do século XVI, emerge em Açores uma quantidade de pequenos e médios burgueses, que também precisarão contar com o poder público para a geração do seu crescimento.

O resultado disso é o tensionamento entre os mercadores, pequena elite emergente, e os latifundiários, tradicional elite que concentrava prestígio e poder. Como os maiores cargos eram entregues por nomeação, tendo como base títulos/privilégios que certifiquem a “honra” (que justificaria o “merecimento”), a tradicional elite fundiária levou vantagem por ser justamente a categoria social que concentra tais prestígios. Todavia, a média burguesia passou a ocupar cargos públicos locais, como o de vereador, haja vista que esses cargos não eram assumidos por nomeação, mas por eleição. A conquista de cargos públicos locais pela burguesia acentuou a desorganização da máquina pública, haja vista que seus interesses eram divergentes dos interesses da classe governante – composta por latifundiários.

Entre a pequena/média burguesia e a elite do campo, havia um potente poder paralelo (e indivisível à política) cujos interesses se espraiavam das instâncias locais até os gabinetes dos capitães e dos donatários, tendo como principal marca o controle sobre o modo de pensar de cada açoriano: o poder eclesiástico. Por isso, a subseção seguinte trata da organização e poder clerical dentro do universo açoriano.

2.3.2 O poder eclesiástico

Por mais que o poder público tenha fasciculado suas funções e organizado sua administração desde a ação de donatários sobre ilhas inteiras até a ação de vereadores nas administrações municipais, é notório que a máquina estatal do Império não pôde ser capaz de alcançar a população local da mesma forma que a igreja. Enquanto para cada município havia em torno de dois a três vereadores, dois juízes e um procurador, havia dezenas de paróquias por município, com uma organizada e eficiente arrecadação de dízimos. Assim, a igreja enquanto instituição – e, desse modo, enquanto forma de controle político e ideológico – esteve presente

fortemente nas vilas e pequenos povoados (com a construção de capelas), como também nas cidades/capitais, como Angra e Ponta Delgada, que no século XVI já tinham catedrais erguidas.

Para compreender o tamanho poder do clero sobre as ilhas, é preciso lembrar-se de que a igreja é, antes de tudo, um centro irradiador de cultura e de formação de pensamento. Assim, nas palavras de Marinho dos Santos (1988, p. 404), “ao proporcionar à Igreja (...) a oportunidade de reproduzir, no arquipélago, o seu próprio aparelho e fazer chegar ali um fluxo transfronteiriço de informações, a Coroa/Estado fortalecia, obviamente, o poder eclesiástico, com prejuízo de sua influência.”

Inicialmente, o poder episcopal não se firmou na composição de um alto clero próprio das ilhas, mas na ação de padres, freiras e seminaristas do baixo clero que tinham acesso direto à população por residirem nos vilarejos e povoados. Na metade do século XV (1443), Eugénio IV assina a bula *Etsi suscepti*, determinando que as terras de ultramar que não tivessem bispo fossem confiadas à Ordem de Cristo como sede em Tomar (cidade de Portugal Continental). No início do século XVI, a administração eclesial dos Açores é transferida para um bispo da porção insular do império: o bispado de Funchal, capital da Madeira, passa a assumir o controle das atividades paroquiais nos Açores. Ainda na primeira metade de quinhentos, por pedido de D. João III, escreve-se a bula *Aequum reputamos*, que estabelece a criação da primeira diocese dos Açores com sede em Angra (Terceira), apesar de ainda submetida à arquidiocese de Funchal (às decisões do bispo).

De 1540 adiante, permitiu-se à diocese de Angra a nomeação de um bispo para os Açores, deixando de subordinar-se à arquidiocese de Funchal. Até essa data, o controle sobre as atividades episcopais das ilhas açorianas foi monitorado por visitas periódicas dos bispos de Tomar e, posteriormente, de Funchal. O estabelecimento de um bispo próprio para o arquipélago não teve como objetivo somente facilitar a administração do clero açoriano, mas também demonstrar um interesse da Coroa de intensificar, a partir da segunda metade de quinhentos, a ação do poder eclesiástico sobre essas ilhas. Portanto, não é coincidência que, poucas décadas após a nomeação do primeiro bispo, se iniciaram as visitas do Santo Ofício das ilhas do Atlântico, estando a visita da década de 70 entre as primeiras ações interventivas do Tribunal de Lisboa fora do continente europeu.

As visitas do Santo Ofício sobre os Açores – contexto que produz as fontes da presente dissertação – representam, portanto, um desejo de centralização política do alto clero pertencente ao Reino, que se propõe a promover ações diretas do Tribunal de Lisboa sobre o

território ultramarino português. A partir do envio de inquisidores e outros agentes do Santo Ofício, prioritariamente perseguiram-se judeus, alguns cristãos novos e indivíduos que “ameaçassem” a moral cristã, com casos de sodomia e bigamia.¹⁰

Aos poucos, com a cada vez mais presente institucionalização do clero açoriano, a igreja passa a agregar para si ainda mais poder e controle social. Assim sendo, os agentes eclesiásticos “actuavam permanentemente no terreno social, isto é, estavam em íntimo contacto com a população e tinham plena consciência da sua superioridade/imunidade face a outros poderes” (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 507). Portanto, a igreja enquanto instância indivisivelmente política e ideológica exerce um poder soberano, que abarca desde a arrecadação de tributos e apropriação de terras (por doação) até a maneira de o açoriano conceber o mundo e a sociedade.

Contudo, é peremptório que o imponente poder eclesiástico não serviu somente para enriquecimento do patrimônio episcopal ou para controle da sociedade, mas também pôde valer-se de medidas assistencialistas de reparação das desigualdades. Como destacado em 2.2.1, o crescimento exponencial da população açoriana causou impactos sociais e econômicos – a exemplo da revolução dos preços – que aumentaram a desigualdade social e a pobreza nas ilhas, tanto no campo quanto nas cidades. É nesse contexto que a Companhia de Jesus¹¹, por ação dos jesuítas – que vão às ilhas a partir da segunda metade de quinhentos, por decisão do bispo D. Nuno Álvares Pereira –, juntamente com paróquias menores, construiu dezenas de abrigos, pequenos pontos de atendimento médico e de distribuição de alimentos. Portanto, é indiscutível o papel da igreja em amortecer as desigualdades sociais e promover mínimas condições de dignidade e sobrevivência para os açorianos que se encontravam em um quadro de extrema pobreza.

Ao fim e ao cabo, para compreender os fatores que fortaleceram a desigualdade social e a concentração de renda, é preciso analisar a economia açoriana, seus meios de geração de lucro e suas limitações, elementos que compõem a análise da subseção 2.4.

2.4 A ECONOMIA AÇORIANA

Diversas circunstâncias tornaram indefinidas quais seriam de fato as atividades econômicas da população açoriana do início da ocupação até os anos iniciais de quinhentos. O

¹⁰ No capítulo três, pormenoriza-se a implementação do Santo Ofício sobre as ilhas.

¹¹ Os jesuítas, representados pela Companhia de Jesus, desempenharão fundamental papel também na escolarização dos açorianos e em seu ingresso no ensino superior em universidades europeias, iniciativas evidenciadas mais detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação.

primeiro fator desse quadro de indefinição se explica pela própria natureza da ocupação: os portugueses lidavam com territórios cuja capacidade de produção era desconhecida, isto é, houve demora para conhecer o solo açoriano e quais plantios seriam mais férteis e gerariam lucros. Além disso, sabia-se que o arquipélago tinha pequena extensão territorial e encontrava-se distante da “mina de ouro” do mundo moderno, que era o comércio com as Índias. Ambos aspectos são fatores possíveis para o pouco interesse do português quatrocentista em fixar-se na porção insular do Atlântico Norte.

Os Açores passam a ter uma economia mais consistente a partir da virada para o século XVI, quando se concretiza seu papel na economia mercantilista e monetária. Para entender o impacto disso, é preciso entender as mudanças que operaram o mundo moderno sobre a produção econômica e sobre a forma de pensar a economia na Europa Ocidental. É preciso, em outras palavras, entender a lógica mercantilista para, por conseguinte, entender o papel dos Açores dentro dela.

A formação dos estados modernos vem acompanhada de mudanças sociais e econômicas estruturantes, que agregam desde o estabelecimento de grandes comércios entre os Estados até o retorno do uso de moedas, que havia perdido seu valor no mundo feudal. Assim sendo, a economia moderna teve como principais propulsores a comercialização de produtos não produzidos na Europa – as especiarias, e por isso o tamanho interesse pelo mercado das Índias – e o acúmulo de metais preciosos (ouro, prata e cobre), por serem justamente a matéria-prima para produção de moedas e, por conseguinte, para o acúmulo de riqueza e poder de compra.

Portanto, a engrenagem que move o mercantilismo é a economia monetária: Portugal, para gerar lucro, precisava exportar mais (e mais caro) e importar menos (e mais barato), estabelecendo tarifas alfandegárias, isto é, impostos sobre cada produto importado. Se os metais preciosos eram moeda de troca, quanto maior exportação e menor importação, mais metais a Coroa pôde ser capaz de acumular. Paralelamente, investigava-se nos territórios conquistados a existência de ouro ou prata a serem extraídos – no caso dos Açores, não há notícia de descoberta desses metais em seus territórios. Evidentemente, é necessário destacar que a presente análise sobre a economia moderna tem um olhar globalizante e que as atividades econômicas de Portugal e dos outros países europeus eram muito mais complexas do que aparentam.

E onde se encaixam as ilhas açorianas na lógica mercantilista portuguesa? Conforme Marinho dos Santos (1988, p. 370), os Açores só processaram a passagem para a economia mercantil e monetária nos últimos decênios do século XV e nos primeiros do XVI, de maneira “lenta e pouco perceptível”. Ser incorporado à economia monetária significa que, até finais de quatrocentos, os produtos açorianos não tinham preço estabelecido no mercado, e que, a partir de então, os Açores já podiam estabelecer relações comerciais, produzindo lucro. Para controle da economia açoriana, a Coroa estabeleceu como direito real não haver nas ilhas do arquipélago outra moeda que não fosse a de Portugal, estratégia do Reino para “premeditadamente colocar a economia dos Açores numa posição dependente” (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 308).

A monetização das ilhas e o conseqüente estabelecimento de relações comerciais cada vez mais consistentes estiveram entre os principais fatores, portanto, para a formação da pequena e média burguesia açoriana e para a atualização das suas atividades econômicas ao pensamento moderno. Para tanto, os Açores apropriaram-se de diferentes estratégias de geração de lucro, analisadas a seguir.

2.4.1 Das mercadorias vulgares ao grande comércio

Para consolidar a economia de um arquipélago em alto mar, distante do Reino e de pequena extensão territorial, os Açores desenvolveram diversas atividades econômicas, quase todas vinculadas à produção agropecuária e ao comércio. Tais atividades podem ser divididas em três dimensões: a economia local, o comércio de *refrescos* e a exportação de grãos.

A economia local, conhecida também como o comércio de “mercadorias vulgares”, consiste na produção de uma agricultura ou pecuária de subsistência, além das constantes trocas comerciais de produtos entre vilas, cidades e entre ilhas. Marinho dos Santos (1988, p. 362) adjetiva esses pequenos comércios como pobres, destacando a pouca atratividade desses produtos para os mercadores estrangeiros que aportassem às ilhas. Dentro desses produtos, incluía-se a produção de pastéis e de pequenas criações de gado. O trigo e a cevada também são marcantes no comércio local, no entanto, diferentemente dos demais produtos, foram também comercializados com Portugal Continental e com alguns pontos da África conquistados pelo Reino.

Sobre isso, lembre-se do destaque da produção agrícola de São Miguel que, além possuir um terço de toda extensão territorial dos Açores, é também um local de condições naturais (clima e solo) favoráveis para uma agricultura potente. Assim, na lógica do comércio entre ilhas, os agricultores micaelenses, de pequenos lavradores a grandes latifundiários, serão

responsáveis por considerável parte do abastecimento de alimentos por todo arquipélago. No entanto, o transporte dessas mercadorias de São Miguel para as demais ilhas não foi realizado em sua maioria pelos micalenses, mas pelos açorianos que têm no comércio entre ilhas – e “além-ilhas” – o principal meio de geração de lucro: os terceirenses. Acompanhando as novas tecnologias na construção de embarcações, os mercadores da Ilha Terceira, denominados *atravessadores*, possuem importante destaque como mediadores da compra e venda de produtos entre uma ilha e outra, estando entre as principais atividades econômicas da Ilha Terceira esse papel “mediador”.

Para além do comércio local, houve outras duas importantes relações comerciais: a venda de produtos para navios estrangeiros que aportassem nas ilhas e a exportação de produtos para o mediterrâneo e para a África. Essas duas relações comerciais são chamadas pela historiografia de *Grande Comércio*, tendo sido, nas palavras de Marinho dos Santos (1988, p. 380), “o maior responsável pelas transformações que operaram no arquipélago ao longo do século XVI”.

Os comércios com navios estrangeiros foram realizados nos maiores centros urbanos e comerciais das ilhas: em Ponta Delgada e em Angra, sendo ainda mais intenso na capital de Terceira, por possuir melhores portos para ancorarem-se os navios e maiores centros comerciais. Nesse ponto, a posição geográfica dos Açores oferecia para navios que transitassem pelo Atlântico a possibilidade de abastecimento de alimentos, manutenção das embarcações e outras matérias-primas para dar seguimento à viagem. É nesse contexto que surgem os *refrescos*, nome dado ao pequeno conjunto de produtos comercializados para abastecer navios estrangeiros. Eram considerados refrescos produtos como água, carne, lenha e pedra. Portanto, é notório que a necessidade de manutenção e abastecimento dos navios para seguir viagem favoreceu, durante o Antigo Regime, o fortalecimento da movimentação econômica dos Açores.

As exportações de produtos dos Açores para Europa/África, por sua vez, foram indiscutivelmente as relações comerciais de maior geração de lucro, responsáveis por inserir o arquipélago na lógica mercantil do Antigo Regime e na geopolítica do mundo moderno. Nesse contexto, destacam-se as produções de trigo, cevada e (em menor medida) de pastéis como principais mercadorias de exportação. Sobre o comércio de trigo nos Açores do século XVI, destaca Vieira (1992):

El mercado del reino fue el primer consumidor de trigo azoriano pero no el único ni el principal destino del trigo isleno, pues en lugar cumbre y reservado estaban las plazas portuguesas del norte de África. El movimiento de trigo azoriano hacia éstas se hacía bajo el control real por medio de asentadores que en Lisboa recibían el contrato de abastecimiento y de allí enviaban los respectivos navios a cargar el trigo guardado. (VIEIRA , 1992, p. 195)

A segunda metade do século XVI, contexto de intervenções políticas mais intensas da Coroa sobre Portugal Insular, assim como de maior crescimento demográfico e urbano dos Açores, foi um momento de apogeu da produção de trigo, cevada e pastel para exportação, promovendo-se oportunas relações comerciais com outras partes do Império. A autonomia econômica conquistada pelos Açores nesse período não é explicada somente pelo princípio mercantilista do acúmulo de riquezas (balança comercial favorável entre exportações e importações), mas também pela possibilidade de utilizar tais mercadorias como moeda de troca para aquisição de outros produtos, conforme postula Marinho dos Santos (1988):

O trigo e o pastel eram, na verdade, mercadorias suficientes só por si para animar o grande comércio e funcionarem como autênticas para-moedas. Através delas, embora recorrendo quase sempre a uma moeda de conta (o cruzado ou o real), efectuava-se a troca por azeite, sal, panos, loiças, vinhos, letras de câmbio e algum dinheiro de contado. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 382)

Apesar de menos expressiva, é preciso mencionar a participação da cana de açúcar entre as mercadorias produzidas nos Açores, especialmente em São Miguel. As limitações desse plantio por aspectos geomorfológicos (já referidas em 2.1.3) não permitiram à produção de cana de açúcar o mesmo destaque atribuído aos grãos no comércio ultramarino.

Também merecem destaque as pontuais e de pouco sucesso tentativas de industrialização dos Açores no século XVI. Nesse âmbito, é mais relevante destacar as razões que levaram ao sufocamento dessas tentativas: o primeiro e mais evidente fator foi o alto risco de investimento, pelo distanciamento do reino e pelo fato de, em quinhentos, os Açores terem uma economia – e população – muito mais voltada para atividades rurais do que urbanas. Ademais, o crescimento das manufaturas poderia colocar em risco os interesses da aristocracia burguesa, na possibilidade de comercializarem outras mercadorias que não são as produzidas pelos latifundiários e nem as comercializadas pelos mercadores. Para melhor elucidar esse embargo, propõe Marinho dos Santos a seguinte reflexão: “Por que é que a cana-de-açúcar conheceu só um curto período de florescimento? Porque os interesses do grupo [elite fundiária e burguesia], ameaçados com a estagnação do pastel, exigiram tal alternativa” (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 311).

Em suma, a economia açoriana, especialmente a partir do século XVI, foi capaz de acompanhar a transição do mundo moderno a que se submeteu a economia europeia: de um modo de produção feudal, remanescente da baixa idade média, à lógica mercantilista e monetária do Antigo Regime.

3. NÍVEIS DE ALFABETISMO NOS AÇORES (SÃO MIGUEL E TERCEIRA)

3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO SANTO OFÍCIO NAS ILHAS DO ATLÂNTICO

O século XVI foi marcado por sensíveis mudanças em Portugal, de hábitos alimentares ao modo de vestir-se, da economia à maneira de compreender o mundo e a sociedade. A Igreja enquanto centro irradiador de cultura e, assim sendo, formadora do pensamento ocidental, compreendeu muitas dessas mudanças como ameaças à ordem e ao seu próprio poder. A visão eclesiástica sobre *mudança* como um elemento nocivo à sociedade – presente avidamente (ainda) nos dias atuais – resultou em uma reação combativa e violenta de perseguição, tortura e morte àqueles que cometessem desvios de conduta à fé cristã. Dentro desse contexto, as subseções seguintes retratam de que forma os tentáculos da inquisição alcançaram as ilhas açorianas (em 3.1.1), além de características relevantes sobre as fontes produzidas nas visitas do Santo Ofício ao arquipélago (em 3.1.2).

3.1.1 O Tribunal de Lisboa rumo aos domínios insulares do Império

Institucionalmente, para efetivar a ação inquisitorial da Igreja Romana, foram estabelecidos, sob a ordem do Papa Paulo III, os Tribunais da Inquisição ou Tribunais do Santo Ofício. Tais tribunais eram administrados pelo Inquisidor-Geral, cargo de instância máxima da inquisição em Portugal, que, assessorado pelo Conselho Geral, mediava as relações eclesiásticas dos bispos portugueses com o alto clero de Roma. Em 1536, fundaram-se os Tribunais de Lisboa, Évora, Coimbra, Porto, Lamego e Tomar. Pouco mais de dez anos depois, três tribunais foram extintos, sendo mantidos somente os Tribunais de Évora, Coimbra e Lisboa. Na segunda metade do século XVI, foi criado o Tribunal de Goa, cuja jurisdição abarcava os domínios portugueses da Ásia e da costa oriental da África. No que concerne à administração geral da inquisição portuguesa, ganha destaque o Tribunal de Lisboa, principalmente, segundo Siqueira (1978, p. 115), por ser responsável pela atuação do Santo Ofício nos territórios ultramarinos banhados pelo Atlântico.

Foram inúmeros os casos passíveis de punição pela Igreja e mais diversas ainda são as culpas registradas pelos depoentes nos Tribunais. As que mais preocupavam o Santo Ofício (SO) – e, conseqüentemente, as que mais geraram processos – foram as práticas de judaísmo, de protestantismo e de desvios de conduta sob o prisma da moral cristã, como a bigamia e a sodomia. Além desses casos, há perseguições secundárias, como blasfêmia, não guardar domingos e festas, não jejuar em dias de jejum, saber sobre Astrologia, casar após o voto de castidade e até depor falso testemunho perante a mesa do SO. O antissemitismo figurava, no

entanto, como principal mola propulsora da perseguição dos tribunais, sendo a razão primeira para o estabelecimento da mesa do Santo Ofício. Anita Novinzky, ao tratar sobre os cristãos-novos (cristãos convertidos com pais judeus) na Inquisição do Brasil, desvela como o estabelecimento do Santo Ofício está intimamente ligado ao desejo de extermínio dos judeus por parte da Igreja Romana:

Sabe-se que após a conversão forçada dos judeus de Portugal ao Catolicismo, em 1497, os então denominados cristãos-novos eram sempre suspeitos de manter sua crença na Lei de Moisés e praticar secretamente o Judaísmo. Os descendentes dos convertidos sofreram restrições em seus direitos econômicos, políticos e sociais. Eram considerados “impuros de sangue”, o que justificava, aos olhos dos portugueses cristãos-velhos, as acusações e as penas que lhes foram impostas. Para os cristãos-novos foi instituído um Tribunal específico, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, com o objetivo de vigiar e punir a prática da religião e as tradições judaicas. (NOVINZKY, 2011, p. 146).

Ainda conforme Novinzsky (2011, p. 148), temendo-se que os judeus fugissem de Portugal Continental e prosseguissem com suas práticas religiosas longe da intensa perseguição dos Tribunais, coube ao Tribunal de Lisboa, na segunda metade de quinhentos, o funcionamento de uma jurisdição itinerante, cujo objetivo era estender as atividades inquisitoriais aos territórios ultramarinos portugueses através de visitas periódicas. Desse modo, enquanto em Portugal Continental os Tribunais de Lisboa, Évora e Coimbra recolhiam depoimentos diários continuamente, os domínios conquistados por Portugal – com exceção de Goa, que tinha seu próprio Tribunal – tiveram atividades inquisitoriais intermitentes, a partir de visitas do Santo Ofício que recolhiam depoimentos e desenvolviam, após a visita, em Lisboa, os processos dos casos de maior gravidade.

As ilhas açorianas foram, dentro desse contexto, palco da primeira ação do Santo Ofício sobre o território ultramarino, sendo o primeiro domínio do Império Português a receber visita da inquisição, em 1575. Em tal visita, nos livros em que foram registrados os depoimentos açorianos, constam também inúmeros depoimentos recolhidos em Portugal Continental (as folhas restantes foram usadas posteriormente para visitas que ocorreram dentro da Península Ibérica em locais periféricos aos Tribunais, como Alentejo e Beira).

Os Açores receberam ainda outras duas visitas, sendo a segunda em finais de quinhentos (1592 e 1593) e terceira – e última – na segunda década de seiscentos (1618-1620). Concomitantemente, colônias portuguesas como o Brasil também receberam visitas na última década de quinhentos e na segunda década de seiscentos. Sabendo-se que tanto as duas

primeiras visitas aos Açores quanto a primeira visita ao Brasil ocorreram na segunda metade do século XVI, é possível, como será visto adiante, desenvolver paralelos entre a difusão social da escrita nos Açores e no Brasil quinhentistas.

Sobre a implementação da mesa do Santo Ofício nas ilhas, há um processo comum em todas as visitas: o inquisidor exige que sejam fixadas, nas portas das principais igrejas, dois Éditos: um Édito da Fé e um Édito da Graça. O primeiro determinava que as pessoas denunciasses atitudes que ferissem a moral cristã. O segundo concedia um período em que os depoentes poderiam, ao demonstrar arrependimento, confessar suas culpas e não serem punidos por elas. Em ambos os Éditos, apresentava-se com detalhamento uma lista de comportamentos que eram considerados danosos à Igreja Romana, com destaque ao judaísmo e à prática sodomita.

Para os indivíduos prestarem depoimento, eram concedidos os *Dias de Graça*, um prazo de 60 dias dentro do qual os açorianos que quisessem depor poderiam se apresentar ao SO. A mesa inquisitorial era composta pela presença do inquisidor da visita e do notário (ambos vindos de Portugal) e de um ou dois padres da paróquia em que ela se instalasse. Uma vez apresentado à mesa, o depoente tinha informações pessoais recolhidas pelo notário, entre elas a condição religiosa, a naturalidade, a idade, o estado civil, a ocupação, a residência, a etnia e a ocupação dos pais ou maridos (no caso de depoentes mulheres). Nem sempre o notário registrava rigorosamente as referidas informações, havendo, no caso dos Açores, certa negligência dos notários da primeira e da segunda visita, atestada na razoável parcela de depoentes sem registro de sua idade, seu estado civil, sua ocupação e principalmente sua naturalidade.

Em seguida, o depoente fazia o *juramento dos quatro evangelhos*, prometendo, com as mãos sobre a Bíblia, dizer a verdade perante a Igreja. Adiante, apresentava o seu depoimento e, ao final dele, o notário pedia para que o indivíduo o assinasse – competência que, cruzada com os dados sociológicos registrados no início do depoimento, permite a análise quantitativa desenvolvida neste capítulo. Nas denúncias, caso o depoente alegasse a presença de outras pessoas que presenciaram o fato evidenciado, tais pessoas poderiam ser chamadas para testemunhar. Mais adiante, o depoente era chamado novamente à mesa, a fim de que seu depoimento fosse lido para ele e que ele ratificasse suas palavras.

Portanto, havia três formas de se apresentar ao Santo Ofício: na condição de confitente, sob a égide do Édito da Graça; como denunciante, a partir das prerrogativas do Édito da Fé; e

como ratificante, única condição – na visitação aos Açores – em que não se comparece voluntariamente, mas sim sendo convocado pelos reverendos padres para confirmar a confissão ou denúncia.

A primeira passagem da inquisição sobre Portugal Insular (1575 – 1580) esteve sob a responsabilidade do inquisidor Marcos Teixeira, sendo os livros de visitação escritos pela pena do notário Cosme Antônio. A segunda visitação (1592 – 1593), por sua vez, teve como inquisidor D. Jerônimo Teixeira Cabral, tendo como notário o padre Manuel Marinho. Entre 1618 e 1620, o inquisidor da primeira visitação, Marcos Teixeira, junto com o notário da segunda visitação, Manuel Marinho, exercem novamente os papéis de inquisidor e notário na segunda passagem da inquisição no Brasil, quarenta anos depois de suas atividades inquisitoriais nos Açores.

3.1.2. As fontes inquisitoriais das visitasções em quinhentos

As atividades inquisitoriais, efetivadas pelo do Concílio de Trento em meados do século XVI, se estenderam por quase três séculos, tendo seu fim com a desativação dos Tribunais de Lisboa e do Conselho Geral do Santo Ofício na primeira metade do século XIX. Com a extinção do Conselho, toda a documentação do tribunal português, dos livros de visitação aos processos dos tribunais, ficou guardada na Biblioteca Pública de Lisboa em 1821. Quatro anos depois, as fontes da inquisição portuguesa passaram para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), segundo consta no *site* do ANTT:

Após várias diligências do visconde de Santarém, guarda-mor da Torre do Tombo, para obter autorização da transferência da documentação dos referidos cartórios, em 1824, foi ordenado que passassem para a Torre do Tombo, o que aconteceu no ano seguinte pela ordem de 27 de Junho de 1825 do Ministério do Reino. Os cartórios do Conselho Geral e da Inquisição de Lisboa foram então incorporados, os das Inquisições de Coimbra e de Évora, por seu turno, só dariam entrada na Torre do Tombo em 1836. (ANTT, 2005 – Fundo do Tribunal do Santo Ofício, História custodial e arquivística).

Os documentos referentes à inquisição portuguesa encontram-se até os dias atuais no ANTT. Além disso, recentemente, o ANTT desenvolveu o projeto *Inquisição de Lisboa Online*, em parceria com o Estado Português através da Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) e com a Redes Energéticas Nacionais (REN), disponibilizando, no *site* do Arquivo, toda a documentação produzida nos quase trezentos anos de funcionamento do Tribunal de Lisboa. Em virtude desse projeto, foi possível ter acesso a toda documentação inquisitorial dos Açores devidamente digitalizada e em exemplar resolução.

Quanto aos livros de visitação (documentos em que constam os depoimentos) produzidos nos Açores no século XVI, três foram resultantes da primeira visitação, sendo dois para registro de denúncias e um para registro de confissões. São eles o “Livro 1º das denúncias da visitação do Santo Ofício nas Ilhas dos Açores, Alentejo e Beira”; o “Livro 2º de denúncias dos casados duas vezes, dos do pecado nefando, e de demonstrações de crimes contra a Fé, nos Açores e no Continente”; e o “Livro de reconciliações da visitação do Santo Ofício nas Ilhas dos Açores e Continente”. Observa-se, pelos nomes dos livros, o itinerário que a primeira visitação do Santo Ofício realizou, colhendo inicialmente depoimentos nos Açores para, *a posteriori*, penetrar em territórios de Portugal Continental.

Da segunda visitação, por sua vez, há um extenso livro de denúncias em que, diferentemente dos livros da primeira visitação, todos os depoimentos registrados foram prestados em Açores; trata-se do “Livro de denúncias da visitação do Santo Ofício nas Ilhas dos Açores”. Desafortunadamente, não há notícia sobre o livro das confissões da 2ª visitação: além de não constar no ANTT, não há registro de seu paradeiro.

Reunindo-se a quantidade de depoentes dos livros analisados (da primeira e da segunda visitação), pode-se postular que, no século XVI, 483 depoentes se apresentaram à mesa do Santo Ofício nos Açores. Na Tabela 2, apresenta-se esse montante discriminado entre as fontes produzidas:

Tabela 2: Depoentes por Livro de Visitação

FONTES	SÃO MIGUEL	TERCEIRA	TOTAL (por livro)	TOTAL (por visitação)
1º Denúncia (1575 – 1579)	91	80	171	218
2º Denúncia (1575 – 1580)	10	15	25	
Reconciliação (1575 – 1579)	12	10	22	
Denúncia (1592 – 1593)	186	79	265	265

Verifica-se, a partir da tabela acima, que em todos os quatro livros de visitação houve depoimentos recolhidos nas duas ilhas. Além disso, na primeira visitação, houve uma quantidade maior de depoentes em São Miguel do que em Terceira nas duas visitasões. Outrossim, apesar de ser composta, até onde se tem notícia, por apenas um livro de denúncias, a segunda visitação apresenta mais depoentes do que os três livros da primeira visitação juntos. Contudo, é peremptório recordar que os três livros da primeira visitação possuem também depoimentos de Portugal Continental (não contabilizados na tabela), sendo a segunda visitação

a única em quinhentos a produzir livros de visitação categoricamente com depoimentos registrados na porção insular do Império.

Ademais, objetivando a presente dissertação analisar o século XVI como um todo, descrever-se-ão os dados da primeira e da segunda visitação conjuntamente. Além disso, o arco temporal que separa a primeira e a segunda visitação é notoriamente curto (menos de 20 anos).

É notório, ainda, que tanto a primeira quanto a segunda passagem do Santo Ofício pelos Açores se concentraram nas duas ilhas de maior atividade econômica e organização política: São Miguel e Terceira, e, em virtude de suas acentuadas diferenças (atestadas no capítulo anterior), grande parte da análise dos dados será desenvolvida por ilha separadamente. Por conseguinte, o movimento itinerante do Santo Ofício, não somente de uma ilha para outra, mas dentro de cada ilha, instalando-se também em vilas menores e distantes das cidades, permitiu, modestamente, descentralizar o alcance do inquisidor sobre as ilhas, o qual, ao decidir não permanecer somente nas capitais (Ponta Delgada e Angra), pôde diversificar de certa forma a amostra das residências das testemunhas. Mesmo assim, como detalhará a subseção sobre os residentes, mais da metade dos indivíduos que se apresentam à mesa residem nas capitais de São Miguel e Terceira.

Ressalta-se, finalmente, a monumental importância que as fontes inquisitoriais agregam, não somente para a História Social da Cultura Escrita, mas para diversos outros campos da História Social, ao revelar uma fresta da vida privada, do cotidiano e do pensamento da população açoriana em tempos demasiadamente recuados, próximos ao início de sua ocupação. Ao considerar a assertiva de Marinho dos Santos (1988, p. 475), sobre as diversas documentações açorianas do Antigo Regime, de que “a maior parte dos testemunhos que nos chegaram sobre as vilas/cidades açorianas da era de Quinhentos foi de gente que as visitou, mas pouco as viveu”, eleva-se ainda mais a preciosidade dos documentos inquisitoriais por fornecerem fartamente depoimentos de sujeitos que, em sua maioria, ali nasceram, viveram e morreram.

3.2 METODOLOGIA: OS DADOS SOCIOLÓGICOS RECOLHIDOS

Os livros de visitação fornecem, conforme visto em 3.1.2, informações pessoais sobre o confitente/denunciante que se apresentou ao Santo Ofício, sendo solicitada, ao final do depoimento, a sua assinatura (caso soubesse assinar). Posto isso, ao ser relacionada a condição de signatário (ou não) com tais características sociológicas, é possível conjugar traços em comum entre aqueles que sabem assinar e também entre aqueles que não o sabem. Em outros

termos, na medida em que se conjuga a capacidade de saber escrever seu próprio nome com características pessoais que circunscrevem esse sujeito, torna-se viável traçar diferentes perfis de letrados.

Assim sendo, a análise do cômputo de assinaturas segue um procedimento metodológico similar ao da sociolinguística variacionista: cruzam-se os dados de uma variável dependente, o binômio *assinante versus não assinante*, com os dados de diversas variáveis independentes, da condição religiosa do depoente até a sua ocupação. Para tanto, foi preciso desenvolver fichas catalográficas, recolhendo de cada depoente seus dados sociológicos. No Quadro 2, apresenta-se pormenorizadamente que tipo de informações pessoais eram extraídas do início e do final de cada depoimento.

Quadro 2: Dados sociológicos para a composição da ficha catalográfica

Categoria	Descrição
Numeração	Sabe-se que os depoentes se apresentaram sequencialmente, isto é, um de cada vez, ao Santo Ofício nos <i>dias de graça</i> . Desse modo, cada ficha contém o <i>número do depoimento</i> , que representa a sequência ordinal de comparecimento dos indivíduos, sendo obedecida a cronologia dos depoimentos. Os depoentes que comparecem mais de uma vez são registrados em uma única ficha, destacando-se no campo <i>observações</i> a sua reaparição.
Localização no manuscrito	Registra-se, nesse campo, o fôlio no qual foi iniciado o depoimento, acrescentando-se “r” ou “v”, que representam respectivamente “reto” ou “verso”. É válido destacar que os fôlios também foram enumerados pelo notário, no entanto, não seguiu-se a sequência registrada por ele, que começa a enumerar a partir do primeiro depoimento, ignorando os fôlios iniciais com nome do livro, índice e alguns em branco.
Nome	Os nomes dos depoentes foram registrados conforme a ortografia atual, sendo uniformizada a sua grafia. Há razoável quantidade de sujeitos com nome e sobrenome iguais, mas cujos dados revelam se tratar de pessoas diferentes. Esses casos foram destacados no campo <i>observações</i> .
Condição religiosa	Nesse campo, foi registrada a formação religiosa do indivíduo. Nessa categoria, predomina-se a condição de cristão-velho, designada a católicos filhos de pais católicos, além dos cristãos-novos, que eram judeus convertidos ao cristianismo e seus filhos.
Naturalidade	Registra-se o local de origem (nascimento) do depoente. Quando se trata de sujeitos nascidos na ilha, eventualmente os notários trazem detalhes mais específicos, como de que freguesia, povoado ou distrito veio o depoente. Quando se trata de localidades

	externas à ilha, tende-se para uma descrição mais abrangente (“Portugal” e “Espanha”, por exemplo).
Cor/etnia	Registra-se nesse campo o grupo étnico a que pertence o depoente. Em todas as visitas, no caso de depoentes brancos(as), não havia registro do notário, sendo o campo preenchido, nessa ocasião, como “branco(a) por inferência”. É importante destacar que a diversidade étnica nos Açores é consideravelmente menor do que em colônias como o Brasil, como adiante pormenoriza a subseção “3.3.3 Cor/etnia”.
Ocupação/profissão	Campo de maior diversidade, apresenta mais de vinte categorias, abarcando diferentes estratos sociais, como ourives, pintores, padres, estudantes, lavradores, mercadores, escravos, entre outros. As categorias das ocupações/profissões foram divididas em três grupos: grande burguesia, pequena e média burguesia e povo, com base na categorização proposta por Sônia Siqueira (1978).
Idade	A informação sobre a idade dos depoentes é marcada quase sempre pela ausência de precisão, sendo acompanhada pela expressão “pouco mais ou menos”. Diferentemente das visitas do Brasil, nos Açores, uma parcela considerável dos depoentes não teve a sua idade registrada.
Estado civil	Nesse campo, registra-se se o(a) depoente era solteiro(a), casado(a) ou viúvo(a). No registro do estado civil dos homens, os notários foram demasiadamente negligentes, quase não havendo homens com essa informação apresentada. No registro das mulheres, contudo, a grande maioria teve seu estado civil revelado, além de, em muitos casos, o notário explicitar a ocupação do marido (no caso das casadas ou viúvas), sendo tal indicação extremamente valiosa para classificar as mulheres em estratos socioeconômicos.
Filiação	Um dos campos de menor preocupação dos notários nas ilhas em fazer registro. Diz respeito às informações apresentadas sobre os pais dos depoentes. Em outras visitas, como a primeira do Brasil, além de registrarem-se os nomes do pai e da mãe, também eram registradas variáveis como etnia, condição religiosa e ocupação desses pais. Nas ilhas, por sua vez, mais da metade não possui sequer os nomes dos pais registrados. Em poucos casos, de mulheres novas de famílias mais abastadas, foi destacado o nome do pai e sua ocupação.
Residência	Todas as informações referentes ao local de residência do depoente foram registradas. A maioria delas pode ser localizada ainda nos dias atuais, em virtude da preservação dos topônimos.
Assinante/assinatura	Todos os depoentes que souberam escrever seu nome tiveram as suas assinaturas inseridas no campo “Assinatura”, registrando-se “SIM” no campo “Assinante”. Os depoentes que não souberam assinar e fizeram uma cruz tiveram seu sinal gráfico inserido, registrando-se NÃO no campo “Assinante”. Aqueles (majoritariamente mulheres) que não souberam assinar e pediram ao notário que assinassem por eles, não tiveram a assinatura do

	notário representada, além de ser registrado NÃO no campo “Assinante”.
Observações	Esse campo foi reservado para o registro de informações adicionais, como pessoas de nomes iguais constantes no mesmo livro, ou se o depoente solicitou que o notário assinasse por ele. Além disso, anotaram-se elementos/situações que demonstram alguma relação do depoente com o universo da escrita: produção/leitura de cartas, ser estudante ou exercer alguma ocupação no Colégio da Companhia de Jesus, entre outros.

Assim, as informações sobre o perfil sociológico de cada depoente formaram as fichas catalográficas que dão substância para a descrição dos dados. Abaixo, vejam-se alguns exemplos delas:

Ficha 1: Ficha catalográfica de um homem micaelense assinante (nº 74)

NÚMERO: 74	LOCALIZAÇÃO NO MANUSCRITO: 46v
NOME: Gonçalo Simões Lordello	
CONDIÇÃO RELIGIOSA: Cristão-velho	
NATURALIDADE: --	
COR/ETNIA: branco (por inferência)	
OCUPAÇÃO/PROFISSÃO: clérigo	
IDADE: 25 anos mais ou menos	
ESTADO CIVIL: solteiro (por inferência)	
PAI: --	
FILIAÇÃO MÃE: --	
RESIDÊNCIA: Ponta Delgada	
ASSINANTE: SIM	
ASSINATURA:	
	
OBSERVAÇÕES: --	

Ficha 2: Ficha catalográfica de uma mulher micaelense assinante (nº 54)

NÚMERO: 52

LOCALIZAÇÃO NO MANUSCRITO: 33v

NOME: Dona Victória Pereira

CONDIÇÃO RELIGIOSA: Cristã-velha

NATURALIDADE: --

COR/ETNIA: branca (por inferência)

OCUPAÇÃO/PROFISSÃO: --

IDADE: 27 anos mais ou menos

ESTADO CIVIL: solteira

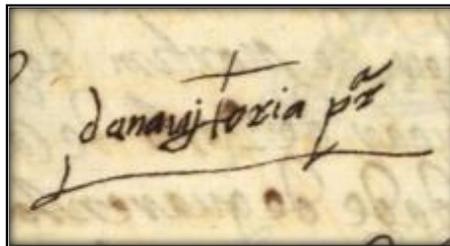
PAI: Pero Camelo Pereira

FILIAÇÃO MÃE: --

RESIDÊNCIA: Ponta Delgada

ASSINANTE: SIM

ASSINATURA:

A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive script and reads "Dona Victória Pereira". The name is underlined with a single horizontal stroke. There are some faint, illegible markings above and below the signature.

OBSERVAÇÕES: --

Ficha 3: Ficha catalográfica de um homem terceirense não assinante (nº 76)

NÚMERO: 76

LOCALIZAÇÃO NO MANUSCRITO: 191v

NOME: Pero de Medina

CONDIÇÃO RELIGIOSA: Cristão-velho

NATURALIDADE: Espanha

COR/ETNIA: branco (por inferência)

OCUPAÇÃO/PROFISSÃO: soldado

IDADE: 40 anos mais ou menos

ESTADO CIVIL: --

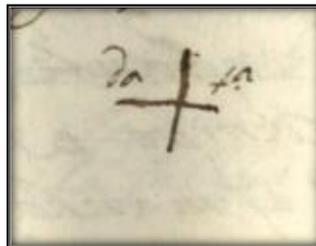
PAI: --

FILIAÇÃO MÃE: --

RESIDÊNCIA: Vila da Praia

ASSINANTE: NÃO

ASSINATURA:

**OBSERVAÇÕES:**

O notário registra que o depoente assinou, mas ele fez somente uma cruz (os registros nas laterais da cruz são do notário).

Ficha 4: Ficha catalográfica de uma mulher terceirense não assinante (nº 33)

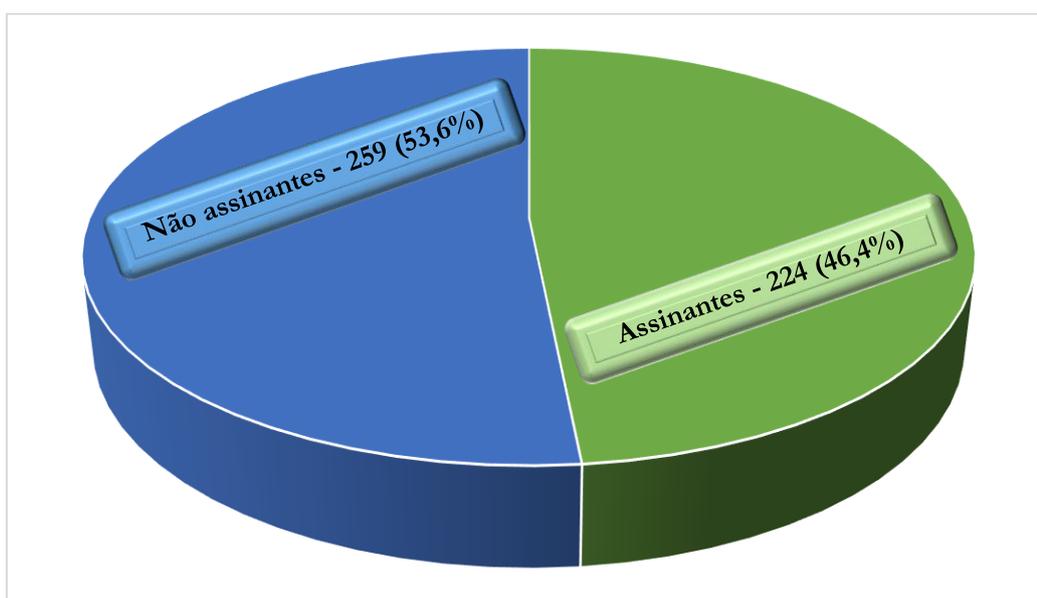
NÚMERO: 33	LOCALIZAÇÃO NO MANUSCRITO: 152v
NOME: Isabel Gonçalves	
CONDIÇÃO RELIGIOSA: Cristã-velha	
NATURALIDADE: --	
COR/ETNIA: branca (por inferência)	
OCUPAÇÃO/PROFISSÃO: --	
IDADE: 18 anos mais ou menos	
ESTADO CIVIL: solteira	
PAI: Antão Gonçalves (trabalhador, já defunto)	
FILIAÇÃO MÃE: --	
RESIDÊNCIA: Angra	
ASSINANTE: NÃO	
ASSINATURA: --	
OBSERVAÇÕES: Por não saber assinar, o notário assina a seu rogo.	

Após a elaboração das fichas catalográficas de cada livro de visitação, reorganizaram-se todas as fichas em dois arquivos, um com todos os depoimentos prestados em São Miguel e outro com os depoimentos de Terceira, respectivamente, a fim de codificar os dados por ilha. Em seguida, os dados foram rodados pelo programa GoldVarb, sendo descritos/analísados na subseção seguinte.

3.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS

As testemunhas das duas visitas¹² aos Açores no século XVI, reunindo-se os dados de São Miguel (299 depoentes) e os de Terceira (187 depoentes), totalizam 483 indivíduos. Os dados totais, representados pelo Gráfico 1 abaixo, revelam uma apertada diferença entre a quantidade de signatários e não signatários, havendo uma pequena maioria de sujeitos que não sabiam registrar o seu nome:

Gráfico 1: Porcentagem total de assinantes e não assinantes



Uma amostra de cômputo de assinaturas do século XVI em que mais da metade dos sujeitos representados não é signatária é demasiadamente incomum. Dentro dos levantamentos do Programa HISCULTE para fontes inquisitoriais, é um ineditismo. Tomem-se como exemplo os resultados da primeira visita da inquisição ao Brasil: segundo Lobo e Oliveira (2013, p. 12), dos 354 testemunhos coletados na primeira visita à Bahia (Brasil) em finais de quinhentos, 246 (69,5%) depoentes eram assinantes, ao passo que 108 (30,5%) não sabiam assinar. Além disso, nos dados de Sartori (2016, p. 156), que analisa as capitâneas de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba, também em quinhentos, dos 348 depoentes apresentados, o percentual de signatários era ainda maior: 263 (76%) assinaram, enquanto que somente 85 (24%) não souberam assinar o próprio nome. A tese de doutoramento de Marquilhas (2000, p. 314), apesar de analisar uma amostra exorbitantemente maior – as atividades inquisitoriais dos tribunais de

¹² Importante destacar que não houve registro de um mesmo depoente se apresentar nas duas visitas.

Lisboa, Évora e Coimbra durante todo o século XVII – apontam também maioria para os assinantes: em Portugal Continental, 60,1% dos que se apresentaram assinaram no final do depoimento, enquanto 39,9% não assinaram.

Ao ser repartida a amostra dos Açores entre as duas ilhas, observa-se, como mostra a Tabela 3, que os resultados de São Miguel e de Terceira separadamente se assemelham, em certa medida, aos dados totais: em ambas as ilhas, a diferença entre o percentual de assinantes e não assinantes é marcadamente exígua, havendo uma pequena maioria de não assinantes tanto em São Miguel, quanto na Ilha de Jesus Cristo:

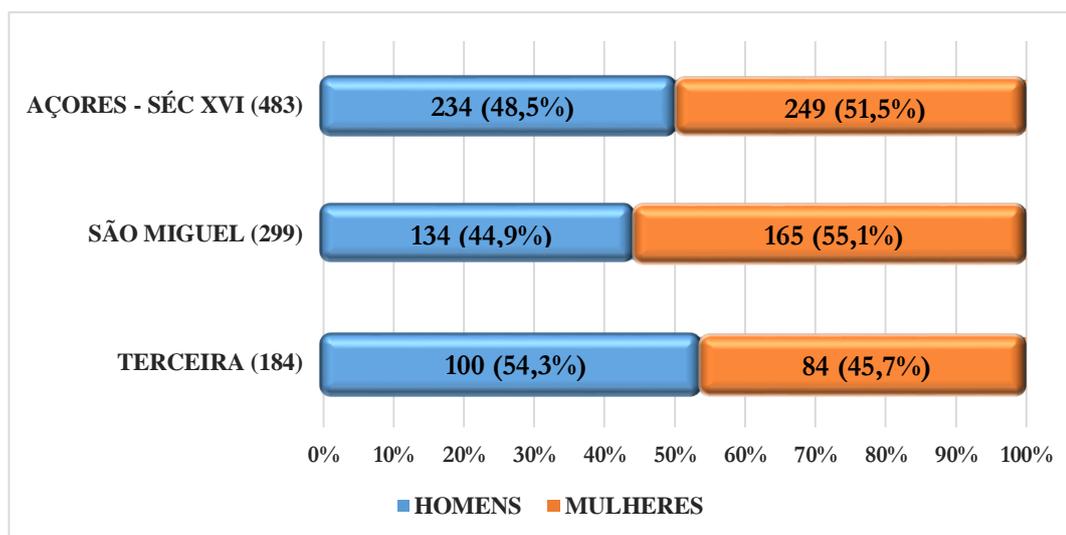
Tabela 3: Total de assinantes e não assinantes por ilha

	Assinantes	Não assinantes
São Miguel (299 depoentes)	133 – 44,4%	166 – 55,6%
Terceira (184 depoentes)	91 – 49,4%	93 – 50,6%

A quantidade abundante de sujeitos que não sabem assinar o próprio nome presente nos resultados de São Miguel e de Terceira pode ser melhor compreendida quando se analisa a variável *sexo*, pela razão que se verá na subsecção seguinte.

3.3.1 Repartição por sexo

Além da vasta quantidade de depoentes que não souberam assinar seu próprio nome, há outro aspecto curioso da amostra em análise: o expressivo número de mulheres que se apresentam à mesa do Santo Ofício, representando pouco mais da metade da amostra total de testemunhas, como mostra o Gráfico 2 abaixo, que discrimina a quantidade geral de homens e de mulheres e separadamente em São Miguel e em Terceira:

Gráfico 2: Total de homens e mulheres

Os resultados do Gráfico 2 destoam consideravelmente dos obtidos em amostras do cômputo de assinaturas de fontes inquisitoriais da América Portuguesa, em cujos resultados é quase sempre consensual a participação minoritária de mulheres. Na visitação em finais de quinhentos à Bahia, conforme Lobo e Oliveira (2013, p. 13), de 354 pessoas, 110 (31,1%) eram mulheres, o que representa aproximadamente um terço do total de testemunhas. Nas capitânias de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba, segundo Sartori (2016, p. 160), as mulheres representam uma quantidade ainda menor: 85 (21%) de uma amostra com 348 depoentes. A baixa representatividade das mulheres nesses dados é percebida por Sartori, que relaciona esse quadro à “realidade de inibição e recolhimento em que viviam as mulheres nesse momento, tolhidas não só das práticas de letramento, mas também do convívio social”. (SARTORI 2016, p. 161).

Como explicar, assim sendo, o fenômeno da numerosa aparição de mulheres nos livros de visitação dos Açores? Em que se diferenciavam as mulheres açorianas? Ao que parece, tanto em São Miguel, quanto em Terceira, as açorianas exerceram expressivamente muitos papéis sociais não vinculados às atividades domésticas, o que lhes conferia maior participação em tarefas geralmente enquadradas como “masculinas” no Antigo Regime – muitas, até os dias atuais.

Não há como precisar – pelo menos ainda – os possíveis fatores que impulsionaram as mulheres a expandir os seus papéis sociais nesta porção insular do Império. Há, contudo, evidências que denotam esse fenômeno. Um exemplo de tais evidências é a presença de mulheres em patentes militares e na máquina pública: a Infanta D. Beatriz, presença feminina na gestão das nove ilhas na segunda metade de quatrocentos, ocupou o cargo máximo da

administração do arquipélago, sendo a responsável pela divisão dos Açores em capitânias. Além disso, houve nomeação de capitãs, a exemplo da capitã Isabel Corte Real, mencionada por Marinho dos Santos (1988, p. 681), ao tratar de militares que exigiam ter o corpo enterrado em igrejas ou mosteiros quando morressem.

A atuação das mulheres fora (ou melhor, além) das funções domésticas também pode ser vista em categorias sociais de menor prestígio. A divisão dos papéis sociais em casas cujo arrimo era o plantio de subsistência tendia, consoante Marinho dos Santos (1988, p. 168), a ser, em certa medida, flexibilizada, como no transporte de água ou de lenha, tarefas que “por norma, mobilizavam também o trabalho de mulheres, que se deslocavam entre os vilarejos e podiam passar dias fora”. Ademais, à mulher coube, em diversas situações, uma importante atuação na renda da casa, valendo, “para muitas famílias, de homens do mar a camponeses, o trabalho complementar das mulheres como lavadeiras e criadoras de enjeitados” (p. 671)

Portanto, a atuante expansão do convívio social extra-doméstico que mulheres de diferentes estratos sociais puderam vivenciar pode estar diretamente relacionada – e, de certa forma, explicar – a numerosa participação das mulheres na mesa do Santo Ofício.

Quanto à capacidade de assinar o seu depoimento, a maior parte das testemunhas mulheres não soube assinar o próprio nome, contrastando com a situação dos homens, cuja maioria soube assinar, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4: Signatários por sexo

	HOMENS (234 – 50,9%)	MULHERES (249 – 49,1%)
Assinantes	197 (84,1%)	27 (10,8%)
Não assinantes	37 (15,9%)	222 (89,2%)
Total	234 – 100%	249 – 100%

É notório, pela tabela acima, que aproximadamente nove de cada dez mulheres depoentes não são assinantes, o que representa um percentual acentuado, da mesma forma que os homens têm expressiva maioria na quantidade de signatários. Nessa perspectiva, os resultados percentuais dos Açores assemelham-se aos dados da América Portuguesa: Lobo e Oliveira (2013, p. 23) revelam que 93,4% dos homens que se apresentaram ao Santo Ofício na capital da colônia assinaram, ao passo que somente 15,5% das mulheres o fizeram. Nos dados

de Sartori (2016, p. 162), 92% dos homens eram assinantes, enquanto das mulheres apenas 8%. Posto isso, comparando-se com os dados do Brasil, é perceptível que a porcentagem das mulheres assinantes nos Açores (11,3%) se encontra em uma faixa intermediária entre os dados da Bahia (15,5%) e os de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba (8%). Os homens açorianos, por sua vez, entre as três amostras, registram o menor percentual de assinantes (84,1%), comparados aos 93,4% e 92% apresentados por Lobo e Oliveira e por Sartori, respectivamente.

Ademais, a farta quantidade de mulheres na inquirição açoriana, sendo a maioria delas não signatárias, explica o percentual expressivo de não assinantes nos dados totais dos Açores discriminados no Gráfico 1. Portanto, enquanto nos dados de Marquilhas (2000), Lobo e Oliveira (2013) e Sartori (2016) havia abundantemente uma presença masculina, categoria marcada quase sempre pela maioria de assinantes, a amostra dos Açores, por ser caracterizada pela numerosa participação de mulheres – em grande parte não assinantes – apresenta um percentual notavelmente menor de signatários nos dados totais dos depoentes.

As Tabelas 5 e 6 abaixo explicitam o total de testemunhas homens e mulheres separados por ilhas. Leiam-se:

Tabela 5: Signatários por sexo – São Miguel

	HOMENS (134 - 44,9%)	MULHERES (165 - 55,1%)
Assinantes	118 – 88,7%	15 – 9,1%
Não assinantes	16 – 11,3%	150 – 90,9%
Total	134 – 100%	165 – 100%

Tabela 6: Signatários por sexo – Terceira

	HOMENS (100 – 54,3%)	MULHERES (84 – 45,7%)
Assinantes	79 – 79%	12 – 14,3%
Não assinantes	21 – 21%	72 – 85,7%
Total	100 – 100%	84 – 100%

Primeiramente, vê-se que a situação de homens majoritariamente assinantes e mulheres em sua maioria não assinantes é comum às duas ilhas, evidenciando certo equilíbrio na distribuição de homens e mulheres signatários/não signatários entre os dois territórios. É

importante ressaltar, todavia, que esse contraste é razoavelmente maior em São Miguel, que possui quase 90% de homens assinantes e menos de 10% de mulheres que assinam, sendo a ilha com maioria de depoentes do sexo feminino. Na Ilha de Jesus Cristo, verifica-se um percentual menor de homens assinantes, representando menos de 80% da amostra, enquanto as mulheres representam mais de 14%.

Sobre o quadro geral – majoritário – de mulheres não assinantes, é preciso compreender que a ausência da assinatura não representa categoricamente que a não signatária estivesse à margem do universo das letras. Chartier (2004, p. 117) faz essa ressalva, ao postular que, no Antigo Regime, algumas mulheres poderiam ter pleno domínio da leitura e não ter adquirido o domínio tecnológico da escrita, por ela ser “inútil e perigosa para o sexo feminino” na perspectiva do homem moderno.

Assim sendo, a expressiva quantidade de mulheres sem assinar indica que elas não aprenderam a *escrever*, mas esse dado pouco diz sobre sua capacidade de ler ou de participar, mesmo que passivamente, do mundo das letras. O depoimento de Fernão Lopes, jovem de 22 anos, residente em São Miguel, que comparece à mesa na primeira visitação, exemplifica essa questão. Fernão Lopes começa seu depoimento dizendo que tinha o hábito de ler um livro de Frei Luís de Granada, que tratava da Paixão de Jesus Cristo, para Isabel Mendes, que consta no relato ser mulher de um mercador de vinhos. Apesar de Isabel Mendes não prestar depoimento e, por isso, não ser possível saber se ela sabe ou não assinar, ela incontestavelmente insere-se no mundo das letras, ao ouvir semanalmente a leitura que Fernão Lopes fazia para ela.

No depoimento, o jovem denuncia sua mãe (Maria Lopes) por lhe ter ensinado práticas vinculadas ao juda simo durante anos. O caso de Maria Lopes foi levado ao Tribunal de Lisboa, que deu seguimento ao processo. Isaías Pereira, historiador da Universidade dos Açores, analisou o processo de Maria Lopes e o descreveu no artigo “*A inquisição nos Açores: subsídios para sua história*”. Nele, Pereira (1979) relata que, entre os pertences confiscados de Maria Lopes, havia

dentro de uma minúscula capa de pergaminho pedacitos de papel com contas (ao que parece), estando um deles recortado em formas de estrela de cinco pontas, pequenas tiras de papel com orações escritas em hebraico (...), algumas folhas de papel em branco de pequena dimensão, com quadras, além de uma carta incompleta” (PEREIRA, 1979, p. 186)

Sobre os pequenos pedaços de papel com orações em hebraico, não podemos garantir que foram escritos por Maria Lopes, sequer deduzir que era alfabetizada por t -los consigo,

haja vista que ela poderia saber que se tratava de orações judaicas e utilizá-los como espécie de “amuleto”. Chamam mais atenção nesse confisco as folhas em branco e a carta, sobre a qual revela Pereira (1978, p. 188) que estava incompleta por estar rasgada em um trecho que se pedia para guardar certos segredos. Não há indícios de que fora Maria Lopes quem escrevera a carta, apesar disso, o fato de estar acompanhada com folhas em branco pode indicar que pretendia escrever mais, logo, que sabia escrever. Caso não soubesse escrever e não fosse ela a autora da carta, é provável que soubesse ao menos ler, a ponto de a carta estar rasgada em um trecho em que segredos seriam revelados. Ademais, Maria Lopes foi a primeira pessoa dos Açores a ser condenada pelo Santo Ofício, tendo sido queimada pouco mais de 15 anos após a denúncia de seu filho.

Assim sendo, mesmo não tendo comparecido ao Santo Ofício, é sabido, a partir do depoimento prestado, que mulheres como Isabel Mendes e Maria Lopes se relacionavam com o universo da escrita. Conclui-se, portanto, que as assinaturas direcionam a análise para uma visão macroscópica, mas não são capazes de mensurar com precisão os níveis de afinidade de cada sujeito com a escrita, nem daqueles que não souberam assinar e ainda menos dos que foram mencionados, mas não se apresentaram à mesa do Santo Ofício.

No caso do registro dos(as) não signatários(as) de São Miguel e de Terceira, os notários Cosme Antônio (1ª visitaçã) e Manuel Marinho (2ª visitaçã) tiveram a mesma postura: para os homens, os notários escreviam “da t^a” (“da testemunha”) no final do depoimento, cabendo ao depoente desenhar uma cruz considerada pelos notários como forma de assinatura, haja vista que todos os depoimentos de homens não assinantes terminam com “e assinou aqui com o senhor inquisidor (...)”. Todas as mulheres não signatárias, no entanto, não tiveram o direito de registrar nenhum sinal gráfico, além de ser dito que “por não saber assinar, o notário assina por seu rogo”, assinando o notário o seu próprio nome, ao invés de escrever o da testemunha presente, como ilustram as Figuras¹³ 5 e 6:

¹³ A assinatura da esquerda, em ambas as imagens, é do Inquisidor Jerônimo Teixeira Cabral.

Figura 4: Sinal da cruz (à direita) feito por Manuel da Costa, testemunha não assinante¹⁴

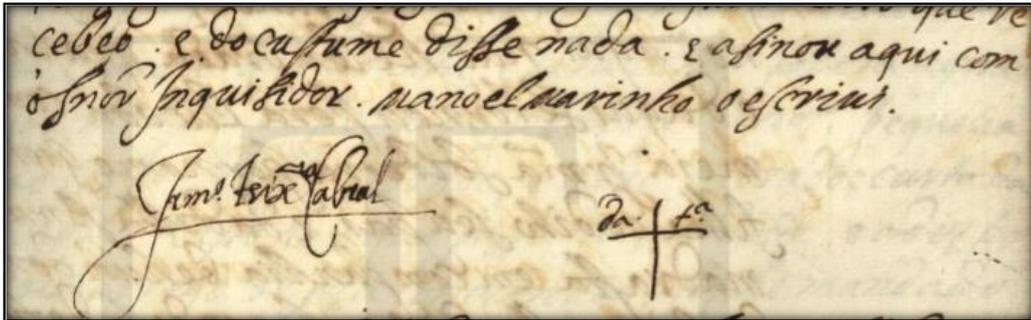
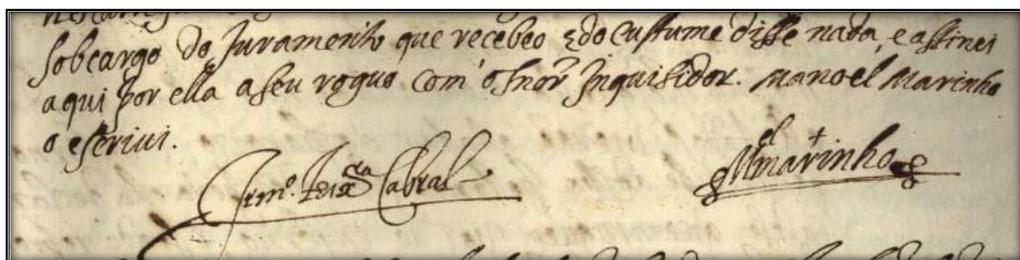
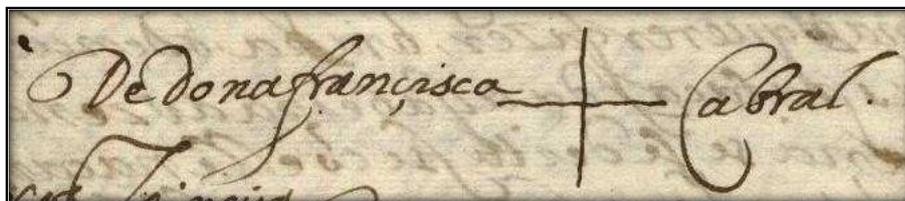


Figura 5: Assinatura do notário (à direita) em depoimento de Anna Pires¹⁵



O notário Manuel Marinho, responsável pela produção dos livros da 2ª visitação aos Açores (1592 – 1593), participou mais adiante, conforme mencionado na subseção 3.1.1, da segunda visitação da inquisição ao Brasil (1618 – 1620). Chama a atenção dentro da sua atuação no Brasil o fato de que, vinte e cinco anos depois de ter passado pelos Açores, o notário registra de forma diferente o final do depoimento das mulheres não assinantes: além de escrever o nome delas e não o seu, ele permite que (assim como os homens) elas também desenhem o sinal da cruz, como mostra a Figura 6:

Figura 6: Mulher não assinante registra sinal da cruz sobre seu nome



Não se sabe ao certo o que motivou essa alteração no tratamento das não signatárias, mas deve ser reconhecido o valor simbólico que adquiriram, com essa mudança, as mulheres em sua participação nos documentos inquisitoriais, deixando de ser representadas pelo nome

¹⁴ Vê-se que as palavras finais do notário no depoimento são “E assinou aqui com o Senhor Inquisidor. Manuel Marinho o escriui”.

¹⁵ Vê-se que as palavras finais do notário nesse depoimento são “e assinei aqui por ella a seu rogo com o Senhor Inquisidor. Manuel Marinho o escriui”.

do notário e passando a registrar, com seu punho, um sinal gráfico que representa a sua passagem pela mesa.

No que concerne ao registro dos dados sociológicos, tanto o notário Cosme Antônio quanto Manuel Marinho se preocuparam em recolher com mais detalhamento as informações pessoais dos homens do que das mulheres. Apesar disso, houve dados sociológicos colhidos somente das mulheres, como a ocupação do cônjuge ou dos pais. Tais informações semeiam pistas sobre os estratos sociais das mulheres depoentes, indícios que serão apresentados na subseção 3.3.6. *Estratos sócio-ocupacionais*.

3.3.2 Condição religiosa

Os dados que concernem à condição religiosa da sociedade açoriana são acentuadamente homogêneos: dos 483 depoentes que se apresentaram à mesa do Santo Ofício nos Açores do século XVI, 475 são declarados cristãos-velhos, o que representa 98,3% de toda a amostra. Das oito testemunhas restantes, cinco (1%) declaram-se cristãos-novos e três (0,7%) não têm a sua condição religiosa registrada. A seguir, as Tabelas 7 e 8 apresentam a condição religiosa dos depoentes de São Miguel e de Terceira separadamente:

Tabela 7: condição religiosa – São Miguel

CONDIÇÃO RELIGIOSA		HOMENS	MULHERES	TOTAL
CRISTÃOS-VELHOS	Assinantes	116 (87,8%)	15 (9,1%)	131 (44,1%)
	Não assinantes	16 (12,2%)	150 (90,9%)	166 (55,9%)
	Total	132	165	297
CRISTÃOS-NOVOS	Assinantes	2 (100%)	--	2 (100%)
	Não assinantes	--	--	
	Total	2	0	2
TOTAL	Assinantes	118 (88,7%)	15 (9,1%)	133 (44,4%)
	Não assinantes	16 (11,3%)	150 (90,9%)	166 (55,6%)
	Total	134	165	299

Tabela 8: condição religiosa – Terceira

CONDIÇÃO RELIGIOSA		HOMENS	MULHERES	TOTAL
CRISTÃOS-VELHOS	Assinantes	74 (77,8%)	12 (14,4%)	86 (48,3%)
	Não assinantes	21 (22,2%)	71 (85,6%)	92 (51,7%)
	Total	95	83	178
CRISTÃOS-NOVOS	Assinantes	3 (100%)	--	3 (100%)
	Não assinantes	--	--	--
	Total	3	0	3
NÃO REGISTRADA	Assinantes	2 (100%)	--	2 (66,7%)
	Não assinantes	--	1 (100%)	1 (33,4%)
	Total	2	1	3
TOTAL	Assinantes	79 (79%)	12 (14,3%)	91 (49,4%)
	Não assinantes	21 (21%)	72 (85,7%)	93 (50,6%)
	Total	100	84	184

Sobre os dados de São Miguel, observa-se que, dos 299 depoentes, somente dois não são registrados como cristãos-velhos, tratando-se de dois homens assinantes cristãos-novos. Todas as mulheres declaram-se cristãs-velhas, igualmente a 132 dos 134 homens da amostra. No quadro de assinaturas, nota-se que o percentual de homens cristãos-velhos assinantes é muito próximo do percentual total de homens assinantes em São Miguel: 87,8% cristãos-velhos assinam (na amostra total dos homens micalenses, 88,7% são signatários). Como todas as mulheres são cristãs-velhas, a porcentagem de cristãs-velhas assinantes e de mulheres micalenses assinantes se equivale: 9,1%. Os homens cristãos-novos, ambos assinantes, são: Fernão Lopes¹⁶, residente em Ponta Delgada com 22 anos de idade; e Antônio Rodrigues, morador de Vila Franca, que é mercador.

Quanto aos dados de Terceira, também hegemonicamente marcados pela presença de cristãos-velhos, há apenas três depoentes cristãos-novos, todos homens assinantes, e três cuja condição religiosa não foi registrada: dois homens assinantes e uma mulher não assinante. Assim como em São Miguel, a porcentagem de cristãos-velhos e cristãs-velhas assinantes assemelha-se à porcentagem total de homens e de mulheres assinantes: 77,8% dos homens cristãos-velhos são signatários e 79% dos homens terceirenses são assinantes, e 14,4% das mulheres cristãs-velhas são signatárias, sendo que 14,3% das mulheres terceirenses souberam assinar seu nome.

Os três cristãos-novos de Terceira, também todos assinantes, são Paulo Pinto, morador de Angra nascido em Algarve (Portugal); Diego Pérez, jovem de 19 anos que reside em Angra

¹⁶ Fernão Lopes é o mesmo depoente mencionado na subseção 3.3.1 *Repartição por sexo*.

cujo pai (Pero Gonçalves) é mercador e Manuel Lopes, também morador de Angra, que possui 47 anos e é confeitoiro. Na amostra, não se tem registro de classificações intermediárias, como “meio cristão-novo”, “meio cristão-velho”, “tem dúvida se é cristianizado”, categorias recorrentes nas amostras da América Portuguesa.

Outrossim, os três sujeitos com a condição religiosa não declarada têm como traço em comum a negligência dos notários em registrar seus dados: Fernão de Faria e Gaspar Antunes são homens assinantes e o único registro que há dos dois é que são residentes em Angra. Catherina Furtada, terceira pessoa com condição religiosa não declarada, é uma mulher preta cuja condição de escravizada não a permitiu ter condição religiosa registrada. além de não saber assinar seu nome. Sobre ela, o notário escreve somente que é solteira e mora em Angra.

A quantidade numerosa de cristãos-velhos nas análises de cômputos de assinaturas, em um Ocidente mergulhado no Antigo Regime hegemonicamente católico, é um fenômeno categórico. A amostra de Lobo e Oliveira (2013, p. 23), por exemplo, aponta que a presença de cristãos-velhos na amostra analisada atinge o percentual de 81,6% do total (289 dos 354 depoentes), seguido dos cristãos-novos, com 5,9% (21 depoentes). Desses cristãos-velhos, 202 são homens (dentre eles, 192 são assinantes) e 87 são mulheres (dentre elas, apenas 11 são assinantes. Dos cristãos novos, 15 são homens (todos assinantes) e 6 são mulheres (4 signatárias e 2 não signatárias). Nos dados de Sartori (2016, p. 183), a presença de cristãos-velhos, apesar de em menor porcentagem, consagra-se ainda como maioria: 73% (256 de 348 testemunhas), tendo em segundo lugar a presença dos cristãos-novos, com 7% (26 depoentes). Dessa amostra, 23 são homens assinantes e três são mulheres, das quais apenas uma não soube assinar seu nome. Note-se, entretanto, que nenhuma dessas amostras apresenta, como nos Açores, uma quantidade quase total de depoentes cristãos-velhos e uma fração tão pequena de cristãos-novos.

Além disso, o que explica o quase apagamento da presença dos cristãos-novos na mesa da inquisição? A mais pertinente interpretação é a força poderosa e coerciva que o antissemitismo adquiriu dentro do arquipélago. Uma vez que, da primeira para a segunda metade de quinhentos, se intensifica o enrijecimento da Contrarreforma no Reino, muitos judeus e recém-convertidos ao cristianismo, temendo ataques, fugiram para outras partes do Império, sofrendo as ilhas açorianas um intenso fluxo migratório pela sua relativa proximidade geográfica de Portugal Continental. O resultado disso foi uma reação repulsiva dos açorianos, que resistiram à presença dos cristãos-novos recém-imigrados, alimentados por um sentimento

de “ameaça judia”. Essa resistência é explicada por Marinho dos Santos, que, ao comparar com a perseguição aos judeus em Lisboa, considera que

a oposição “cristãos-velhos” – “cristãos-novos” (...) funcionou igualmente nos Açores, sobretudo a partir de meados do século XVI, perante as dificuldades económico-financeiras que então se manifestaram. Os “estrangeiros”, na generalidade melhor apetrechados, para a actividade mercantil, sofreram a sanha persecutória dos “cristãos-velhos”, embora alguns tudo fizessem para se “limparem”. Persistiam, portanto, os valores próprios da segunda ordem, muito embora o arquipélago fosse reforçando os contactos com a *europa civilizada*. Só que o sinal negativo da conjuntura obrigava a elite social a fechar-se, mostrar-se tradicionalista, castiça. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 677)

Portanto, a forte presença da perseguição aos cristãos-novos pode tê-los, por temor, desencorajado a apresentar ao Santo Ofício, resultando na sua participação notoriamente reduzida. Além disso, é peremptório destacar que houve numerosas denúncias sobre práticas consideradas judias, que geraram diversos processos que se desenrolaram em Lisboa.

3.3.3 Etnia

As informações sobre os grupos étnicos aos quais pertencem os depoentes do Santo Ofício não são recolhidas somente com o registro da etnia pelos notários, mas também com o seu silêncio sobre essa categoria: nas visitasões, os notários não registravam quando o depoente era branco, indicando o grupo étnico somente quando se tratava de indivíduos pretos, índios, mulatos, mamelucos, mulatos de 1ª geração, mamelucos de 1ª geração e por aí adiante. No caso dos açorianos, como se sabe, por não haver população autóctone, descarta-se a possibilidade da aparição de índios e mamelucos. Desse modo, na coleta dos dados, quando o notário não declarava a etnia, registrava-se na ficha catalográfica que o depoente era “branco por inferência”.

Nos livros de visitação aos Açores, as testemunhas que compareceram em São Miguel são todas brancas por inferência. Em Terceira, dos 184 depoentes, 182 são também considerados brancos, sendo registradas somente duas testemunhas pretas. A Tabela 9 a seguir apresenta os dados sobre a variável *etnia* em Terceira¹⁷:

¹⁷ Decidiu-se não apresentar uma tabela sobre os grupos étnicos de São Miguel por toda a amostra pertencer à mesma etnia: brancos (por inferência)

Tabela 9: etnia – Terceira

ETNIA		HOMENS	MULHERES	TOTAL
BRANCOS (POR INFERÊNCIA)	Assinantes	79 (79%)	12 (14,6%)	91 (50%)
	Não assinantes	21 (21%)	70 (85,4%)	91 (50%)
	Total	100	82	182
NEGROS	Assinantes	--	--	--
	Não assinantes	--	2 (100%)	2 (100%)
	Total	0	2	2
TOTAL	Assinantes	79 (79%)	12 (14,3%)	91 (49,4%)
	Não assinantes	21 (21%)	72 (85,7%)	93 (50,6%)
	Total	100	84	184

Observa-se que, quanto aos homens terceirenses, todos são categorizados como brancos, de modo que o percentual de assinantes dos homens brancos e dos homens de toda a amostra se equivalem: 79% são signatários. Das 84 mulheres da amostra, 82 são brancas – dessas, 14,6% souberam assinar – e duas eram mulheres negras não assinantes. Quanto ao total de homens e mulheres brancas, chama a atenção o fato de que a quantidade de testemunhas assinantes é a mesma de testemunhas não assinantes (91), assim sendo, metade dos depoentes considerados brancos por inferência soube assinar e a outra metade não soube, fenômeno compreensível quando se percebe a numerosa quantidade de mulheres não assinantes.

E quem são os dois indivíduos cuja etnia foi registrada? Ambos são duas mulheres negras escravizadas: Catherina Furtada e Isabel. A primeira, já mencionada na subseção anterior, é uma mulher solteira moradora de Angra; da segunda, sabe-se que é cristã-velha, cativa de Gaspar Homem, com mais ou menos 30 anos e moradora de Angra. As duas mulheres não souberam assinar seus nomes, além não terem comparecido voluntariamente: ambas foram chamadas pelo Santo Ofício para testemunhar sobre outros dois depoimentos. Desafortunadamente, os depoimentos prestados não trazem nenhuma informação linguística sobre essas mulheres (se eram, por exemplo, acompanhadas de tradutores, se dominavam plenamente ou parcialmente o português), menos ainda sobre a relação delas com o universo da escrita.

Comparando-se com os dados do Brasil, é perceptível que a quantidade de testemunhas não-brancas nos Açores é sensivelmente menor. A amostra de Lobo e Oliveira (2013. p. 25) não apresenta um quadro total de grupos étnicos, uma vez que analisa essa variável cruzando-a com a origem das testemunhas, de modo a analisar separadamente os grupos étnicos brasileiros e os grupos étnicos portugueses. Ao tratar dos nascidos no Brasil, dos 85 brasileiros que depõem, 58 (68,2%) são brancos, sendo 32 homens (todos assinantes) e 26 mulheres (das

quais 9 são assinantes e 15 não são assinantes). Dentre os 27 brasileiros não brancos, 15 são homens mamelucos (todos signatários), 2 são índios homens não signatários, 9 são mamelucas (das quais somente uma soube assinar seu nome) e havia uma cafusa não signatária.

Nos dados de Sartori (2016, p. 188), dos 348 depoentes, 298 (85,6%) eram brancos. Desses, 256 eram homens (236 assinantes e 20 não assinantes) e 42 eram mulheres (2 signatárias e 40 não signatárias). Sobre os 50 depoentes não brancos, 25 são homens e 25 são mulheres. Nos homens, há 13 mamelucos, 4 mamelucos de 2ª geração e 1 mulato de segunda geração e 3 sem etnia registrada, todos categoricamente assinantes, além de haver 2 mulatos e 2 cafusos, havendo um sujeito assinante e um não assinante em cada. Quanto às mulheres não brancas, há a presença de 2 índias, 3 negras, 4 mulatas de 2ª geração uma cafusa e uma cuja etnia não foi identificada, todas não assinantes, à medida que há duas mamelucas e uma mameluca de 2ª geração assinante. Quanto às 9 mamelucas, duas assinam e 7 não assinam, e entre as 5 mamelucas de 2ª geração, uma é signatária e quatro não o são.

Portanto, comparando-se a amostra açoriana com as amostras da América Portuguesa, é perceptível que: 1) os dados de Lobo e Oliveira (2013) e Sartori (2016) indicam, em ambas as amostras, uma presença majoritária de testemunhas brancas, mas não com a mesma expressividade (quase categórica) dos dados açorianos, em que 98,9% dos depoentes são brancos por inferência; 2) no Brasil, como já havia uma numerosa população nativa e com a crescente importação de mão de obra africana, é notória a diversidade de grupos étnicos registrados nas amostras, fenômeno que não ocorre nos Açores, especialmente em virtude da ausência de população autóctone quando do seu processo de ocupação, somada ao fluxo menor de mão de obra africana ao arquipélago, fatores que resultam em uma amostra pouco diversa sobre a variável etnia.

Um rápido olhar sobre esse resultado pode levar à constatação de que a população açoriana era quase homogeneamente branca, considerando também que se trata de uma ilha sem nativos em sua ocupação, o que pouco permitiu a subjugação de grupos étnicos. No entanto, conforme visto no Capítulo 2, no que concerne à população açoriana, havia uma razoável parcela da população constituída de negros africanos escravizados, utilizada como mão de obra tanto nos pequenos vilarejos, quanto nos centros urbanos de Ponta Delgada e Angra. O que ocorre, diferentemente do Brasil, é que a mão de obra escravizada concorreu com a presença de trabalhadores livres (brancos portugueses e até açorianos) também existente no arquipélago.

Assim sendo, nas palavras de Marinho dos Santos, “os escravos foram largamente utilizados nos Açores em trabalhos domésticos, agropecuários, artesanais e até na troca/venda de excedente, integravam a maioria das casas (civis ou religioso-assistenciais), mesmo de médios recursos”. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 192). Portanto, conclui-se que a amostra com quase nenhum negro não representa a composição étnica da população das ilhas.

3.3.4 Origem geográfica e residência

Os dados referentes à origem geográfica e à residência a serem apresentados estão assim dispostos: 3.3.4.1 Naturalidade dos depoentes: i) Origem geográfica dos depoentes de São Miguel, ii) Origem geográfica dos depoentes de Terceira; 3.3.4.2 Residência dos depoentes: i) Residentes em São Miguel, ii) Residentes em Terceira. As amostras sobre a naturalidade dos depoentes encontram-se demasiadamente reduzidas por haver poucos registros dessa categoria (o que compromete substancialmente a representatividade da amostra), enquanto os dados sobre residência abarcam quase a totalidade das testemunhas.

3.3.4.1 Naturalidade dos depoentes

Dos 483 confitentes/denunciante, somente 43 têm a sua origem geográfica transcrita pelos notários, representando apenas 8,9% de todos que compareceram ao Santo Ofício. Desses, onze foram registrados em São Miguel e trinta e dois foram registrados em Terceira. Confirmam-se, a seguir, os resultados colhidos sobre a naturalidade das testemunhas em cada ilha.

Origem geográfica dos depoentes de São Miguel

Tabela 10: Naturalidade dos homens – São Miguel

	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Ponta Delgada (4 – 44,5%)	3 (75%)	1 (25%)
Espanha (2 – 22,2%)	2 (100%)	--
Portugal (1 – 11,1%)	1 (100%)	--
Terceira (1 – 11,1%)	1 (100%)	--
Vila Franca (1 – 11,1%)	1 (100%)	--
Total (9 – 100%)	8 (88,8%)	1 (11,2%)

Vê-se, na Tabela 10, que a naturalidade dos homens cuja origem geográfica foi registrada em São Miguel se restringe ao arquipélago e à Península Ibérica: dois pontos de São

Miguel – sua capital Ponta Delgada e Vila Franca do Campo –, a Ilha Terceira, Portugal e Espanha. Além disso, todos os depoentes cuja origem geográfica está fora da ilha são assinantes, havendo na amostra um único depoente não assinante, nascido em São Miguel. Trata-se do micalense Jerônimo Gonçalves, homem de 46 anos, cristão-velho, que não tem a sua ocupação registrada.

Ademais, houve registro da naturalidade de duas mulheres: Caterina Rodrigues, nascida na Espanha, senhora residente em Ponta Delgada, cuja idade não foi revelada, que recebeu o inquisidor, o notário e os reverendos padres em sua casa por não conseguir mais levantar-se; e Isabel de Benevides, nascida e residente em Ponta Delgada, mulher de 44 anos, casada com um escrivão (Pero Manuel). As duas não souberam assinar seu nome no final dos depoimentos.

Origem geográfica dos depoentes de Terceira

Tabela 11: Naturalidade dos homens – Terceira

	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Espanha (20 – 71,4%)	12 (60%)	8 (40%)
Portugal (4 – 14,3%)	3 (75%)	1 (25%)
Angra (3 – 10,8%)	3 (100%)	--
Ilha de Faial (1 – 3,5%)	--	1 (100%)
Total (28 – 100%)	18 (64,2%)	10 (35,8%)

O número de homens depoentes em Terceira cuja origem geográfica é sabida é mais que o dobro da amostra de São Miguel, no entanto, também está restrito a pontos do arquipélago e da Península Ibérica: aparecem a capital da ilha (Angra), a Ilha de Faial, Portugal e Espanha. Note-se que, diferentemente de São Miguel, a maioria das localidades registradas não são de Terceira, nem do arquipélago: 20 das 28 testemunhas nasceram na Espanha, sendo 12 assinantes e 8 não assinantes. Outrossim, dos 4 portugueses que comparecem, apenas um não soube assinar seu nome. Os três nascidos em Angra são signatários, ao passo que o único depoente nascido na Ilha de Faial não assina.

A presença numerosa de espanhóis nos dados de Terceira está relacionada ao contexto político de unificação dos poderes administrativos de Portugal e Espanha: a União Ibérica. A partir de 1580 – e até 1640 – todo o domínio do Império Português ficou sob comando da coroa

espanhola, o que causou impactos sensíveis no cotidiano da sociedade açoriana. Por sua preciosa localização geográfica em alto mar, as ilhas açorianas – especialmente Terceira, por ser sede administrativa – sofreram um processo de intensa militarização, proporcionada principalmente pelo envio de soldados espanhóis para a referida ilha, objetivando proteger os Açores de possíveis invasões. Isso explica o fato de 13 dos 20 depoentes nascidos na Espanha serem soldados.

A participação de soldados espanhóis na amostra está distribuída da seguinte maneira: sete dos doze assinantes e cinco dos oito não assinantes espanhóis são soldados. Em outras palavras, a ocupação *soldado* compõe mais da metade dos espanhóis signatários e dos espanhóis não signatários. Ademais, nem todos os soldados que compareceram à mesa do Santo Ofício são registrados como espanhóis: além dos treze espanhóis, há Francisco Vásques, um soldado português (de 22 anos) e Luiz de Torres, soldado cuja naturalidade não foi declarada.

Um exemplo da repercussão do envio de militares espanhóis é a quantidade de soldados que se apresentam ao Santo Ofício na primeira e na segunda visitação: a primeira passagem da inquisição em 1575, apenas anos antes da consolidação da União Ibérica, teve a presenç a de somente um soldado espanhol. Os outros dezenove são registrados na segunda visitação, em 1592-1593, com mais de uma década de vigência do regime de Felipe II e com intervenções da Coroa Espanhola mais consolidadas.

Por fim, nas visitações   Terceira, quatro mulheres têm seu local de origem registrado: Caterina Alves Faria e Caterina Mendes, ambas cristãs-velhas nascidas em Angra, Inês Rodrigues, cristã-velha nascida em Ponta Delgada e Ana Rodrigues, nascida na Ilha de São Jorge.

3.3.4.2 Residência dos depoentes

Diferentemente do que se observou quanto à naturalidade, um dado sociológico que recebeu o olhar atento dos not rios é onde as testemunhas moravam quando compareceram para depor. Dos 483 indivíduos, somente oito não tiveram registrada a sua residência, quatro em Ponta Delgada e quatro em Terceira.

O caráter *itinerante* das visitações do Santo Ofício não se restringiu ao fato de os inquisidores terem percorrido diferentes territórios do Império Português, mas também por, dentro desses domínios, a mesa do Santo Ofício não ter se fixado em um único ponto. Na primeira visitação ao Brasil, por exemplo, a inquisição não se limitou a colher depoimentos somente na capital da colônia, tendo avanç ado em direção às outras capitânias da Paraíba, de

Itamaracá e de Pernambuco. Assim também foram as visitas aos Açores: além de ter passado por mais de uma ilha, o Santo Ofício, dentro de cada ilha, se instalou tanto nas capitais, quanto em vilas menores. O resultado disso foi um alcance razoável de testemunhas das mais diversas localidades de São Miguel e de Terceira.

Residentes em São Miguel

Em São Miguel, na primeira e na segunda visita, a mesa do Santo Ofício se instalou em três locais consecutivamente: Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande. Nessas cidades/vilas, compareceram residentes de doze pontos diferentes, como mostra a Figura 7:

Figura 7: Residências das testemunhas de São Miguel



Fonte: Marinho dos Santos (1988, p. 527) - adaptado

Nos dados de São Miguel, conforme explicita a Figura 7, as residências dos depoentes espriam-se por diversos pontos da ilha de forma bem distribuída, tendo a inquisição alcançando sujeitos moradores de vilarejos menores e distantes da capital. Além disso, há três localidades não encontradas: São Pedro, Favais e Vila da Lagoa.

Leia-se, a seguir, a distribuição dos depoentes homens por residência:

Tabela 12: Homens residentes em São Miguel

	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Ponta Delgada (76 – 57,1%)	68 (89,4%)	8 (10,6%)
Vila Franca do Campo (22 – 16,5%)	21 (94,5%)	1 (4,5%)
Ribeira Grande (18 – 13,5%)	14 (77,7%)	4 (23,3%)
Relva (3 – 2,2%)	2 (66,7%)	1 (33,3%)
Santo António (3 – 2,2%)	3 (100%)	--
Mosteiros (3 – 2,2%)	2 (66,7%)	1 (33,3%)
São Roque (2 – 2,2%)	2 (100%)	--
São Pedro (1 – 1,5%)	1 (100%)	--
Maia (1 – 0,7%)	1 (100%)	--
Achada (1 – 0,7%)	1 (100%)	--
Favais (1 – 0,7%)	1 (100%)	--
Não declarada (3 – 1,5%)	2 (66,7%)	1 (33,3%)
Total (134 – 100%)	118 (87,9%)	16 (12,1%)

A maioria dos depoentes homens de São Miguel se concentra, previsivelmente, nas cidades/vilas em que o Santo Ofício se fixou para receber confitentes e denunciante: Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, em ordem decrescente de quantidade. Sabendo que 57,1% das testemunhas moram em Ponta Delgada, percebe-se que 42,9% dos indivíduos que se apresentaram não residem na capital da ilha, isto é, uma porção bastante representativa dos depoentes não mora na capital da ilha. As testemunhas dessa porção, entretanto, estão em sua grande maioria residindo em Vila Franca do Campo e em Ribeira Grande, havendo somente 15 testemunhas que moram em outras vilas. Portanto, é notório que, apesar da diversidade de localidades ilustrada na Figura 7, a maioria das vilas apresentadas representam uma quantidade irrisória de testemunhas.

Sobre as assinaturas, entre as três primeiras localidades, Vila Franca do Campo é que apresenta a maior porcentagem de signatários (94,5%), tendo somente um registro de morador não assinante. Ponta Delgada possui a maior quantidade de não assinantes (oito), apesar de, por percentual, ser Ribeira Grande que possui a maior fração de homens que não sabem escrever seu nome (23,3%). Em Relva, vila mais próxima da capital, assim como em Mosteiros, dois

dos três homens são signatários, ao passo que em Santo Antônio, onde reside o mesmo número de testemunhas, todos assinam. Nas demais vilas – São Roque, São Pedro, Maia, Achada e Favais –, há, em cada uma delas, um depoente assinante. Quanto às testemunhas cuja residência não foi declarada, dois são assinantes e um não é assinante.

Quanto às mulheres testemunhas em São Miguel, a Tabela 13 abaixo apresenta a sua residência registrada:

Tabela 13: Mulheres residentes em São Miguel

	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Ponta Delgada (96 – 57,8%)	9 (8,5%)	87 (92,5%)
Ribeira Grande (29 – 17,4%)	3 (10,8%)	25 (89,2%)
Vila Franca do Campo (17 – 10,2%)	2 (11,7%)	15 (86,7%)
Relva (8 – 4,8%)	1 (12,5%)	7 (87,5%)
São Roque (4 – 2,4%)	--	4 (100%)
Mosteiros (3 – 1,7%)	--	3 (100%)
São Pedro (3 – 1,7%)	--	3 (100%)
Santo Antônio (1 – 0,6%)	--	1 (100%)
Maia (1 – 0,6%)	--	1 (100%)
Favais (1 – 0,6%)	--	1 (100%)
Vila da Lagoa (1 – 0,6%)	--	1 (100%)
Não declarada (3 – 1,7%)	--	3 (100%)
Total (165 – 100%)	15 (9%)	150 (91%)

Assim como os dados dos homens, as mulheres de São Miguel concentram-se principalmente na capital micalense (57,8%). Ribeira Grande (17,4%) é a vila com segundo maior registro, seguida de Vila Franca do Campo (10%), que, na amostra dos homens, aparecia em segundo lugar, à frente de Ribeira Grande. Chama a atenção, ainda, a aparição de oito mulheres moradoras em Relva – dos homens, apenas três residiam nessa vila –, quatro residentes em São Roque e três em Mosteiros e em São Pedro. Em Santo Antônio, Maia, Favais e Vila da Lagoa, comparece apenas uma depoente. A Vila da Lagoa aparece somente na amostra das mulheres, bem como Achada só aparece na amostra dos homens.

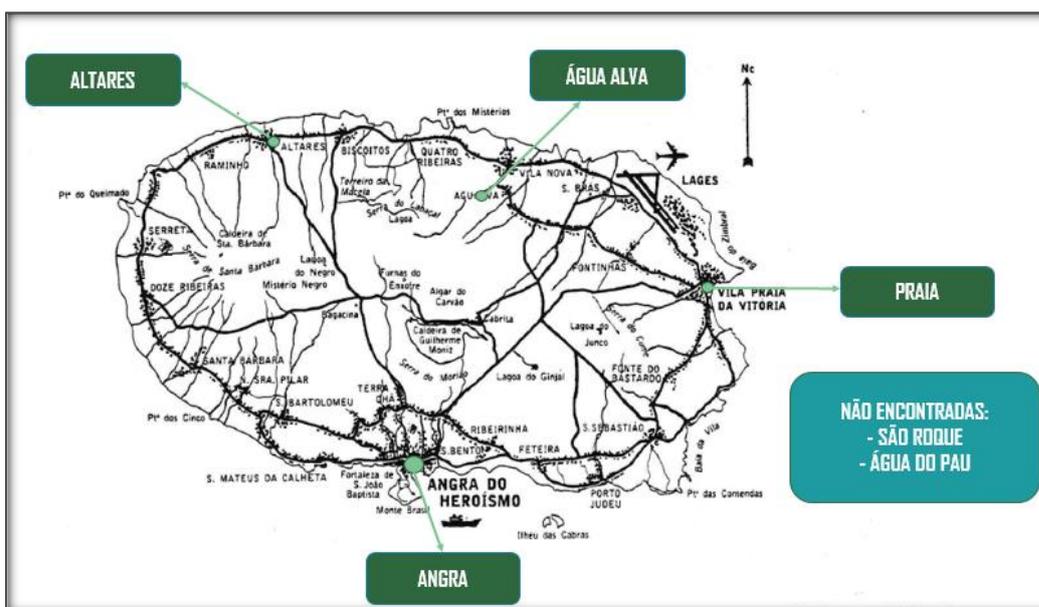
No tocante às assinaturas, das quinze signatárias, nove moravam na capital de São Miguel. Das seis restantes, metade residia em Ribeira Grande, duas em Vila Franca do Campo

e uma em Relva. Todavia, percentualmente, Relva, com somente uma assinante, é que atinge maior fração de signatárias (12,5%), seguida de Vila Franca do Campo (11,7%), Ribeira Grande (10,8%) e Ponta Delgada (8,5%). Assim sendo, Ponta Delgada, ao mesmo tempo, possui a maior quantidade numérica de mulheres assinantes e a menor porcentagem de assinantes entre as quatro vilas em questão. Por fim, As mulheres residentes nas demais vilas são categoricamente não assinantes, bem como as três sem declaração de onde moram.

Residentes em Terceira

Em Terceira, a mesa do Santo Ofício se instalou consecutivamente em duas localidades: Angra e Vila da Praia. Apresentaram-se, nesses locais, testemunhas de 6 cidades/vilas diferentes:

Figura 8: Residências das testemunhas de Terceira



Fonte: Marinho dos Santos (1988, p. 528) - adaptado

O quadro de residências registradas em Terceira é notavelmente menos diverso do que o de São Miguel: enquanto no último houve a aparição de doze localidades distintas, na Ilha de Jesus Cristo, registraram-se apenas seis.

Outrossim, vê-se, pela Figura 8, a presença de duas localidades – Altares e Água Alva – relativamente distantes dos centros urbanos, o que mostra, assim como foi em São Miguel, que a inquisição pôde receber sujeitos que viveram sua vida longe de Angra, capital da ilha e do arquipélago, e longe da Vila da Praia, capital da segunda capitania de Terceira (Capitania da

Praia). São Roque e Água do Pau são topônimos que, desafortunadamente, não foram encontrados.

Exibe-se, a seguir, a distribuição dos homens de Terceira cuja residência foi mencionada no depoimento:

Tabela 14: Homens residentes em Terceira

	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Angra (67 – 67%)	56 (83,5%)	11 (16,5%)
Vila da Praia (24 – 24%)	17 (70,3%)	7 (29,1%)
Ilha Faial (3 – 3%)	3 (100%)	--
Altares (2 – 2%)	--	2 (100%)
Água Alva (1 – 1%)	1 (100%)	--
Não Registrada (3 – 3%)	2 (66,7%)	1 (33,3%)
Total (100 – 100%)	79 (79%)	21 (21%)

Dos 100 homens, 67 moram na capital da ilha e 24 residem em Vila da Praia. Assim sendo, as duas cidades, juntas, concentram 91% de todos os homens da amostra. Além disso, há três homens que moravam fora de Terceira, em outra ilha (Faial), fenômeno que não ocorreu nos dados de São Miguel – em que todas as residências registradas se localizavam dentro da ilha. Também há dois registros de residentes em Altares e um em Água Alva, além de três depoentes sem registro de sua residência.

Sobre o quadro de assinaturas, Angra possui o maior número de signatários (56 testemunhas – 83,5%) e o maior número de não signatários (11 testemunhas – 16,5%). A Vila da Praia segue em segundo lugar na quantidade de signatários e de não signatários, registrando uma porcentagem de assinantes menor que Angra (70,3%). Os três moradores de Faial e o único residente em Água Alva são todos assinantes. Ademais, apenas uma localidade, Altares, tem todas as testemunhas (dois homens) sem saber assinar. Quanto aos depoentes sem registro, dois souberam assinar e um não soube escrever seu nome.

A Tabela 15 explicita as residências das mulheres em Terceira:

Tabela 15: Mulheres residentes em Terceira

	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Angra (64 – 76,1%)	11 (17,2%)	53 (82,8%)
Vila da Praia (14 – 16,6%)	--	14 (100%)
Água Alva (2 – 2,3%)	--	2 (100%)
Altares (1 – 1,1%)	--	1 (100%)
São Roque (1 – 1,1%)	1 (100%)	--
Água do Pau (1 – 1,1%)	--	1 (100%)
Não Registrada (1 – 1,1%)	--	1 (100%)
Total (84 – 100%)	12 (14,3%)	72 (85,7%)

No caso das mulheres, comparando-se à amostra dos homens, há uma parcela ainda maior de residentes em Angra (76,1%) e uma parcela menor de residentes em Vila da Praia (16,6%). Comparecem à mesa do Santo Ofício duas moradoras de Água Alva e uma de Altares. Outrossim, emergem dois topônimos que não apareceram na amostra masculina: São Roque e Água do Pau, ambos com uma residente cada.

No que concerne às assinaturas, em todos os pontos, há maioria de depoentes não assinantes; – em quase todos, as não signatárias representam a totalidade. Angra reúne a maior quantidade de mulheres assinantes (11 depoentes), como também de mulheres não assinantes (53 depoentes). Além de Angra, apenas São Roque registra percentual de mulher signatária, computando uma assinante que também é a única mulher da amostra a residir nessa localidade: trata-se de Margarida Valadão, da qual o notário escreve somente que é cristã-velha e casada com Afonso Simões (a ocupação do marido não foi registrada).

Por fim, as quatorze mulheres de Vila da Praia, as duas e Água Alva e as residentes em Altares e Água do Pau são todas não assinantes.

3.3.5 Faixa etária

Os dados referentes à faixa etária dos depoentes foram distribuídos em seis categorias: depoentes de até 20 anos, de 21 a 30 anos, de 31 a 40 anos, de 41 a 50 anos, acima de 50 anos e depoentes cuja idade não foi revelada. Os notários das visitas, na maioria das vezes, – não somente nos Açores, mas também em Portugal e no Brasil – registravam a idade das

testemunhas imprecisamente, escrevendo-se “pouco mais ou menos” logo após os anos de vida do depoente.

Nessa variável, ocorre uma nítida diferença de comportamento entre os notários: enquanto Cosme Antônio, responsável pelos livros da primeira visitação (1575 – 1579), praticamente não escreveu a idade das testemunhas, Manuel Marinho, na segunda passagem do Santo Ofício às ilhas (1592 – 1593), registra a idade de quase todos os depoentes. O descuido de Cosme Antônio, evidentemente, interfere na análise dos dados, que possuem significativa porção de indivíduos cuja idade não foi declarada.

3.3.5.1 Faixa etária em São Miguel

Tabela 16: Faixa etária dos depoentes de São Miguel

FAIXA ETÁRIA		HOMENS	MULHERES	TOTAL
ATÉ 20 ANOS	Assinantes	6 (100%)	2 (11,8%)	8 (34,7%)
	Não assinantes	--	15 (88,2%)	15 (65,3%)
	Total	6	17	23
21 A 30 ANOS	Assinantes	16 (100%)	6 (16,3%)	22 (41,5%)
	Não assinantes	--	31 (83,7%)	31 (58,5%)
	Total	16	37	53
31 A 40 ANOS	Assinantes	18 (72%)	2 (10%)	20 (44,4%)
	Não assinantes	7 (28%)	18 (90%)	25 (55,6%)
	Total	25	20	45
41 A 50 ANOS	Assinantes	13 (76,4%)	1 (6,3%)	14 (42,3%)
	Não assinantes	4 (23,6%)	15 (93,7%)	19 (57,7%)
	Total	17	16	33
ACIMA DE 50 ANOS	Assinantes	16 (84,2%)	1 (4%)	17 (38,6%)
	Não assinantes	3 (15,8%)	24 (96%)	27 (61,3%)
	Total	19	25	44
NÃO DECLARADA	Assinantes	49 (96%)	3 (6%)	52 (51,4%)
	Não assinantes	2 (4%)	47 (94%)	49 (48,6%)
	Total	51	50	101
TOTAL	Assinantes	118 (88,7%)	15 (9,1%)	133 (44,4%)
	Não assinantes	16 (11,3%)	150 (90,9%)	166 (55,6%)
	Total	134	165	299

As testemunhas de São Miguel, como mostra a Tabela 16, distribuem-se entre as faixas etárias da seguinte forma (apresentadas em ordem decrescente): 53 depoentes entre 21 e 30 anos, 45 depoentes entre 31 e 40 anos, 44 depoentes acima de 50 anos, 33 depoentes entre 41 e 50 anos e 23 depoentes de até 20 anos. Assim sendo, percebe-se que, nos dados de São Miguel, há certa predominância de indivíduos de meia idade, uma vez que a soma das faixas “entre 21 e 30” e “entre 31 e 40” totaliza 98 testemunhas, mais de um terço da amostra de depoentes cuja

idade foi revelada. Por conseguinte, é perceptível que é relativamente pequena a diferença no número de testemunhas entre as faixas “21 a 30”, “31 a 40” e “acima de 50”. Além disso, a quantidade de idades não declaradas é significativa: 101 dos 299 indivíduos.

Note-se que, em todas as faixas etárias, o número de não assinantes é superior ao de assinantes. A faixa com mais larga diferença entre a quantidade de assinantes e não assinantes é a de indivíduos com até 20 anos (34,7% assinam e 65,3% não assinam) e a de menor diferença é “entre 31 e 40 anos” (44,4% assinam e 55,6% não assinam). Intermediariamente, há os percentuais das faixas “acima de 50 anos” (38,6% assinantes *versus* 61,3% não assinantes), “21 a 30 anos” (41,5% assinantes *versus* 58,5% não assinantes) e “41 a 50 anos” (42,3% assinantes *versus* 57,7% não assinantes).

No quadro dos homens, comparecem mais sujeitos entre 31 e 40 anos (25 depoentes). As demais faixas etárias, com exceção de “até 20 anos” (que possui somente 6 depoentes), apresentam uma apertada diferença na quantidade de testemunhas: acima de 50 anos há 19 homens, entre 41 e 50 anos há 17 homens e, entre 21 e 30 anos, há 16 homens. Assim, com poucos até 20 anos e muitos de 31 anos para cima, os homens que compareceram em São Miguel são majoritariamente adultos/idosos.

Sobre as faixas etárias dos homens e o cômputo de assinaturas, observe-se que os homens de até 20 anos e de 21 a 30 anos são todos assinantes, na medida em que há sete homens não assinantes com idade entre 31 a 40 anos, quatro entre 41 e 50 anos e três acima de 50 anos. Uma interpretação para a categórica presença de homens assinantes nas faixas etárias mais jovens vem a ser a intensa expansão do papel da Companhia de Jesus, especialmente a partir da metade de quinhentos, a qual foi responsável pela construção de Colégios e pelo ensino de gramática para meninos de diversos estratos sociais indistintamente¹⁸, ampliando o acesso à alfabetização da sociedade açoriana, atingindo especialmente os mais novos.

Na amostra das mulheres, há predomínio de depoentes entre 21 e 30 anos (37 testemunhas), seguido da parcela acima de 50 anos (25 testemunhas). Além delas, compareceram 20 mulheres com idade entre 31 e 40 anos, 16 entre 41 e 50 anos e 17 depoentes com até 20 anos. Apesar de mulheres com mais de 50 anos representarem a segunda maior quantidade entre as idades registradas, no quadro geral, observa-se que majoritariamente mulheres mais novas (até 30 anos) compareceram à mesa.

¹⁸ Os impactos das atividades da Igreja, especialmente da Companhia de Jesus, na aproximação dos açorianos com o mundo das letras serão melhor detalhados na subseção 3.3.6 *Estratos socio-ocupacionais*.

No tocante ao cruzamento *idade x assinaturas* das mulheres de São Miguel, vê-se que a faixa etária com maior quantidade de depoentes, entre 21 e 30 anos, é também a que concentra maior número de signatárias (6 testemunhas). Duas mulheres de até 20 anos também souberam assinar seu nome, além de uma mulher de idade entre 41 e 50 anos e uma mulher acima de 50 anos.

Ademais, quanto aos depoentes sem idade declarada, 51 dos 118 homens não revelaram a sua idade (entre eles, apenas dois não assinaram). Entre as mulheres, 50 das 150 mulheres (nesse recorte, apenas três são signatárias) não declararam quantos anos tinham.

3.3.5.2 Faixa etária em Terceira

Tabela 17: Faixa etária dos depoentes de Terceira

FAIXA ETÁRIA		HOMENS	MULHERES	TOTAL
ATÉ 20 ANOS	Assinantes	3 (75%)	--	3 (23%)
	Não assinantes	1 (25%)	9 (100%)	10 (74%)
	Total	4	9	13
21 A 30 ANOS	Assinantes	14 (100%)	2 (20%)	16 (66,7%)
	Não assinantes	--	8 (80%)	8 (33,3%)
	Total	14	10	24
31 A 40 ANOS	Assinantes	6 (54,5%)	--	6 (28,5%)
	Não assinantes	5 (45,5%)	10 (100%)	15 (71,5%)
	Total	11	10	21
41 A 50 ANOS	Assinantes	6 (60%)	1 (25%)	7 (50%)
	Não assinantes	4 (40%)	3 (75%)	7 (50%)
	Total	10	4	14
ACIMA DE 50 ANOS	Assinantes	4 (100%)	1 (20%)	5 (55,5%)
	Não assinantes	--	4 (80%)	4 (45,5%)
	Total	4	5	9
NÃO DECLARADA	Assinantes	46 (80,7%)	8 (17,4%)	54 (52,4%)
	Não assinantes	11 (19,3%)	38 (82,6%)	49 (47,6%)
	Total	57	46	103
TOTAL	Assinantes	79 (79%)	12 (14,3%)	91 (49,4%)
	Não assinantes	21 (21%)	72 (85,7%)	93 (50,6%)
	Total	100	84	184

Os dados de Terceira, além de serem numericamente menores do que os de São Miguel, possuem uma quantidade maior de testemunhas cuja idade não foi revelada: 103 dos 184 depoentes. Assim sendo, a análise das faixas etárias abarca, desafortunadamente, menos da metade do total de testemunhas da Ilha de Jesus Cristo. Daqueles que tiveram sua idade registrada, 24 depoentes estão na faixa entre 21 e 30 anos, 21 depoentes estão entre 31 e 40

anos, 14 estão entre 41 e 50 anos, 13 tinham até 20 anos e 9 tinham mais de 50 anos. Infere-se, desse modo, que a amostra dos terceirenses é marcada pela presença de pessoas mais novas: dos 81 sujeitos cuja idade se sabe, 58 têm menos de 40 anos.

Quanto às assinaturas, observa-se um quadro heterogêneo entre as faixas etárias, divergindo dos resultados de São Miguel, em que em todas as idades houve predominância de não signatários. Em Terceira, duas faixas têm como maioria signatários: entre 21 e 30 anos (66,7% assinam) e acima de 50 anos (55,5% assinam). No entanto, outras duas faixas têm como maioria sujeitos não signatários: indivíduos de até 20 anos (74% não assinam) e entre 31 a 40 anos (71,5% não assinam). A faixa entre 41 e 50 anos apresenta 7 testemunhas assinantes e 7 não assinantes.

Sobre a amostra masculina, os homens terceirenses dividem-se em grande parte nas faixas de 21 a 30 anos (14 indivíduos), de 31 a 40 anos (11 indivíduos) e de 41 a 50 anos (10 indivíduos). A faixa dos mais novos (até 20 anos) e a os mais velhos (mais de 50 anos) reúnem quatro homens cada. Verifica-se, desse modo, que há majoritariamente homens adultos – nem muito jovens e nem muito idosos – na amostra.

Analisando-se as o cômputo de assinaturas dos homens dentro das faixas etárias, nas faixas intermediárias, há um percentual menos expressivo de indivíduos assinantes do que em São Miguel, mas continuam sendo maioria: entre os homens de 31 a 40 anos, 54,5% eram signatários e, entre 41 e 50 anos, 60% eram signatários. Dos jovens com até 20 anos, apenas um não soube assinar e, entre os de 21 a 30 anos, todos assinaram, atribuindo-se aos homens novos de Terceira a mesma leitura feita sobre os micaelenses: a preocupação com a alfabetização por parte dos jesuítas na segunda centúria de quinhentos pode ter motivado a presença quase integral de homens jovens assinantes. Outrossim, todos os quatro homens acima de 50 anos souberam assinar seu nome.

Na amostra das mulheres, predominam testemunhas com idade entre 21 e 30 anos e 31 e 40 anos, ambas as faixas com 10 depoentes cada. São nove as mulheres com até 20 anos, além de haver cinco com mais de 50 anos e quatro na faixa entre 41 e 50 anos. Posto isso, os dados de Terceira são caracteristicamente marcados por mulheres jovens, haja vista que, das 38 cuja idade foi revelada, 19 (metade) possuem menos de 30 anos.

Quanto à relação entre faixa etária e o binômio *assinante versus não assinante*, das mulheres de Terceira, oito das doze assinantes não tiveram a sua idade revelada. Sobre as quatro restantes, duas têm entre 21 e 30 anos, uma está entre 41 e 50 anos e a última com mais de 50

anos. Assim, as faixas de mulheres com até 21 anos e entre 31 e 40 anos não tiveram mulheres signatárias, desconsiderando as que não tiveram registro de sua idade.

Ao fim e ao cabo, 57 dos 118 homens de Terceira não tiveram sua idade revelada (entre eles, 46 souberam assinar e 11 não souberam assinar). Além disso, 46 das 84 mulheres terceirenses ficaram sem declaração de idade (dessas, 8 eram assinantes e 38 não eram assinantes).

3.3.6 Estratos sócio-ocupacionais

Para a descrição dos diferentes estratos sociais a partir das ocupações das testemunhas, a estratificação proposta por Marquilhas (2000) para o cômputo de assinaturas dos portugueses em seiscentos pareceu, em primeiro momento, um caminho viável, principalmente porque grande parte da sociedade açoriana era composta por descendentes de imigrantes portugueses. A categorização de Marquilhas teve como suporte a elaborada por Rodríguez e Bennassar (1978)¹⁹ na análise feita por esses autores sobre os níveis de alfabetismo da Espanha no Antigo Regime, adaptando-a em alguns aspectos. Leia-se, no Quadro 3, a organização socioprofissional proposta por Marquilhas:

Quadro 3: Categorias sócio-ocupacionais de Rita Marquilhas

1- Clero e religiosos;
2- Nobres (“dom” ou “dona”, “fidalgo”, “cavaleiro”) com exclusão dos que tinham acesso aos ofícios de administração local, criados de grandes famílias, letrados, estudantes, profissões liberais, ofícios superiores da administração central, senhorial, corporativa e periférica da coroa, funções comerciais elevadas, familiares do Santo Ofício;
3- funções comerciais menores, mesterais, pilotos, mareantes, ofícios subalternos;
4- lavradores e proprietários (os que declaravam “viver de sua fazenda”), gente nobre “da governança”, cidadãos, ofícios superiores da administração local;
5- criados, jornaleiros, braceiros, aprendizes, soldados, trabalhadores do campo, pescadores, escravos e mendigos;
6- classe social ou profissão não especificadas.

Fonte: MARQUILHAS, 2000, p.114.

¹⁹ RODRÍGUEZ, Marie-Christine; BENNASSAR, Bartolomé. *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d’Inquisition du ressort du tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du tribunal de Cordoue (1595-1632)*. Caravelle, 1978. Apud MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal, século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Quando se aplica a proposição de Marquilhas (2000, p. 114) à realidade açoriana de quinhentos, emergem alguns problemas. O primeiro deles é que nos Açores, como evidenciado nas subseções do Capítulo 2 referentes à organização social e econômica, as ocupações vinculadas ao grande comércio desenvolveram um protagonismo não apenas econômico, mas também político e social, a exemplo da Ilha Terceira, cuja administração pública esteve quase sempre nas mãos dos *atravessadores* (nome atribuído aos grandes e médios comerciantes). Assim sendo, essa categoria deve ser representada em um estrato social acima, por exemplo, das profissões liberais, dos letrados, dos criados e até mesmo dos nobres, o que não ocorre na proposta de Rita Marquilhas.

Além disso, o Clero, estruturado hierarquicamente em diferentes níveis de riqueza e poder, não pode ser inteiramente enquadrado no maior patamar entre as categoriais sociais, sendo preciso distribuí-lo pelos estratos a partir da ocupação da testemunha dentro da igreja (pertencente ao alto clero ou ao médio/baixo clero). Outrossim, não se pode inferir categoricamente que os mareantes e pilotos pertencessem a um estrato superior ao dos lavradores, haja vista que a categoria *lavradores* abarca também diversos indivíduos com certa estabilidade social e econômica, podendo haver lavradores com melhores condições do que muitos homens do mar.

Portanto, é notório que a proposta de Rita Marquilhas (2000, p. 114) não se adéqua perfeitamente à organização social dos Açores. Assim sendo, a hierarquização sugerida por Sônia Siqueira (1978) para sociedade colonial brasileira com base nas fontes inquisitoriais da primeira visitação à América Portuguesa mostrou-se mais favorável, não apenas por se aproximar mais da hierarquia social açoriana, mas também pelo seu detalhamento na composição dos estratos sociais.

Na perspectiva de Siqueira (1978, p. 73), a sociedade brasileira se dividia em três macrocategorias: o grupo da grande burguesia, composto por mercadores (homens do grande comércio), senhores de engenho e pelo alto clero. No segundo grupo, que reúne categorias mais heterogêneas, a pequena e média burguesia, havia artesãos (alfaiates, calafates, carpinteiros, chapineiros, costureiros, cozinheiros, entalhadores, ferreiros, sapateiros), assalariados (contadores, feitores, mestres de açúcar, purgadores, mestres de naus), burocratas (almotacéis, almoxarifes, carcereiros, escritvães), homens do mar (capitães do mar e donos de naus), liberais (advogados, bacharéis, cirurgiões, licenciados, estudantes, físicos) pequenos lavradores, e o clero médio e baixo. No terceiro grupo, estava o povo, estrato composto por escravizados e pela categoria “pequenos ofícios”, em que se incluem “boticários, canoeiros, confeitores, carreiros,

cortadores de carne, barbeiros, vendeiros, ferradores, hortelãos, pedreiros, pescadores, pasteleiros, parteiras, padeiros, camareiros, criados, taverneiros e vinhateiros” (p. 77).

Algumas adaptações foram necessárias à estratificação de Sônia Siqueira. Entre elas, o acréscimo da categoria *trabalhador* no estrato da pequena e média burguesia. Tal ocupação não veio acompanhada, no registro dos dados pessoais, de nenhuma característica sobre do que se tratava, bem como os depoimentos dessas testemunhas não deram nenhum indício. Os dados de Sartori (2016, p. 209) apontam a aparição no Brasil de *trabalhadores de enxada* e de *trabalhadores assalariados*. Nos Açores, por não ficar claro de que *trabalho* especificamente se tratava, decidiu-se não inseri-los em *assalariados* ou *vive de sua fazenda*, mas sim inserir *trabalhador* com sua própria categoria separadamente. Além disso, outras profissões não constantes na classificação de Siqueira apareceram nas fontes inquisitoriais dos Açores e, por serem de baixo prestígio, foram inseridas na categoria *pequenos ofícios*. São elas: mestre de relógio, bombardeiro, carvoeiro e sombreireiro. Ademais, retirou-se o grupo dos “criados” dos *pequenos ofícios*, haja vista que a sua condição de subserviência às famílias a que serviam, nos Açores, impõe um grau de vulnerabilidade (subordinado à relação senhor/criado) diferente das demais ocupações presentes na categoria. Dessa forma, os *criados* constituíram uma categoria própria, pertencente ao grupo *povo*.

Outra modificação feita à proposição de Sônia Siqueira foi, assim como fizeram Lobo e Oliveira (2013) e Sartori (2016), a inserção de categorias para indivíduos de dupla ocupação, recorrente fenômeno no território ultramarino do Império. Assim, evidencia-se que o indivíduo possui mais de uma ocupação por haver uma categoria própria para a circunstância, no entanto, como aponta Sartori (2016, p. 204), sem “o problema de torná-los demais heterogêneos, já que foram feitas categorias para cada um dos três grandes grupos”. Portanto, na análise dos dados, discriminar-se-ão as ocupações desses sujeitos individualmente. As categorias inseridas para pessoas com dupla ocupação são: indivíduos de dupla ocupação de distintos estratos sociais (grande burguesia e pequena e média burguesia), indivíduos de dupla ocupação da pequena e média burguesia e indivíduos de dupla ocupação de distintos estratos sociais (da pequena e média burguesia e do povo).

Além disso, Sônia Siqueira (1978, p. 79) inseriu no grupo *povo* os depoentes cujo ofício não foi registrado. Na presente análise, opta-se por nomear um novo grupo, os “demais”, no qual estarão as testemunhas de cuja ocupação não se sabe.

As subseções 3.3.6.1 e 3.3.6.2 apresentarão os estratos sócio-ocupacionais dos homens de São Miguel e dos homens de Terceira respectivamente. As mulheres micalenses e terceirenses são analisadas em 3.3.6.3, a partir da ocupação registrada de seus pais ou de seus maridos.

3.3.6.1 Estratos sócio-ocupacionais dos homens de São Miguel

Tabela 18: Estratos sócio-ocupacionais dos homens de São Miguel

CATEGORIAS	ASSINAM	NÃO ASSINAM
ALTA BURGUESIA		
Mercadores	5 (100%)	--
Dupla categorização: alta burguesia + pequena e média burguesia	1 (100%)	--
Total	6 (100%)	0 (0%)
PEQUENA E MÉDIA BURGUESIA		
Médio ou baixo clero	26 (100%)	--
Pequeno lavradores	8 (66,7%)	4 (33,3%)
Artesãos	8 (72,7%)	3 (27,3%)
Burocratas	7 (100%)	--
Homens do mar	6 (100%)	--
Liberais	3 (100%)	--
Trabalhadores	1 (50%)	1 (50%)
Vivem de sua fazenda	1 (100%)	--
Total	60 (88,2%)	8 (11,8%)
POVO		
Pequenos ofícios	13 (70,8%)	5 (29,1%)
Criados	1 (100%)	--
Total	14 (73,6%)	5 (26,4%)
DEMAIS		
Não declarado	38 (92,6%)	3 (7,4%)

Verifica-se, a partir da Tabela 18, que a amostra micalense é composta por somente duas categorias no grupo da alta burguesia: cinco mercadores e um indivíduo de dupla categorização (alta burguesia e pequena e média burguesia), ausentando-se, assim, senhores de engenho e alto clero. No que concerne ao grupo da pequena e média burguesia, das 68 testemunhas, apresentam-se ao Santo Ofício sujeitos do médio/baixo clero, pequenos lavradores, burocratas, homens do mar, artesãos, liberais, trabalhadores e homens que vivem de sua fazenda. Os 19 indivíduos da categoria povo são compostos por 18 homens que se ocupam de pequenos ofícios e um criado. Observe-se também que, dos 134 homens depoentes em São Miguel, 41 (30,5%) não têm a sua ocupação registrada. A seguir, analisam-se os grandes grupos separadamente:

Grande Burguesia

O quadro de assinaturas da grande burguesia apresenta um resultado esperado: o estrato que possui maiores condições socioeconômicas e, assim sendo, maior oportunidade de relacionar-se com o mundo das letras – na aquisição de livros, na ida à Portugal Continental para estudar em Universidades, entre outros exemplos – tem todos os seus depoentes na condição de assinantes. Os resultados de Sartori (2016, p. 206) sobre algumas capitâneas do Brasil não muito diferem: dos 23 integrantes da Grande Burguesia, 22 homens assinaram, com exceção de um dono de fazenda. Ademais, nos Açores, o único indivíduo de dupla categorização que comparece ao Santo Ofício é Mestre Gaspar, um cristão-velho, morador de Ponta Delgada, o qual exerce na capital da ilha as funções de cirurgião e mercador e é assinante.

É relevante destacar sobre esse estrato social, especialmente na sociedade micalense, que os indivíduos de classes mais abastadas, mesmo imersos nas inovações tecnológicas e econômicas logradas pela modernidade quinhentista, preservavam pensamentos e visões de mundo fortemente vinculados ainda à baixa idade média. A elite de São Miguel, majoritariamente agrária – lembre-se de que é a ilha do arquipélago de solo mais fértil e de maior comércio de exportação de alimentos –, apegava-se à valorização da honra, da ascendência, do “ser nobre”. A nobreza, nesse âmbito, não necessariamente representava um valor econômico, mas concentrava um valor simbólico que conferia prestígio e poder. Sobre isso, Marinho dos Santos postula que o pensamento coletivo da sociedade de São Miguel teria preservado “uma ambiência mais eivada de resistências, de tradicionalidade, de desdém pelo cálculo econômico, pela especulação, pelo enriquecimento que não fosse à custa do valor da terra e da renda” (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 477).

Essa peculiar característica caracterizou também a relação da elite micalense com o universo da escrita: segundo Marinho dos Santos, a relação do homem com a sua propriedade era firmada muitas vezes pela relação senhorial de suserania e vassalagem, valendo-se mais a honra de cumprir a sua palavra de juramento do que registrar por escrito a posse do sujeito sobre seus domínios. Assim, houve inúmeros casos de homens que não lavravam termos de posse por terem firmado esse acordo oralmente. Sobre isso, o autor indaga:

Como compreender que os mercadores de São Miguel, negociando há muito com mercadores das várias praças europeias, continuassem, em fins do século XVI, a privilegiar mais a “palavra” do que o contrato escrito para firmarem seus negócios? (...) Sem dúvidas, um índice de resistência à novidade, à modernidade (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 477).

Pequena e média burguesia

Na pequena e média burguesia de São Miguel, em um panorama geral, é numerosa a percentagem de indivíduos assinantes (88,2%), apesar de, diferentemente do grupo da alta burguesia, já haver nesse grupo a presença de não signatários, seis testemunhas, que representam 11,8%. Novamente, os percentuais dos Açores se aproximam dos levantados por Sartori (2016, p. 206) para a América Portuguesa, em que, em uma amostra com mais que o dobro de depoentes homens nesse estrato (165 testemunhas), 92,7% (153 testemunhas) eram signatários, enquanto somente 7,3% (12 testemunhas) não eram signatários. Nos Açores, as categorias médio/baixo clero, burocratas, homens do mar, liberais e homens que vivem de sua fazenda possuem integralmente indivíduos que souberam escrever seu nome. Dos 12 lavradores constantes, dois terços assinaram e um terço não assinou no final do depoimento. Entre os artesãos, oito eram signatários e três eram não signatários. Ademais, apresentam-se dois homens da categoria *trabalhador*, sendo um assinante e outro não assinante.

Dessa amostra, chama a atenção a numerosa quantidade de indivíduos do médio e baixo clero, sendo mais que o dobro maior do que a segunda categoria com mais números de depoentes. Sobre os vigários, freis e padres micaelenses, é peremptório evidenciar não somente os dados quantitativos da amostra (em que todos são signatários), mas o papel social e cultural que o clero pôde legar para a sociedade de São Miguel. A Igreja Romana, principalmente por via dos jesuítas, foi decisiva para a difusão social da escrita ocorrida em São Miguel – e em outros pontos do Arquipélago – a partir da segunda metade de quinhentos, com a construção de colégios da Companhia de Jesus, com a formação de professores de gramática e de latim e até com o envio de jovens micaelenses para universidades portuguesas. Sobre esse contexto, Alberto Vieira reforça o protagonismo dos jesuítas na alfabetização dos açorianos:

donde estaban los jesuitas se podía contar con la presencia de escuelas organizadas y con un elevado grado de alfabetización de ciertos grupos. También esto contribuyó em Azores a la creación de un adecuado ambiente cultural, propiciador de la aparición de importantes figuras de las letras. Los colegios permitían la continuidad a aquellos que habían dado los primeros pasos en las escuelas de la parroquia y también la posibilidad a algunos de cursar en las universidades del reino y extranjeras. (VIEIRA, 1992, p. 271)

Nesse cerne, é notório que o propósito dos padres jesuítas não esteve vinculado somente à alfabetização, mas na edificação de um legado cultural, vislumbrando na erudição o caminho para a “alta cultura”. O resultado desse investimento foi a formação, ainda no século XVI, de

uma geração de historiadores e literatos, a exemplo de Gaspar Frutuoso, micalense de Ribeira Grande, cuja bibliografia foi difundida em Portugal e em vários países da Europa Ocidental.

A escolarização por intermédio da Companhia de Jesus não se concentrou em Ponta Delgada, penetrando na sociedade e no cotidiano de vilarejos e freguesias menores, conforme exemplifica Marinho dos Santos:

Os primeiros letrados legistas de São Miguel foram dois naturais de Santo Antônio. Outros se seguiram de Vila Franca do Campo e de Ribeira Grande. (...) O humanismo açoriano teve, assim, a representá-lo um grupo considerável de bacharéis e licenciados especializados, sobretudo, em Gramática, Direito Civil e Direito Canónico. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 691)

A categoria *pequenos lavradores*, representante da ocupação de extrema importância para a economia micalense, é a que concentra o maior número de sujeitos não assinantes: quatro. Tal categoria não lograva o poder e prestígio dos senhores de engenho, mas tinha melhores condições que os camponeses por possuírem sua própria terra. Apesar de registrar 66,7% no percentual de assinantes, havia notável consciência por parte dos lavradores de que a alfabetização e, mais adiante, o estudo nas universidades portuguesas era uma importante estratégia de mobilidade social e de enriquecimento:

A mobilidade nos escalões médios da sociedade açoriana assentou, também, na promoção através dos estudos, designadamente dos universitários. Os intermediários e pequenos lavradores não deixaram de investir nesse campo, pelo que serão, relativamente, numerosos os açorianos com graus de mestre, bacharel e licenciados. Sabia-se que manter um filho nos estudos ficava caro, mas sabia-se, também de sua necessidade. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 675)

Infere-se, portanto, que muitos filhos de pequenos lavradores podem ter tido relações mais próximas com a leitura e a escrita do que seus pais. Ademais, o único homem da amostra a “viver de sua fazenda” é Antônio Egas, sujeito sobre o qual o notário registra ser cristão-velho e habitante de Vila Franca.

Os três liberais que comparecem acusam três ocupações distintas: Gonçalo Aires é um mestre de ensinar gramática, cristão-velho, que reside em Ribeira Grande; Diogo Dias é um “licenciado físico” de Ponta Delgada, também cristão-velho; e João da Silva é um estudante de 22 anos, residente morador da capital e cristão-velho.

Sobre a ocupação *trabalhador*, conforme esclarecido na anterior subseção, é obscuro a que tipo de “trabalho” se refere, havendo nessa categoria um homem assinante e outro não assinante.

Quanto às demais categorias: 1) compõem a categoria dos burocratas que são previsivelmente, pelos seus encargos, todos assinantes, três escrivães, um procurador, um meirinho da ouvidoria e um requerente de uma vila; 2) dos artesãos, há dois alfaiates, dois carpinteiros e dois tecelões assinantes, além de quatro sapateiros (dois assinantes e dois não assinantes) e um tecelão não signatário; 3) Os seis homens do mar²⁰, todos assinantes, por sua vez, são registrados como “mareantes”.

Povo

O grupo Povo, representante das classes menos abastadas entre os três grandes grupos, é o que apresenta o menor percentual de assinantes, 73,6%, sendo composto pelas categorias *pequenos ofícios* e *criados*. É, indubitavelmente, o estrato com o percentual de assinantes mais próximo dos dados de Sartori (2016, p. 206), em que 74,2% dos homens do grupo *povo* eram assinantes. A Tabela 19 discrimina os pequenos ofícios²¹ presentes na amostra de São Miguel:

Tabela 19: Pequenos ofícios – São Miguel

PEQUENOS OFÍCIOS	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Ferreiros	3 (75%)	1 (25%)
Tosadores	2 (66,7%)	1 (33,3%)
Mestres de Obras	2 (100%)	--
Barbeiros	2 (100%)	--
Pescadores	--	1 (100%)
Soldados	--	1 (100%)
Feitores	1 (100%)	--
Rendeiros	1 (100%)	--
Carvoeiros	1 (100%)	--
Bombardeiros	--	1 (100%)
Mestres dos relógios	1 (100%)	--
Total	13 (72,2%)	5 (27,8%)

Verifica-se que nenhuma das onze categorias dispõe de uma quantidade numerosa de testemunhas. Os ferreiros, ocupação de maior recorrência, por exemplo, possui apenas quatro depoentes, além de haver sete profissões que constam na tabela com apenas um depoente.

No tocante às assinaturas, mais da metade das ocupações contém somente indivíduos signatários: mestre de obras e barbeiro com dois assinantes cada; além de feitor, rendeiro, carvoeiro e mestre de relógios com um assinante cada. Em contrapartida, existem duas profissões compostas somente por não signatários (e por uma única testemunha): pescador e

²⁰ A categoria *homens do mar* não inclui pescadores, que são inseridos na categoria *pequenos ofícios* do grupo *povo*.

²¹ A categoria *criados*, conforme explicado na seção anterior, não se enquadra em *pequenos ofícios*.

soldado. Sobre as demais profissões, ferreiro é a que possui o maior número de assinantes (três) tendo o registro de um não signatário, e tosador apresenta dois sujeitos que assinam e um que não soube assinar.

A categoria dos *pequenos ofícios* agrega profissões significativamente heterogêneas, fenômeno atestado não somente pela diversidade de ocupações presentes, mas também por nessa categoria, entre os signatários, haver uma notória diferença na habilidade de registrar as assinaturas. A título de exemplo, as figuras 8 e 9 apresentam, respectivamente, as assinaturas de Domingos Gonçalves, ferreiro de Ponta Delgada com 50 anos de idade, e de Manuel Velho, barbeiro também residente na capital de São Miguel.

Figura 9: Assinatura de Domingos Gonçalves (ferreiro)

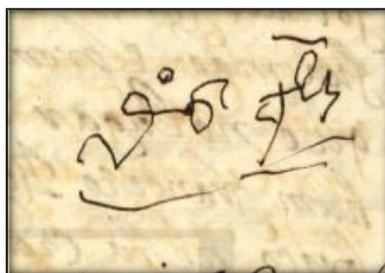


Figura 10: Assinatura de Manuel Velho (barbeiro)



Note-se a diferença entre os depoentes na segurança ao comprimir a pena sobre o fólio, na qual Domingos Gonçalves escreve tremulamente a abreviatura de seu nome, enquanto Manuel Velho registra cursivamente contornos sobre seu nome abreviado.

Desse modo, o resultado dos cálculos de assinaturas, nas palavras de Chartier, são “dados sociais macroscópicos, compostos” (CHARTIER, 2004, p. 114) e devem receber certo olhar crítico: é preciso relativizar os dados quantitativos apresentados, não somente em virtude de a amostra ser numericamente reduzida, mas também por, nessa categoria, os depoentes *assinantes* representarem um grupo de indivíduos com diferentes níveis de afinidade com a atividade tecnológica que é o ato de escrever.

Por fim, a categoria *criados* reúne um complexo e diverso grupo de sujeitos com diferentes graus de subordinação aos seus senhores, podendo “ser alguém com modesto estatuto social e que, pelos seus serviços, tinha o direito de partilhar da proteção de uma ‘casa senhorial’, ou ser alguém que trabalha opressivamente por conta de outrem” (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 192).

O único criado presente na amostra *povo* é André Gonçalves, um jovem de 18 anos que residia em Ponta Delgada, filho de Francisco Mendes (trabalhador) e que soube assinar seu nome ao final do depoimento prestado. Sua condição de signatário pode estar vinculada ao fato de seu senhor, André Gonçalves, ser um escrevão e precisar do auxílio de seu criado, sendo a alfabetização de criados para ampliarem suas funções, de acordo com Marinho dos Santos, um fenômeno recorrente, sendo-lhes ensinado, entre outras coisas, “a ler, a escrever e a cozer” (p. 193).

Finalmente, os homens sem ofício declarado, única categoria do grupo *demais*, constituem uma parcela significativa da amostra: dos 134 homens, 41 não tiveram o registro de sua ocupação, o que percentualmente representa 30,5% do total. Desses homens, apenas três não souberam assinar seu nome, tendo os 38 restantes assinado ao final dos depoimentos. Essa quantidade quase categórica de sujeitos assinantes entre os homens sem ofício declarado se aproxima dos resultados de Sartori (2016, p. 206), em que todos os 51 homens apresentados nessa categoria eram assinantes.

3.3.6.2 Estratos sócio-ocupacionais dos homens de Terceira

Tabela 20: Estratos sócio-ocupacionais dos homens de Terceira

CATEGORIAS	ASSINAM	NÃO ASSINAM
ALTA BURGUESIA		
Mercadores	6 (100%)	--
Total	6 (100%)	0 (0%)
PEQUENA E MÉDIA BURGUESIA		
Artesãos	8 (66,7%)	4 (33,3%)
Burocratas	10 (100%)	--
Médio ou baixo clero	8 (100%)	--
Pequeno lavradores	3 (75%)	1 (25%)
Liberais	3 (100%)	--
Dupla ocupação da pequena e média burguesia	1 (100%)	
Dupla ocupação: pequena e média burguesia + povo	1 (50%)	1 (50%)
Trabalhadores	--	1 (100%)
Capitães	1 (100%)	--
Total	35 (83,3%)	7 (16,7%)

POVO		
Pequenos ofícios	17 (65,3%)	9 (34,7%)
Total	17 (65,5%)	9 (34,7%)
DEMAIS		
Não declarados	19 (73%)	7 (37%)

Em Terceira, o grupo da alta burguesia é constituído de seis depoentes da mesma categoria: mercadores. Na pequena e média burguesia, os 42 depoentes estão distribuídos entre as seguintes categorias: burocratas, médio e baixo clero, artesão, pequeno lavrador, liberal, e trabalhador, emergindo três categorias não constantes na amostra micaelense: pessoas de dupla ocupação da pequena e média burguesia, pessoas de dupla ocupação (pequena e média burguesia e do povo) e capitães. O grupo *povo* congrega 26 testemunhas, todas pertencentes à categoria pequenos ofícios. Dentro dos *demaís*, constam 27 depoentes cuja ocupação não foi declarada.

Alta burguesia

A alta burguesia de Terceira é representada por um pequeno número de testemunhas concentradas na mesma categoria: são seis mercadores assinantes. Assim sendo, reunindo-se os depoentes da alta burguesia de São Miguel e de Terceira, dois fatores são notórios: 1) os mercadores são extensa maioria (no caso da Ilha de Jesus Cristo, todos são mercadores); 2) todos os indivíduos da elite açoriana que compareceram ao Santo Ofício são assinantes. Sobre esse segundo aspecto, Marinho dos Santos postula que a aristocracia açoriana, em especial a terceirense, teve amplo acesso à literatura consumida nas grandes cidades de Portugal Continental, não tardando de circular e produzir livros impressos:

O ponto do surpreendente utensílio que foi a imprensa logrou, também, ter assegurado nos Açores. Nas primeiras décadas do século XVI (pelo menos), nos centros de Angra e de Praia, já havia vendedores de “toalhas e livros”. Muitos dos escritórios, pertencentes a representantes da clerezia e da aristocracia locais, conterão livros, além de documentos vários, destacando-se os títulos sobre literatura clássica, hagiografia, história e jurisprudência. (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 689)

Pequena e média burguesia

O grupo da pequena e média burguesia é marcado pela presença, em ordem decrescente de número de testemunhas, de: 12 artesãos, 10 burocratas, 8 indivíduos do médio/baixo clero, 4 pequenos lavradores, 3 liberais, 1 indivíduo de dupla categoria da pequena/média burguesia, 2 indivíduos de dupla categoria da pequena/média burguesia e do povo, 1 trabalhador e 1 capitão. As duas categorias mais recorrentes, burocratas e médio/baixo clero, são compostas

somente por depoentes assinantes. Assim também ocorre com os liberais, com os indivíduos de dupla categorização e com os capitães. As ocupações que apresentam depoentes não signatários são: artesãos (3 testemunhas), pequenos lavradores e trabalhadores (uma testemunha cada).

Os burocratas, grupo com maior representatividade em Terceira, são compostos por seis escrivãos, dois procuradores e outros dois encargos que não apareceram em São Miguel: um corregedor e um “vreador” (vereador) de Angra. Ademais, é conveniente que a amostra terceirense apresente mais burocratas, haja vista ser essa ilha a sede administrativa do arquipélago, possuindo o maior centro urbano das nove ilhas, sua capital Angra, o que exige maior número de sujeitos vinculados a cargos burocráticos.

Apesar de a quantidade de membros do médio/baixo clero não ser tão expressiva como em São Miguel, dentro da pequena/média burguesia terceirense ela representa quase um quarto das testemunhas (8 de 36 indivíduos). Em Terceira, a organização clerical funcionava de forma ainda mais orgânica e eficiente, em virtude de a arquidiocese de Angra ter controle sobre as decisões da Igreja nas ilhas, sendo o bispo de Angra a instância máxima do clero açoriano. Entretanto, os agentes eclesiásticos do baixo clero, que é o caso de nossa amostra, também concentravam forte poder e influência nas diversas vilas/freguesias terceirenses, atuando, conforme aponta a historiadora Rute Gregório, “permanentemente no terreno social, estando em íntimo contato com a população e sabendo da sua superioridade/imunidade face a outros poderes paroquiais” (GREGÓRIO, 2006, p. 127).

Sobre os liberais terceirenses, categoria a qual reúne três signatários, é peremptório destacar que foi recorrente a emigração desses sujeitos para outras partes do império, motivados pelo anseio de estudarem mais ou de adquirirem maior prestígio social. Logo,

muitos licenciados e estudantes de Terceira desejavam renunciar, ao longo do século XVI, a residência nas ilhas, instalando-se no reino ou nas conquistas. Gaspar Frutuoso cita exemplos vários de conterrâneos que, tendo estudado em Coimbra ou nas universidades estrangeiras, acabaram por servir ao Estado nos continentes europeu, africano e asiático (MARINHO DOS SANTOS, 1988, p. 548).

Dos liberais da amostra, há dois licenciados e um estudante. Os licenciados são Lourenço Tavares de Carvalho, cristão-velho, castelhano e residente em Vila da Praia e Gonçalo Pires, cristão-velho morador de Angra. Quanto ao estudante, trata-se de Pero de Lima, jovem de 23 anos residente na Ilha de Faial.

A categoria artesãos é composta por um carpinteiro assinante, quatro sapateiros (três assinantes e um não assinantes) e cinco alfaiates, dos quais três são signatários e dois não são signatários. Dentro dessa categoria, há também um tecelão – Bastião Mendes, residente em Altares, que não sabe assinar seu nome – e um tanoeiro – Pero do Vale, morador de Vila da praia, que assina seu depoimento –. Os artesãos são a categoria com maior quantidade numérica de depoentes não assinantes, tendo 4 dos 12 depoentes sem saber assinar seu nome.

O sujeito de dupla categorização da pequena e média burguesia é João Luís Homem, cristão-velho que morava em Vila da Praia, que exercia concomitantemente as funções sociais de licenciado físico e vigário e sabia assinar seu nome. Por sua vez, as duas testemunhas que possuem ocupação da pequena e média burguesia e uma do povo são: Vicente (sobrenome não registrado), um português de 16 anos, morador de Vila da Praia, que era alfaiate e soldado e que assinou ao final do depoimento; e Bertholomeu da Fonseca, homem castelhano de 40 anos, residente em Angra, que era barbeiro e cirurgião do Hospital de Angra, que não foi capaz de registrar o seu nome. Esse acúmulo de ocupações distintas, como é o caso dessas testemunhas, é percebido na análise das fontes inquisitoriais ultramarinas feita por Siqueira (1978), na qual a autora atribui esse fenômeno à quantidade reduzida de habitantes nos domínios portugueses:

a rarefação demográfica foi a responsável pela bivalência e até polivalência funcional. Aparecem referidos nos papéis da Inquisição: pedreiros que eram ao mesmo tempo caldeiros; carpinteiros-marceneiros; caldeiros-donos de curral; torneiros-lavradores; couteiros-mercadores; alfaiates-lavradores (...). (SIQUEIRA, 1978, p.78-9).

Comparecem em Terceira menos pequenos lavradores do que em São Miguel. Dessa ocupação, três homens souberam assinar e um não soube. Entre as categorias em que consta somente um depoente, há um trabalhador não assinante, Lançarote Álvares, cristão-velho que reside em Altares; e um capitão assinante, Manuel Fernandes Cabral, cristão-velho que reside na Ilha de Faial.

Povo

A Tabela 21 abaixo explicita as ocupações constantes na categoria *pequenos ofícios* na Ilha Terceira e a quantidade de assinantes e não assinantes em cada profissão:

Tabela 21: Pequenos ofícios – Terceira

PEQUENOS OFÍCIOS	ASSINAM	NÃO ASSINAM
Soldados	9 (60%)	6 (40%)
Pedreiros	2 (100%)	--
Sombreireiros	1 (50%)	1 (50%)
Pescadores	--	1 (100%)
Obreiros	--	1 (100%)
Tanoeiros	1 (100%)	--
Camareiros	1 (100%)	--
Confeiteiros	1 (100%)	--
Pintores	1 (100%)	--
Caixeiros	1 (100%)	--
Total – Pequenos ofícios	17	9

É visível em Terceira a numerosa presença de soldados dentro dos pequenos ofícios: 15 dos 26 depoentes exercem essa profissão. Os demais ofícios possuem uma quantidade acentuadamente reduzida, havendo sete dos dez ofícios com apenas uma única testemunha. Além disso, as profissões pedreiro e sombreireiro possuem, cada uma, dois depoentes.

Em comparação aos dados de São Miguel, em que as 18 testemunhas com pequenos ofícios representam 13,4% do total de homens, a ilha Terceira possui um maior número de testemunhas dentro dessa categoria: 26, representando 26% do total de 100 homens apresentados.

No tocante às assinaturas, o grupo *povo*, entre os três estratos sociais analisados, é o que tem o menor percentual de assinantes: 65,3%, resultado próximo ao do São Miguel, em que 73,6% dos homens dessa classe social eram signatários. Os soldados apresentam o maior número de testemunhas assinantes (nove) e o de não assinantes (seis). Além disso, entre os sombreireiros, há um assinante e um não assinante. As profissões tanoeiro, camareiro, confeiteiro, pintor e caixeiro registram, cada uma, um sujeito assinante, enquanto o único pescador e o único obreiro da amostra não sabem assinar seus nomes.

A presença numerosa dos soldados em Terceira, conforme evidenciado na subseção *residência dos depoentes*, é explicada pelo processo de militarização promovida pela Coroa Espanhola, quando da União Ibérica, temendo invasões estrangeiras. Assim sendo, e sabendo-se que “o corso, a pirataria e até a guerra pertencem, desde o século XVI, ao quotidiano dos ilhéus, dada a participação do arquipélago na partilha do Além-Mar” (MENESES, 2009, p. 209), a presença de soldados espanhóis tornou-se cada vez mais presente, sendo atestada em nossa amostra: 13 dos 15 soldados que compareceram são espanhóis. Além disso, os 6 soldados

que não souberam assinar seu nome eram todos espanhóis, enquanto 7 dos 9 que souberam assinar também eram imigrantes da Espanha.

Por fim, no que concerne aos indivíduos cujo ofício não foi declarado, alguns pontos devem ser colocados: 1) a categoria representa pouco mais de um quarto do total de homens terceirenses (26%); 2) há uma razoável quantidade de testemunhas não assinantes (7 pessoas – 37% da categoria), sendo numericamente maior, por exemplo, do que os não signatários da pequena e média burguesia; 3) comparando-se com os “não declarados” de São Miguel, Terceira apresenta um percentual consideravelmente menor de assinantes: enquanto 92,6% da amostra micaelense dos “não declarados” são depoentes assinantes, apenas 73% das testemunhas sem ofício declarado de Terceira souberam assinar.

3.3.6.3 Estratos sócio-ocupacionais das mulheres de São Miguel e de Terceira

Houve, nas visitas aos Açores, notória diferença no recolhimento das informações pessoais entre os homens e as mulheres. Dentro de tais distinções, destaca-se a total negligência do notário em registrar o estado civil dos homens, impossibilitando saber, na grande maioria dos casos, se se trata de um homem solteiro, casado ou viúvo²², além de não haver registro da ocupação de seus pais. No caso das mulheres, todas as depoentes tiveram seu estado civil registrado e, no caso das casadas/viúvas, os nomes de seus maridos também foram transcritos. Entre as mulheres casadas/viúvas, existe uma quantidade razoável de testemunhas cuja ocupação do marido foi revelada, assim como, em muitos casos, os notários transcreveram a ocupação dos pais. A ocupação do marido e/ou do pai situa em que estrato social a depoente se encontra, sendo assim de extremo valor analisar a distribuição dessas mulheres entre categorias socioeconômicas.

As mulheres que tiveram a ocupação dos maridos registrada não tiveram registro da ocupação de seus pais e vice-versa: das mais novas, ainda solteiras, informava-se somente a profissão de seu pai, enquanto as mulheres casadas/viúvas tinham registro apenas da profissão de seu marido. É importante reforçar, contudo, que além das mulheres cujo ofício do pai/marido foi registrado, há uma razoável parcela de testemunhas que em seus depoimentos não constam a ocupação nem marido e nem do pai, não fazendo parte estratificação proposta nessa subseção. Em São Miguel, das 165 mulheres que se apresentam à mesa, 94 (56,9%) têm o ofício do pai ou do marido registrado, ao passo que em Terceira, das 84 depoentes, 48 (57,1%) também têm

²² Em alguns casos, as esposas dos homens que iam depor também se confessavam ou denunciavam, possibilitando saber o estado civil desses homens. Porém, a quantidade de casais depoentes é ínfima.

esse registro. Portanto, note-se que, apesar de a análise dos estratos sociais das mulheres abarcar mais da metade das depoentes micalenses e terceirenses, há em cada ilha uma razoável quantidade de mulheres (acima de 40%) que não participam dessa amostra.

Para a distribuição das mulheres em diferentes estratos sociais a partir das ocupações de seus maridos/pais, utilizaram-se como parâmetro, assim como foi na amostra dos homens, as categorias elaboradas por Sônia Siqueira (1978, p. 73-79). Para a presente subseção, além das alterações explicitadas no estrato sócio-ocupacional dos homens, duas alterações foram feitas: 1) o acréscimo da ocupação “cirurgião” em pequena e média burguesia; 2) o acréscimo de novas ocupações na categoria “pequenos ofícios”: bombardeiro, moleiro, pesador de pastel e carreiro.

Estratos sociais das micalenses

Para melhor apreciação dos estratos sociais das mulheres a partir da ocupação dos seus pais/maridos, separaram-se as mulheres micalenses das terceirenses, sendo analisadas separadamente (por ilha). Além da ocupação do pai/marido, outras informações também serão explicitadas: o estado civil (solteira, casada ou viúva), a residência e se elas sabem ou não assinar seu nome. Os Quadros 4, 5 e 6 expõem, respectivamente, as mulheres micalenses pertencentes à alta burguesia, à pequena e média burguesia e ao estrato povo (representado por “pequenos ofícios”):

Quadro 4: Lista das mulheres micalenses da alta burguesia

Nome	Estado Civil	Residência	Ocupação do pai/marido	Ela assina?
Ana Fernandes	Viúva	Ponta Delgada	Mercador (marido)	NÃO
Antonia de Benevides	Solteira	Mosteiros	Mercador (pai)	NÃO
Brites de Aguiar	Casada	Vila Franca	Mercador (marido)	SIM
Brites Marques	Solteira	Ponta Delgada	Mercador (pai)	NÃO
Estatra de Sousa	Casada	Ponta Delgada	Mercador (marido)	NÃO
Inês Marques	Solteira	Ponta Delgada	Mercador (pai)	NÃO
Isabel da Costa	Casada	Ponta Delgada	Mercador (marido)	SIM
Isabel de Fragoa	Casada	Vila Franca	Mercador (marido)	NÃO
Isabel Fernandes	Viúva	Ponta Delgada	Mercador (marido)	NÃO
Jerônima Rodrigues	Casada	Ponta Delgada	Mercador (marido)	NÃO
Lianor de Sousa	Viúva	Não declarada	Oficial da Fazenda “del Rey” (marido)	NÃO
Lianor Lopes	Viúva	Ponta Delgada	Mercador (marido)	NÃO
Maria Marques	Solteira	Ponta Delgada	Mercador (pai)	NÃO
Vitória (sem sobrenome)	Casada	Vila Franca	Mercador (marido)	NÃO

Quadro 5: Lista das mulheres micaelenses da pequena e média burguesia

Nome	Estado Civil	Residência	Ocupação do pai/marido	Ela assina?
Agda Freire	Solteira	Vila Franca	Artesão (pai)	NÃO
Ana Cabral	Casada	Ribeira Grande	Mestre que ensina gramática (marido)	SIM
Ana de Sousa	Viúva	São Roque	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Ana de Souza	Casada	São Roque	Vive de sua fazenda (marido)	NÃO
Ana Fernandes	Casada	Vila Franca	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Ana Palmeira	Casada	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Ana Rodrigues	Casada	Ponta Delgada	Homem do mar (marido)	NÃO
Anna Marques	Casada	Ponta Delgada	Licenciado (marido)	NÃO
Anna Pires	Viúva	Ponta Delgada	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Anna Rodrigues	Casada	Ribeira Grande	Artesão (marido)	NÃO
Bárbara Teixeira	Casada	Relva	Trabalhador (marido)	NÃO
Brazia Carreira	Casada	Ponta Delgada	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Briatiz Balieira	Casada	Ponta Delgada	Trabalhador (marido)	NÃO
Briatiz de Sousa	Casada	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Briatriz Rodrigues	Viúva	Relva	Trabalhador (marido)	NÃO
Brites de São João	Solteira	Ponta Delgada	Licenciado (pai)	NÃO
Brites Pires	Viúva	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Catherina Alvares	Casada	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Catherina da Ponte	Casada	Vila Franca	Artesão (marido)	NÃO
Catherina de Moranha	Casada	Ponta Delgada	Meirinho (burocrata) - (marido)	NÃO
Catherina Dias	Casada	Ribeira Grande	Artesão (marido)	NÃO
Catherina Fernandes	Casada	Ponta Delgada	Homem do mar (marido)	NÃO
Catherina Gonçalves	Casada	Ponta Delgada	Trabalhador (marido)	NÃO
Domingas Gonçalves	Casada	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Felipa da Fonte	Solteira	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (pai)	NÃO
Francisca (sem sobrenome)	Viúva	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Francisca (sem sobrenome)	Casada	Mosteiros	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Francisca Fernandes	Casada	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Gracia Fernandes	Solteira	Ponta Delgada	Trabalhador (pai)	NÃO
Guiomar Fernandes	Casada	Ponta Delgada	Escrivão (burocrata) - (marido)	NÃO
Helena Soares	Casada	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Hipólita das Cortes	Casada	São Roque	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Isabel Alvares	Solteira	Ponta Delgada	Artesão (pai)	NÃO
Isabel Cabeceiras	Casada	Santo António	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Isabel Costa	Solteira	Ponta Delgada	Meirinho (burocrata) - (pai)	NÃO
Isabel de Benevides	Casada	Ponta Delgada	Escrivão (burocrata) - (marido)	NÃO
Isabel Dias	Casada	Vila Franca	Artesão (marido)	NÃO
Isabel Dias	Casada	Ponta Delgada	Licenciado (marido)	NÃO
Isabel Nabais	Casada	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (marido)	NÃO

Isabel Travassos	Casada	Relva	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Isabel Vaz	Casada	Ribeira Grande	Contador (burocrata) - (marido)	NÃO
Luqueza Cabral	Casada	Ponta Delgada	Meirinho (burocrata) - (marido)	NÃO
Margarida Álvares	Casada	Relva	Trabalhador (marido)	NÃO
Margarida Cabral	Casada	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Margarida Monteiro	Casada	Ponta Delgada	Escrivão (burocrata) - (marido)	NÃO
Maria Álvares	Casada	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Maria Correa	Viúva	Vila Franca	Artesão (marido)	NÃO
Maria da Carnação	Solteira	Ponta Delgada	Licenciado (pai)	NÃO
Maria da Fonte	Solteira	Ribeira Grande	Pequeno lavrador (pai)	NÃO
Maria da Silva	Casada	Ponta Delgada	Homem do mar (marido)	NÃO
Maria de Almeida	Viúva	Relva	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Maria Dias	Casada	Ribeira Grande	Trabalhador (marido)	NÃO
Maria Dias	Casada	Ribeira Grande	Artesão (marido)	NÃO
Maria Fernandes	Casada	Ponta Delgada	Artesão (marido)	NÃO
Maria Jorge	Casada	Vila Franca	Homem do mar (marido)	NÃO
Maria Martins	Casada	Ponta Delgada	Trabalhador (marido)	NÃO
Mônica Dias	Viúva	Ponta Delgada	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Pelonia Francisca	Solteira	Ponta Delgada	Artesão (pai)	NÃO
Senhorinha Brae	Casada	Ponta Delgada	Trabalhador (marido)	NÃO
Suzana Branda	Solteira	Ponta Delgada	Pequeno lavrador (pai)	NÃO
Suzana Gonçalves	Viúva	Ponta Delgada	Escrivão (burocrata) - (marido)	NÃO
Victoria Paz	Solteira	Ribeira Grande	Artesão (pai)	NÃO

Quadro 6: Lista das mulheres micaelenses da categoria “povo” (pequenos ofícios)

Nome	Estado Civil	Residência	Ocupação do pai/ marido	Ela assina?
Anna Barbosa	Solteira	Ponta Delgada	Ferrador (pai)	SIM
Brazia Rodrigues	Casada	Ribeira Grande	Pescador (marido)	NÃO
Briatiz Pereira	Solteira	Ponta Delgada	Porteiro (pai)	NÃO
Briatriz Coelho	Casada	São Pedro	Ferrador (marido)	NÃO
Catherina Aranha	Solteira	Ponta Delgada	Ferrador (pai)	SIM
Catherina Pires	Viúva	Ponta Delgada	Pescador (marido)	NÃO
Constança Rodrigues	Solteira	Ribeira Grande	Pescador (pai)	NÃO
Francisca de Borba	Casada	Ponta Delgada	Pintor (marido)	NÃO
Geneza Gonçalves	Viúva	Ponta Delgada	Porteiro (marido)	NÃO
Ilena Gonçalves	Casada	Ponta Delgada	Feitor (marido)	NÃO
Isabel Fernandes	Viúva	Ponta Delgada	Pedreiro (marido)	NÃO
Lianor Martins	Casada	São Pedro	Pesador de Pastel (marido)	NÃO
Maria de Caxadas	Casada	Ponta Delgada	Mestre de Obras (marido)	NÃO
Maria Fernandes	Casada	Vila Franca	Tanoeiro (marido)	NÃO
Maria Luis	Casada	Vila Franca	Carreiro (marido)	NÃO
Maria Ribeira	Casada	Ponta Delgada	Soldado (marido)	NÃO
Paula Ferreira	Casada	Ribeira Grande	Feitor (marido)	SIM
Tiribra Ribeira	Casada	Vila Franca	Moleiro (marido)	NÃO

Sobre as mulheres de São Miguel cujo marido teve sua ocupação registrada, algumas considerações são pertinentes: 1) é necessário reforçar que as Tabelas 3, 4 e 5 não representam todas as micaelenses da amostra: das 165 mulheres, 71 não tiveram registro da ocupação do pai, nem do marido; 2) a quantidade de mulheres assinantes é ínfima: das 92, apenas 6 escrevem seu nome; 3) nenhuma mulher que se apresentou como viúva era signatária: as assinantes são solteiras ou casadas; 4) em todos os estratos socioeconômicos há a presença de mulheres assinantes, desde Paula Ferreira, mulher de um feitor, até Brites de Aguiar e Isabel da Costa, casadas com mercadores. Quantitativamente, há duas assinantes na alta burguesia, uma na pequena e média burguesia e o estrato com maior número de assinantes (três) é, curiosamente, o de menor prestígio: o povo; 5) a única mulher assinante da pequena e média burguesia, Ana Cabral, é esposa de um “mestre que ensina gramática”, sendo esse certamente o motivo de a depoente saber assinar. Além disso, o marido dela, Gonçalo Aires, apresenta-se também à mesa do Santo Ofício. Nenhum dos dois depoimentos apresentam informações relevantes sobre a relação deles com o universo da escrita; 6) a única mulher assinante da categoria Povo, Paula Ferreira, é casada com um feitor, havendo outra mulher também casada com feitor, Ilena Gonçalves, mas que não soube assinar.

Comparando-se com os resultados de Sartori (2016, p. 206), apesar de em Itamaracá, Pernambuco e Paraíba haver uma presença sensivelmente menor de mulheres, há também, tanto na grande burguesia quanto na pequena e média burguesia, a presença de mulheres assinantes: uma das três pertencentes à grande burguesia e 3 das 39 da pequena e média burguesia assinam seu nome. O estrato povo, no entanto, enquanto em São Miguel registram-se três mulheres assinantes, nenhuma das dez mulheres constantes na amostra de Sartori (2016, p. 206) são signatárias.

Note-se também que há quatro micaelenses casadas com escritvãs, duas casadas com licenciados e duas filhas de licenciados, todas não assinantes. Apesar de terem consigo, no âmbito doméstico, a convivência com profissionais liberais ou burocratas, tais mulheres não souberam registrar o seu nome. Em contraste, alguns homens de classes menos privilegiadas e de ocupações distantes do uso da escrita, como se verá mais adiante na subseção 3.3.6 *Estratos socio-ocupacionais*, souberam assinar o seu nome, a exemplo de André Mendes, um filho de pedreiro que auxilia seu pai nas obras, que é assinante. Porém, é necessário reforçar, como se viu, que a incapacidade de assinar não necessariamente as coloca à margem da faculdade das letras: é possível que elas soubessem ler e não soubessem escrever.

Ademais, a desatenção dos notários no registro (ou não registro) das ocupações dos pais/maridos das micalenses limita o alcance da nossa análise especialmente sobre as signatárias: das quinze mulheres assinantes de São Miguel, em nove não se registram as profissões dos pais nem dos maridos. Sobre essas nove assinantes, os notários registraram, além da condição religiosa (todas cristãs-velhas) somente a cidade/vila em que residem, sua idade e seu estado civil (no caso das casadas, escreveu-se apenas o nome do marido), apresentados no quadro a seguir:

Quadro 7: Demais mulheres micalenses assinantes

Nome	Residência	Idade	Estado civil
Maria da Costa	Ponta Delgada	Não registrada	Casada c/ Manuel Cabral
Suzana Cabral	Vila Franca	30 anos	Casada c/ Pero da Ponte
Maria Álvares	Ponta Delgada	40 anos	Solteira
Maria Fernandes	Ponta Delgada	26 anos	Solteira
Merenciana de Macedo	Ponta Delgada	22 anos	Solteira
Bárbara de Melo	Relva	17 anos	Solteira
Victória Pereira	Ponta Delgada	27 anos	Solteira
Isabel Pereira	Ponta Delgada	Não registrada	Casada c/ Balthesar de Castro
Lianor Carvalha	Ribeira Grande	40 anos	Casada c/ Lopo Dias

Entre as mulheres assinantes sem registro da ocupação dos pais/maridos, nota-se uma predominância de residentes em Ponta Delgada e de faixa etária entre vinte e quarenta anos, havendo cinco mulheres solteiras e quatro casadas. Em seus depoimentos, não se registra nenhuma circunstância que acuse certa familiaridade delas com o universo das letras (leitura de cartas, livros proibidos etc.). Dê-se destaque, outrossim, a Barbara de Melo, jovem com menos de 20 anos, residente em Relva, que sabe assinar seu próprio nome.

Ao fim e ao cabo, em São Miguel, houve o registro de duas mulheres solteiras com ocupação própria: Ana Rodrigues, tecedeira residente em Ponta Delgada e Violante de Abreu, padeira, que também residiu na capital de São Miguel. Ambas não souberam assinar o próprio nome.

Estratos sociais das terceirenses

Vejam-se, agora, os Quadros 8, 9 e 10 que apresentam, respectivamente, mulheres terceirenses da alta burguesia, da pequena e média burguesia e do povo (pequenos ofícios):

Quadro 8: Ocupação dos maridos das terceirenses da alta burguesia

Nome	Estado Civil	Residência	Ocupação do pai/marido	Ela assina?
Brizida Pires	Casada	Angra	Mercador (marido)	NÃO
Catherina Rodrigues	Casada	Vila da Praia	Mercador (marido)	NÃO
Cezília Machada	Casada	Angra	Mercador (marido)	NÃO
Margarida Nunes	Casada	Angra	Mercador (marido)	NÃO
Maria Gaspar	Casada	Angra	Mercador (marido)	NÃO

Quadro 9: Ocupação dos maridos das terceirenses da pequena e média burguesia

Nome	Estado Civil	Residência	Ocupação do pai/marido	Ela assina?
Ana Fernandes	Casada	Angra	Artesão (marido)	SIM
Antonia Bras	Casada	Vila da Praia	Artesão (marido)	NÃO
Antonia Luis	Viúva	Angra	Escrivão (marido)	NÃO
Barbara Rodrigues	Solteira	Angra	Trabalhador (pai)	NÃO
Briatiz Oliveira	Casada	Angra	Artesão (marido)	NÃO
Briolanja Dias	Casada	Angra	Homem do mar (marido)	NÃO
Brites Mendes	Casada	Angra	Boticário (marido)	SIM
Catherina da Ponte	Solteira	Angra	Cirurgião (pai)	NÃO
Catherina Gonçalves	Casada	Angra	Artesão (marido)	NÃO
Domingas Dias	Casada	Vila da Praia	Artesão (marido)	NÃO
Francisca (sem sobrenome)	Viúva	Angra	Artesão (marido)	NÃO
Ilaria Pimentel	Casada	Angra	Vereador (marido)	SIM
Ines Rodrigues	Casada	Vila da Praia	Artesão (marido)	NÃO
Isabel Bras	Casada	Altares	Artesão (marido)	NÃO
Isabel Gonçalves	Casada	Angra	Trabalhador (marido)	NÃO
Isabel Martins	Casada	Angra	Trabalhador (marido)	NÃO
Isabel Mendes	Viúva	Angra	Homem do mar (marido)	NÃO
Leonor Pinta	Viúva	Angra	Cirurgião (marido)	NÃO
Lianor Fernandes	Casada	Angra	Artesão (marido)	NÃO
Luzia Destrada	Casada	Angra	Artesão (marido)	SIM
Margarida Gonçalves	Casada	Angra	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Maria Antunes	Casada	Angra	Artesão (marido)	NÃO
Maria Fernandes	Viúva	Angra	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Maria Gonçalves	Casada	Água Alva	Carpinteiro (marido)	NÃO
Maria Machada	Casada	Angra	Capitão (marido)	NÃO
Maria Rodrigues	Casada	Água Alva	Pequeno lavrador (marido)	NÃO
Mônica Fernandes	Casada	Angra	Vereador (marido)	NÃO

Quadro 10: Ocupação dos maridos das terceirenses da categoria povo (pequenos ofícios)

Nome	Estado Civil	Residência	Ocupação do pai/marido	Ela assina?
Antonia Vaz	Casada	Angra	Soldado (marido)	NÃO
Barbara (moça)	Solteira	Vila da Praia	Pescador (pai)	NÃO
Barbara Fernandes	Casada	Angra	Soldado (marido)	NÃO
Catherina Alvares	Solteira	Angra	Pintor (pai)	SIM
Catherina Dias	Casada	Angra	Tozador (marido)	NÃO
Catherina Fernandes	Casada	Angra	Pedreiro (marido)	NÃO
Catherina Rodrigues	Viúva	Angra	Pescador (marido)	NÃO
Catherina Tome	Casada	Vila da Praia	Bombardeiro (marido)	NÃO

Francisca Dias	Casada	Angra	Pescador (marido)	NÃO
Francisca Favacho	Solteira	Angra	Pescador (pai)	NÃO
Isabel Carrilha	Viúva	Angra	Caixeiro (marido)	NÃO
Isabel Ribeira	Viúva	Vila da Praia	Porteiro (marido)	NÃO
Lianor Dias	Casada	Angra	Tineireiro (marido)	NÃO
Maria Alvares	Solteira	Vila da Praia	Pescador (pai)	NÃO
Maria Alvares	Casada	Angra	Caixeiro (marido)	NÃO
Maria Dias	Casada	Vila da Praia	Pescador (marido)	NÃO

Sobre esses dados, observe-se que, diferentemente da amostra das micaelenses, não há mulheres terceirenses da alta burguesia assinantes, enquanto há a presença de quatro mulheres assinantes na pequena e média burguesia e uma na categoria povo. Outra diferença está no fato de todas as signatárias de Terceira residirem na capital Angra, enquanto em São Miguel somente a metade das assinantes vivia na capital (Ponta Delgada). Além disso, em Terceira, não aparecem profissões liberais como licenciados e só há uma mulher casada com escrivão (burocrata), a qual não soube assinar seu nome. Entre as mulheres de pequena e média burguesia, há mais mulheres assinantes do que em São Miguel, sendo as ocupações dos pais/maridos visivelmente heterogêneas: dois artesãos (um ourives e um sapateiro), um boticário e um vereador. No tocante à categoria povo, registra-se apenas uma mulher assinante, Catherina Álvares, filha de um pintor.

Todavia, há algumas aproximações entre a amostra micaelense e a terceirenses: a quantidade de mulheres assinantes é igualmente pequena na Ilha de Jesus Cristo: apenas 5 das 48 mulheres cujas ocupações dos pais/maridos foram registradas escreveram seus nomes. Além disso, também em Terceira, todas as mulheres que se declararam viúvas não souberam assinar seu nome.

Outrossim, é nítido que houve ainda maior negligência do notário em anotar a ocupação dos pais das terceirenses, havendo registro para apenas 6 mulheres de um total de 84 que se apresentaram à mesa – em São Miguel, 19 mulheres (mais que o triplo) tiveram registrada a ocupação de seus pais. Sobre essas seis terceirenses, nota-se que não houve nenhuma cujo pai pertencesse à alta burguesia e as duas pertencentes à pequena e média burguesia não souberam assinar. Posto isso, entre as seis, a única mulher assinante é Catherina Álvares, jovem de 22 anos, que é filha de pintor e reside em Angra. As demais da categoria povo – todas não signatárias – são filhas de pescadores.

Em Terceira, como em São Miguel, os notários não registraram a ocupação do marido ou do pai de todas as mulheres assinantes da amostra: das doze terceirenses que assinam, apenas 5 têm esse registro, ficando 7 sem ele. Sobre essas sete, os notários colhem poucos dados

sociológicos, sendo mais negligentes do que em São Miguel: comparecem Ilária Pimentel, tendo como únicas informações pessoais ser residente em Angra e ser cristã-velha; Dona Isabel, de quem se sabe somente que era cristã-velha, vivia Angra e tinha 50 anos; e Margarida Valadão, sobre a qual o notário escreveu apenas que, além de ser cristã-velha, morava em São Roque (Terceira). As outras quatro restantes eram beatas, registrando-se apenas que eram cristãs-velhas e residiam em Angra: Antônia de São João, Margarida de São Bras, Madre Antônia de São João e Brianda de Santa Clara.

Além das 4 referidas beatas, apresentaram-se ao Santo Ofício em Terceira também outras três beatas, que não souberam assinar: Madre Maria de Santa Clara, Violante dos Anjos e Ana Dias. Sobre essa última, escreve o notário que, além de beata, era “mestra que ensinava meninas”. Apesar de a beata não saber escrever seu nome, a ocupação “mestra” pode corresponder a inúmeras funções, algumas, por sinal, vinculadas à leitura e não à escrita, como postula Marquilhas:

A raiz desta constante estava na própria educação feminina, que não incluía, à partida, a transmissão da capacidade da escrita: Rafael Bluteau dizia no *Vocabulario Portuguez, e Latino* que o conceito de *Mestra* era o de *Mulher que ensina meninas a ler, cozer, etc.*, sem referência explícita ao ensino da escrita; e, com efeito, entre as mulheres que prestam depoimento ao Santo Ofício português, figura mesmo uma mestra de meninas que não assina no final, *por não saber escrever* (MARQUILHAS, 2000, p. 118)

Finalmente, ainda sobre as mulheres que tiveram sua ocupação registrada, houve em Terceira duas mulheres negras, já referidas na subseção *Etnia*, que foram escravizadas: Catherina Furtada e Isabel. Ambas as mulheres não souberam assinar seu nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mensurar em que medida a escrita se difundiu em uma sociedade, ou melhor, analisar o grau de penetração do universo das letras sobre um corpo social em um período pré-censitário, só pôde ser possível tendo como suporte, na presente dissertação, as diversas documentações inquisitoriais que o Santo Ofício à história legou.

Assim sendo, objetivou-se nesse trabalho contribuir com o propósito do Subcampo 2 do Programa HISCULTE, *Leitura e escrita aos olhos da inquisição*, ao lançar mão de uma análise quantitativa/qualitativa, com base nos *Livros de Visitação*, sobre a difusão social da escrita no arquipélago dos Açores em quinhentos, de modo a ser a primeira análise do HISCULTE a não ter como recorte o Brasil, sendo também o primeiro trabalho, até onde se tem notícia, sobre a história da alfabetização dos Açores no Antigo Regime. A presente dissertação, portanto, vem somar à investigação do Subcampo 2 sobre os níveis de alfabetismo do Império português, tendo os estudos anteriores analisado a primeira e a segunda visita da Inquisição ao Brasil²³.

Diferentemente da primeira passagem do Santo Ofício no Brasil, cujo recolhimento dos dados sociológicos pelos notários foi marcado por um rigoroso detalhamento, os notários Cosme Antônio e Manuel Marinho, responsáveis pelo registro das visitas do SO aos Açores, deixaram a desejar nesse detalhamento, como pôde ser visto especialmente na coleta de informações referentes à naturalidade, à idade (no caso do Cosme Antônio), ao estado civil (no caso dos homens) e aos estratos sócio-ocupacionais. Desse modo, desenvolveu-se a descrição dos dados tendo como inspiração a conhecida máxima laboviana de “fazer bom uso dos maus dados”, desenvolvendo algumas inferências com base na História Social dos Açores e, em certos momentos, comparando tais resultados com os dados levantados sobre a visita ao Brasil no século XVI e sobre Portugal no século XVII. Outrossim, é notória a grande semelhança dos depoentes em seu perfil sociológico, especialmente nas categorias *etnia* e *condição religiosa*: a maioria expressiva são brancos e cristãos-velhos.

A análise das fontes inquisitoriais açorianas revelou, incontestavelmente, preciosos dados sobre a porção insular do Império Português, a exemplo da expressiva quantidade de testemunhas que se dispõem a depor nos Açores em quinhentos, 483 depoentes, que é numericamente maior do que a amostra analisada por Lobo e Oliveira (2013) de 354

²³ Conforme mencionado no Capítulo 1, as fontes inquisitoriais da primeira visita referentes a Salvador foram analisadas por Lobo e Oliveira (2013), as referentes a Itamaracá Pernambuco e Paraíba foram analisadas na tese de doutoramento de Sartori (2016) e a segunda visita (à Salvador) foi analisada por Lobo, Sartori e Soares (2016)

testemunhas e do que a amostra de Sartori (2016) de 348 testemunhas. Chama a atenção, ainda, a numerosa quantidade de mulheres que se apresentam ao Santo Ofício, sendo a única amostra do cômputo de assinaturas de fontes inquisitoriais em que mais da metade das testemunhas é composta por mulheres.

Além disso, há importantes elementos da amostra que marcadamente representam o contexto açoriano de finais de quinhentos, como a considerável presença de soldados – principalmente em Terceira – explicada pelo contexto de militarização das ilhas a partir da União Ibérica; a ínfima presença de depoentes cristãos-novos, fruto do forte antissemitismo que se alastrou nos Açores; a presença quase categórica (99,5%) de testemunhas brancas (por inferência), além de outros elementos que compõem um retrato das relações sociais e políticas que circunscrevem os açorianos e açorianas da segunda metade do século XVI.

Quanto ao cômputo de assinaturas, de modo geral, os resultados pouco diferem das amostras de Lobo e Oliveira (2013), Sartori (2016) e Marquilhas (2000), a exemplo de: 1) a maioria dos homens da amostra assina, enquanto a maioria das mulheres não sabe assinar seu nome; 2) há uma quantidade maior de homens mais jovens assinantes do que de homens mais velhos assinantes, sintoma da crescente difusão social da escrita pelo Antigo Regime; 3) os estratos sociais dos homens de menor prestígio concentram a maior quantidade de não signatários, enquanto na alta burguesia eles são representados categoricamente por signatários.

Por fim, ainda se pretende, partindo desse trabalho, ampliar a análise do cômputo de assinaturas das fontes inquisitoriais açorianas: a presente dissertação reclama um estudo de toda documentação do Santo Ofício nas ilhas do Atlântico, de modo a incluir o arquipélago da Madeira e os documentos da terceira visitação (ocorrida no século XVII), para além da necessidade oportunizar uma análise ainda mais qualitativa, a partir do estudo da morfologia das assinaturas constantes nos livros de visita o.

Portanto, o fim dessa disserta o não representa o final das investiga es sobre a história alfabetiza o nos Açores. Pelo contrário: representa o despertar para um estudo ainda mais intenso e consistente sobre a difusão social da escrita nas ilhas do Atlântico no Antigo Regime.

REFERÊNCIAS

- ANTT, 2005. Atualização diária. Disponível em: <<http://antt.dgarq.gov.pt/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- BARROS, José d'Assunção. *A história cultural e a contribuição de Roger Chartier*. Diálogos, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Vol 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- BRITO, Raquel Soeiro de. *A Ilha de São Miguel: estudo geográfico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1955.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*; trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP. 1992.
- _____. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.
- CASTILLO GÓMEZ, A; SÁEZ, C. *La eliminación de lo "social". A propósito del concepto y destino de la paleografía*. *Scrittura e Civiltà*, 23 (1999), p. 439-443.
- _____. *Paleografía e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito*. In: TERRERO, Angel Riesco. (Org.). *Introducción a la paleografía y la diplomática general*. 2. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 1994. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/10017/6784/Paleografia%20Historia.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 fev. 2018.
- _____. *Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita*. *SIGNO – Revista de Historia de la Cultura Escrita*. Universidad de Alcalá de Henares, 1994.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, janeiro/junho, p. 94-124.
- CHARTIER, Roger. *As práticas da escrita*. In: ARIÈS, Philippe / CHARTIER, Roger (orgs.), *História da vida privada. Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Os desafios da escrita*; trad. de Fulvia Moretto. São Paulo: Editora UNESP. 2002.
- COSTA. Carreiro da. *Etnografia da Cidade II. Ponta Delgada e a sua formação topográfica*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. vol. II, 2-3: 419-423., 1946.
- COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza. *Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

FRUTUOSO, Gaspar. *Livro primeiro das saudades da Terra*. New Westminster, BC: SeaLegacy Publishing, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

GREGÓRIO, Rute Dias. *Terra e fortuna nos primórdios da Ilha Terceira (1450-1550)*. Ponta Delgada: Repositório da Universidade dos Açores/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE (1985).

LEITE, Antonieta Reis. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório. In: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia; MIRAND Susana Münch. Property rights, land and territory in the European overseas empires. Lisboa: CEHC – ISCTE, 2014.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetização na Bahia em finais de quinhentos. In: ÁLVAREZ, Rosario; MARTINS, Ana Maria; MONTEAGUDO, Henrique; RAMOS, Ana Maria (Org.). *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiagode Compostela, Serviço dae Publicacións e Intercambio Científico, 2013.

_____. *História da Cultura Escrita no Brasil: um programa de investigação* (2013). Disponível em: <www.prohpor.org>. Acesso em 14 fev 2018.

_____. Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; AMARANTE, José (Orgs.). *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 36-53.

LOBO, Tânia; SARTORI, Ana; SOARES, Rodrigo. *O aporte das fontes inquisitoriais para uma história da difusão social da leitura e da escrita no Brasil colonial*. Estudos. Cadernos De Estudos Lingüísticos, 58(2), 277-298.

MARINHO DOS SANTOS, José. *Os Açores nos sécs. XV e XVI*. (Vol I e II). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1988.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal, século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

MENESES, Avelino de Freitas de. Pequenos Espaços, Grandes Histórias. Ilhas, enclaves e fortalezas na construção do império. Lisboa: Centro Histórico de Além-mar (UNL), 2009.

NOVINSKY, Anita Waignort. *Das pesquisas sobre a inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo*. Entrevista. *WebMosaica: Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Cagall*, v.3, n.2, jul-dez 2011. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/webmosaica>. Acesso em 14 dez 2018.

PEREIRA, Isaías da Rosa *A Inquisição nos Açores: subsídios para a sua história*. Terceira: Repositório da Universidade dos Açores, 1979.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

_____. Para a história del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona. Gedisa Editorial, 1999. p. 25-39.

RIBEIRO, Orlando. *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1962.

RODRÍGUEZ, Marie-Christine; BENNASSAR, Bartolomé. *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'Inquisition du ressort du tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du tribunal de Cordoue (1595-1632)*. *Caravelle*, n. 31, 1978.

SARTORI, Ana. *Níveis de alfabetização no Brasil quinhentista: uma análise de fontes da Inquisição portuguesa nas capitâneas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba*. Universidade Federal da Bahia: Tese de doutoramento, 2016.

SHARPE, Jim (1992). A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP.

SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

SOARES, Magda. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed, 11. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *History from Below*. New York: Times Literary Supplement, 7 abril 1966.

VIEIRA, Alberto. *Portugal y las islas del Atlántico*. Madrid: Fundação MAPFRE América, 1992.